

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)
CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Nº17/2021
07 de setembro a 18 de outubro de 2021



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2021



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz
Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
03	Apresentação - <i>Paulo M. Buss e Pedro Burger</i>	
08	Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Santiago Alcázar</i>	
14	Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
17	Conselho de Direitos Humanos da ONU na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
26	G77, MNA e cooperação sul-sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Regina Ungerer</i>	
45	Às vésperas da Cúpula: G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger, Julia Abbud e Thaiany Medeiros Cury</i>	
51	OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Pedro Burger e Vinicius Roland</i>	
53	Instituições Financeiras Multilaterais na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
60	Movimentos Sociais no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
71	Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA) - <i>Luana Bermudez</i>	
73	América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger</i>	
83	Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg</i>	
92	A resposta da Europa à Covid-19 - <i>Ana Helena Gigliotti de Luna Freire</i>	
95	Das discussões para a ação: o tempo é agora para verdejar um caminho sustentável e inclusivo - <i>Lúcia Marques</i>	
106	EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Luiz Augusto Galvão</i>	
107	China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>André Lobato</i>	
110	Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde: 10 anos de implementação - <i>Paulo M. Buss, Patrícia Ribeiro e Luiz Augusto Galvão</i>	
113	‘Um único planeta, uma só saúde’ e a Declaração de Kunming sobre Biodiversidade - <i>Paulo M. Buss e Danielly Magalhães</i>	

*Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - pg. 118

**Para citações, ver ‘Ficha catalográfica’ - pg. 119

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 17/2021 - 07 de setembro a 18 de outubro de 2021

Apresentação

Os últimos 40 dias, cobertos por este Informe CRIS sobre saúde global e diplomacia da saúde (de 6 de setembro a 18 de outubro), foi povoado por inúmeros momentos políticos de alta relevância no cenário global, com impacto potencial elevado sobre as políticas nacionais, todos cobertos pelos analistas do CRIS/Fiocruz: o início da *76ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU76)*, com seu segmento de alto nível e a *Cúpula da ONU sobre Sistemas Alimentares*, em Nova York; a primeira fase da *COP15 da Biodiversidade*, em Kunming, China; a finalização da *48ª. sessão do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas*, em Genebra, entre outros, eventos todos realizados de forma híbrida, presencial e virtual, como nos impõe a pandemia pela Covid-19, que continua com sua trajetória mórbida ao redor do planeta.

Os alertas quanto à desigualdade marcante de todas as situações globais e a reiterada retórica de chamados ao compromisso e à solidariedade internacional foi a tônica destes processos políticos.

Como nos reporta **Alcazar**, a AGNU76 cumpriu extensa pauta, vasta como os problemas do mundo em 2021, nas seis comissões que a compõe: Desarmamento e segurança internacional; Assuntos econômicos e financeiros; Assuntos sociais, humanitários e culturais; Assuntos políticos especiais e descolonização; Assuntos administrativos e orçamentários; e Assuntos jurídicos

Contudo, resume ele, que o debate geral “foi assim, de uma parte, uma litania de queixas e frustrações, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento e, de outra, uma cantilena de promessas vazias e visões cegas, às vezes salpicadas com um *je ne sais quoi* de complexo de grandeza descabido, por parte dos países desenvolvidos”. Vale a pena conferir todo o artigo, para ter uma ideia do que a AGNU pode contribuir para os debates globais no biênio 21-22.

Na **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, os preparativos principais são para dar protagonismo à saúde na reunião da COP26 de Glasgow, como reporta **Galvão**, como, por exemplo, com o lançamento do documento *Argumento de Saúde para a Ação Climática* e da mobilização de aliados para a tarefa. Em 18 de outubro, a OMS e a Fiocruz comemoraram os 10 anos da Conferência e da Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde, em seminários realizados em Genebra e pelo CRIS no Rio de Janeiro (ver: <https://www.youtube.com/watch?v=dVK8u5o49XY>). **Buss, Ribeiro e Galvão** prepararam um *artigo especial sobre a Conferência e a Declaração*, que se encontra neste número.

Já a **Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)** e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) lançaram um novo relatório conjunto intitulado *O prolongamento da crise da saúde e seu impacto na saúde, na economia e no desenvolvimento social*, também comentado por nosso analista.

O **Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas** também cumpriu vastíssima pauta, coberta por **De Negri**, num extenso artigo, no qual ressalta aquelas que definem avanços importantes e até históricos nos domínios das heranças do colonialismo, do direito humano aos ambientes saudáveis (em vésperas da Conferência de Glasgow) e a criação da Relatoria Especial

sobre as Mudanças Climáticas. A promoção e realização do direito ao desenvolvimento; o apelo conjunto à ciência aberta, feito pela OMS, UNESCO e a Alta Comissária de DH; Direitos Humanos sobre a Inteligência Artificial; o relatório do Especialista Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa pedindo um multilateralismo renovado para enfrentar a pandemia e outros desafios globais; são todos temas comentados pelo analista.

O analista refere-se também à crise global, na qual a crise do multilateralismo mostram as Nações Unidas asfixiadas pela falta de recursos e emitindo constantes apelos para uma ordem global baseada na solidariedade, sem encontrar o eco esperado e vendo como os poderes financeiros e seus governos aliados condicionam as ajudas aos seus próprios interesses e exercícios de poder.

Ungerer, no seu informe sobre **Cooperação Sul-Sul, Movimento dos Não Alinhados e G77 + China**, compartilha com o leitor a longa lista de posicionamentos dos grupos quanto temas relevantes da agenda internacional. Realça a comemoração do Dia Internacional para a Cooperação Sul-Sul de 2021, quando o UNOSSC e o Escritório Regional do PNUD na África lançaram uma publicação especial de Boas Práticas, intitulado *Good Practices in SSTC - Scaling Up Made-in-Africa Solutions*. O documento destaca quase 40 boas práticas relacionadas com todos os ODS, ilustrando os princípios centrais da cooperação Sul-Sul e triangular. Também no seu artigo, a analista destaca os 60 anos do *G77 + China*, em 2024, com seu permanente trabalho centrado no desenvolvimento, ressaltando que a celebração deste aniversário deverá ser uma oportunidade para o grupo discutir o sucessor da agenda de desenvolvimento sustentável. Já o *Movimento dos Não-Alinhados* comemorou a criação da Rede Jovem do MNA, que será uma oportunidade para os jovens trocarem informações sobre os desafios que enfrentam e como esses desafios podem ser abordados em conjunto pelos governos de seus países.

Neste período, alguns eventos importantes no âmbito do **G20** podem ser destacados, como o diálogo sobre a Água e o encontro sobre Agricultura. O destaque para a Agricultura visou atingir as metas determinadas na Cartilha da FAO, para garantir segurança alimentar de forma igualitária pelo planeta, através de uma agricultura sustentável. Segundo **Burger, Abudd e Cury**, mesmo após o duro discurso de abertura de Guterres na AGNU, em meados de setembro, os países do G20 demonstraram pouco comprometimento com a agenda de promoção de igualdade de saúde global, principalmente nos esquemas de vacinação contra Covid-19 em países de baixa renda, onde encontram-se as menores taxas de vacinação no mundo.

Como reportam **Burger e Roland**, na **OCDE** realizou-se, nesse período, a reunião do seu Conselho Ministerial, presidida pelos EUA, em que os ministros dos Estados-parte emitiram uma declaração final com o tema *Valores Compartilhados: Construindo um Futuro Verde e Inclusivo*. Nela os ministros afirmam a prioridade da recuperação sistêmica da pandemia e o combate à Covid-19. Vacinação, inclusão feminina e crise climática também são temas de destaque na declaração da OCDE.

Nos meses de setembro e outubro, **BID, Banco Mundial e FMI** elaboraram diversas publicações sobre pós-pandemia, desigualdades e previsões econômicas que podem ajudar a nortear os caminhos globais, conforme reporta **Ísis Cazumbá**. Outros assuntos mereceram atenção nesse período, como a participação na sessão da AGNU 2021, o alívio do serviço da dívida para 24 países e as iniciativas bilaterais no combate à pandemia.

É preciso ainda fazer menção à 15ª. Sessão da **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD 15)**, realizada de 3 a 7 de outubro de 2021, em Bridgetown, Barbados e Genebra, Suíça. Nela, tomou posse a nova secretária-geral, Rebeca

Grynspar, apresentada como uma oportunidade para a comunidade de desenvolvimento alinhar a Agenda 2030 sobre Desenvolvimento Sustentável com o “novo normal” global criado pela pandemia de Covid-19. A Declaração Política intitulou-se *The Spirit of Speightstown: From inequality and vulnerability to prosperity for all (O espírito de Speightstown: Da desigualdade e vulnerabilidade à prosperidade para todos)*, foi comentada por De Negri e está disponível em: https://unctad.org/system/files/official-document/td-l-434_en.pdf. A propósito do curioso título, esclarecemos o leitor que Speightstown, também conhecida como Little Bristol, é a segunda cidade de Barbados. Todos os documentos da UNCTAD 15 podem ser encontrados em: <https://unctad.org/meeting/fifteenth-session-united-nations-conference-trade-and-development-unctad-15>.

Na análise da **Sociedade Civil**, em um período de muita movimentação em torno à 48ª Sessão do CDH e da AGNU, **De Negri** destaca um conjunto de manifestações e atividades do *TWN – Third World Network* e do *South Center* em torno de questões fundamentais para a saúde global: as fontes de financiamento para sustentar o direito à saúde no marco de enfrentamento e superação da pandemia mediante sistemas públicos e universais de saúde e de proteções sociais potentes – incluindo as taxações da economia digital e suas repercussões nas transnacionais e os embates em torno à propriedade intelectual e as reivindicações dos bens comuns públicos da humanidade; além de comentários sobre as limitações e dilemas do Tratado Pandêmico em discussão na OMS.

No último mês foram realizados alguns encontros de altas autoridades da **Organização dos Estados Americanos (OEA)**, começando pelo XXI Conferência Interamericana de Ministro(a)s do Trabalho da OEA, nos dias 22 a 24 de setembro, seguido da reunião do Conselho Permanente com altas autoridades no dia 30 de setembro, e o XXV Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo no dia 06 de outubro. É o que reporta **Bermudez**, que sinaliza também que o Conselho Permanente segue trabalhando nos preparativos para a Assembleia Geral da OEA.

Na **América Latina e Caribe**, os analistas **Tobar, Minayo e Linger** destacam a publicação do segundo informe conjunto da OPAS e CEPAL sobre o prolongamento da pandemia e seu impacto na saúde, na economia e no desenvolvimento social; a aprovação pelos países da CELAC das diretrizes e propostas para o Plano de Autossuficiência em Saúde para a América Latina e o Caribe; a reunião das Autoridades Nacionais de Saúde da Região Andina para tratar da situação da Covid-19 e vacinação infantil; a reunião do Subgrupo de Trabalho 11 – Saúde, do Mercosul que se debruça sobre questões de harmonização das legislações nacionais sobre regulamentação sanitária e a compatibilidade dos sistemas de controle sanitário entre os Estados partes; e, finalmente, a devolução por parte do governo haitiano das doses da vacina contra a Covid-19, que haviam sido doadas pelo mecanismo COVAX.

Aproxima-se a realização de duas reuniões envolvendo os Ministros da Saúde da ALC: em 28 de outubro, a reunião de *MS de Ibero-América*, em Santo Domingo; e em 20 de novembro, sob a PPT do Brasil, a reunião de *MS do Mercosul*, que estão desde já sendo acompanhadas por nossos analistas.

Na **África**, o CDC África e parceiros advertem que a lentidão da vacinação vem agravando outras crises em muitos países da região, conforme reportam **Augusto Paulo e Rosenberg**. A Oxfam denuncia os países da África Ocidental que preparam orçamentos de austeridade com o FMI como medidas de recuperação da Covid-19.

A OMS **Europa** se reuniu para a 71ª sessão de seu Comitê Regional, que conferiu destaque aos temas da saúde mental, imunização, atenção primária e comportamento. Na ocasião, foram apresentadas as recomendações da Comissão Pan-Européia de Saúde e Desenvolvimento Sustentável sobre como se preparar para futuras pandemias. Como informa **Ana Helena Freire**, em total alinhamento ao discurso da UE, o documento sugere melhorar a governança global da saúde por meio da criação de um Conselho de Saúde e Finanças Globais no âmbito do G20, um Tratado Pandêmico para tomada de decisão conjunta e uma política global de vacina contra pandemia.

Na **Ásia Pacífico**, a convergência da COVID-19 com desastres naturais, agravados pela crise climática, representam um triplo fator de risco para os sistemas de saúde e para a recuperação econômica. Cada vez mais graves, os eventos extremos destroem os sistemas sanitários, disseminam doenças. Um efeito cascata que sobrecarrega governos que, há quase dois anos, enfrentam a pandemia e a crise social e econômica decorrente. O **Oriente Médio** não é propenso a desastres naturais, mas lida com outros desastres: os conflitos e suas consequências que, da mesma forma, destroem infraestruturas, desaceleram a economia e sobrecarregam os governos. A região também sofre com o agravamento da crise climática, que se soma à Covid-19, colapsando os serviços já deficitários ou inexistentes. Como reporta **Marques**, em ambas as regiões, seja pelos conflitos, seja pelos impactos climáticos, populações são obrigadas a se deslocar, agravando a precariedade da condição de vida e sobrecarregando os sistemas dos países anfitriões, que também enfrentam suas próprias crises.

Covid-19, conflitos, desastres naturais e eventos climáticos extremos são um somatório crítico que é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para mitigação, adaptação e investimento em um futuro mais verde e resiliente. Apesar da ação local ser fundamental, com propostas resilientes, a solução passa pela ação global, solidária e urgente, com adoção de metas ambiciosas para a descarbonização da economia global e de financiamento para novas tecnologias verdes. Às vésperas da COP 26 várias reuniões têm acontecido e vários relatórios importantes foram produzidos com alertas, alternativas energéticas e exemplos bem-sucedidos. Ambas as regiões enxergam essa oportunidade, mas os países da Ásia Pacífico estão alguns passos à frente das nações do Médio Oriente- que não conseguem reduzir os conflitos.

No informe sobre a **China**, **Lobato** aborda a questão de Taiwan, a entrada das terceiras doses no programa de vacinação no país – que cobre quase 80% da população de algumas províncias chinesas e resultados sobre a queda dos números de doenças infectocontagiosas entre 2019 e 2020.

Quanto aos **Estados Unidos da América**, os casos de COVID-19, as internações e os óbitos diminuíram, assim como aumentou a cobertura vacinal.

Ao final, dois ‘bônus’ ao leitor: os artigos sobre a **COP15 sobre Biodiversidade**, por *Buss e Magalhães*; e sobre os 10 anos da **Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde e a Declaração Política do Rio**, por *Buss, Ribeiro e Galvão*.

Este é um longo Caderno, o mais alentado de toda a série, pois reuniu informes de todos os atores globais e territórios geopolíticos em um período mais alargado, de 40 dias. Contudo, a tônica a cena global mudou pouco, com a intenção ainda muito distante do gesto, com o domínio da retórica sobre ações concretas.

No horizonte, uma das últimas esperanças quanto ao anúncio e efetividade de medidas concretas, pelo menos quanto à vacinação: a Cúpula de Líderes do G20, em 31 de outubro. No

dia seguinte, em Glasgow, começa a decisiva COP26 sobre o Clima, para onde todos os olhos do mundo estarão voltados. Nossos analistas estarão atentos, procurando trazer a melhor abordagem analítica para ajudá-lo, querido leitor, a entender e posicionar-se.

A propósito, dois **Seminários Avançados do CRIS** abordarão os temas nas semanas imediatamente posteriores aos eventos: ***G20: o que esperar dos países mais ricos do mundo quanto à saúde global e à pandemia***, em 10 de novembro; e ***Glasgow, Kunming, clima, biodiversidade, ambiente e saúde: momentos decisivos para a humanidade***, em 24 de novembro.

Boa leitura e até a próxima!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 20 de outubro de 2021

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/FIOCRUZ

Nações Unidas, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Santiago Alcázar

No dia 14 de setembro, dois discursos sucessivos foram pronunciados na Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU). O primeiro, do Presidente da 75ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, Embaixador Volkan Bozkir, Representante Permanente da Turquia junto às Nações Unidas. O segundo, do Ministro de Negócios Estrangeiros das Maldivas, Abdulla Shahid, Presidente-eleito da 76ª sessão.

O Embaixador Bozkir, para quem a AGNU é o órgão global mais representativo, e por isso mais bem situado para mobilizar e incubar soluções coletivas para crises globais, realizou sob o seu mandato 105 reuniões plenárias e 16 reuniões alto nível, não obstante a pandemia. Queixou-se, no entanto, que as palavras ultrapassam as ações e que por isso a Organização segue as crises, ao invés de estar à frente delas. O Embaixador observou que os Estados-membros preferiram abordagens unilaterais às multilaterais, prolongando assim a pandemia e o contínuo desdobramento das inequidades globais. Nesse contexto, os instrumentos da diplomacia preventiva devem ser renovados e melhor aproveitados. O que é inaceitável, sublinhou o Presidente sante, referindo-se ao escritório da Presidência, é a inaceitável falta de recursos financeiros e de pessoal para levar adiante a missão para a qual recebeu o mandato. O Embaixador Bozkir sublinhou a importância de fortalecer a cooperação entre a AGNU e o Conselho de Segurança. Por último, propugnou que a AGNU deve ser a voz e o advogado dos mais afetados pelas crises.

Por sua vez, o Chanceler Abdulla Shahid destacou os desafios da mudança climática, dos desastres, dos conflitos e das várias instabilidades. Diante desse quadro, convidou a AGNU a contribuir para o encaminhamento de soluções que visem o bem de todos. Recordou que se a pandemia desencadeou uma crise sem precedente, assistiu-se também a atos de bondade e compaixão que reafirmam a humanidade comum e a força coletiva como nações unidas. Finalmente, o Presidente da 76ª sessão da AGNU anunciou que abraçou a esperança como tema de sua presidência. *Ousemos sonhar, usemos ter esperança*, foram suas palavras.

À cerimônia de encerramento e de inauguração das sessões da AGNU segue uma série de questões adjetivas de ordem burocrática, importantes para o andamento da AGNU. As questões substantivas propriamente ditas têm início a partir do início do debate geral, que este ano começou em 21 de setembro, com os discursos nacionais, geralmente proferidos pelas mais altas autoridades dos Estados-membros.

Os discursos se centraram na inequidade das vacinas, no apelo aos líderes mundiais para contribuir para resolver as questões da mudança climática, de antigas disputas e dos deslocamentos humanos, entre outros temas.

Com relação à inequidade das vacinas, vale a pena deixar registro da intervenção do Presidente da Namíbia, Hage Geingob, segundo o qual o atual estado de coisas representa um efetivo apartheid vacinal. Muitos países em desenvolvimento foram deixados fora da equação, recordou, configurando uma triste situação na qual em alguns países os cidadãos recebem uma terceira dose de reforço, enquanto em outros espera-se ainda pela primeira dose. O Presidente da Bolívia, Luis Alberto Arce Catacora, foi mais longe e estabeleceu uma relação com a lógica do capitalismo. Segundo Catacora, o capitalismo transformou todas as áreas da vida social em mercadoria, e a saúde não escapou de seus tentáculos. Enfatizando que ninguém deveria lucrar com a saúde durante uma pandemia, fez um apelo para que as farmacêuticas suspendessem as

suas patentes e para que as Nações Unidas e os governos trabalhassem em tandem sob o signo da solidariedade, evitando assim o açambarcamento de vacinas.

Mudança climática, antigos conflitos e deslocamentos humanos estão entre os maiores desafios das Nações Unidas. Muitos líderes se queixaram da fraqueza da Organização ante aqueles e outros desafios globais. Um líder apontou que interesses egoístas minam os princípios fundadores das Nações Unidas, que são aqueles nos quais a humanidade depositou as suas esperanças para alcançar um mundo melhor. O sentimento é de insatisfação generalizada e de frustração com respeito aos compromissos assumidos e não cumpridos. Os exemplos são muitos e cobrem amplo espectro. A Agenda 2030 e os ODS, o mapa de caminho para transformar o mundo com a erradicação da pobreza e da fome, saúde e educação universais, sustentabilidade econômica abraçada à sustentabilidade do meio ambiente e do planeta, entre outros objetivos transformadores. O Acordo de Paris sobre mudança climática, mapa do caminho também para garantir que o aquecimento global não passe a marca crítica de 1,5º C acima dos níveis pré-industriais, o que em tese ameaçaria a possibilidade de vida. Mais grave, os princípios e valores sobre os quais fundou-se a Organização são ignorados ou postos de lado, comprometendo a plena realização dos direitos humanos fundamentais e a promoção do progresso social.

O debate geral foi assim, de uma parte, uma litania de queixas e frustrações, sobretudo por parte dos países em desenvolvimento e, de outra, uma cantilena de promessas vazias e visões cegas, às vezes salpicadas com um *je ne sais quoi* de complexo de grandeza descabido, por parte dos países desenvolvidos. O saco de pancadas nesse quadro é, naturalmente, a Organização, que parece ter sido criada para servir de bode expiatório para os que quebram lanças na defesa do paradoxo de mudar tudo deixando tudo como está. Nesse tom, o debate geral encerrou-se no dia 27 de setembro.

Este ano, o debate geral foi interrompido brevemente no dia 22 para a realização de reunião de alto nível para comemorar o 20º aniversário da Declaração e o Plano de Ação de Durban, emanadas da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância, realizada de 31 de agosto a 8 de setembro, de 2001, em Durban. A Conferência de Durban se distingue das duas conferências mundiais anteriores sobre o tema do racismo em dois aspectos formais e um aspecto simbólico. O título daquelas duas conferências, como se recordará, é Conferência Mundial para Combate ao Racismo e à Discriminação Racial, realizadas em 1978 e 1983, em Genebra. A primeira distinção formal refere-se à ampliação do objeto com a inclusão de *xenofobia e formas conexas de intolerância*. A segunda, a substituição, no título, da expressão “para combate ao” por “contra o”, antes de racismo. A distinção simbólica, por sua vez, refere-se à sede que abrigou aquelas duas primeiras conferências, Genebra, em contraposição a Durban. As três distinções são importantes.

Como se recordará, a 75ª sessão da AGNU havia adotado a resolução A/RES/75/237, pela qual decidia-se que a reunião de alto nível aprovaria declaração política concisa com vistas a mobilizar determinação política para levar adiante a Declaração e o Plano de Ação de Durban. A declaração é a primeira resolução (A/RES/76/1) adotada pela 76ª sessão da AGNU, que reafirma, *inter alia*, o importante compromisso de não deixar ninguém para trás e implementar a Agenda 2030.

Ademais da reunião de alto nível para comemorar os 20 anos da Declaração e do Plano de Ação de Durban, a AGNU realizou, sob o mesmo formato, comemoração e promoção do Dia Internacional para a Eliminação Total das Armas Nucleares, 28 de setembro.

Uma vez encerrado o debate geral, entrou em cena o trabalho das 6 comissões da AGNU, integradas por funcionários das respectivas missões junto à ONU. Encarregadas de levar adiante os mandatos recebidos da AGNU, as 6 comissões são, pela ordem: 1ª – desarmamento e segurança internacional; 2ª – assuntos econômicos e financeiros; 3ª – assuntos sociais, humanitários e culturais; 4ª – assuntos políticos especiais e descolonização; 5ª – assuntos administrativos e orçamentários; 6ª – assuntos jurídicos.

Em 4 de outubro, a 5ª Comissão iniciou os seus trabalhos enfatizando que é necessário compartilhar responsabilidades para assegurar a estabilidade financeira da Organização, evitar crise de liquidez e cumprir os mandatos da AGNU. O representante da União Europeia, por exemplo, em sua condição de observador, manifestou preocupação com a situação de liquidez da organização, que estaria a minar a própria capacidade de cumprir os mandatos, levando a Organização a uma situação sistêmica de desempenho fraco. O G-77 manifestou opinião segundo a qual os mandatos recebidos devem determinar o orçamento e não ao contrário, como acontece sempre. A 2ª Comissão fez uma série de recomendações para contornar o problema de liquidez.

Naquele mesmo dia, 4 de outubro, a 1ª Comissão reuniu-se. O pano de fundo foi a contínua corrida armamentista levada a cabo por alguns países, não obstante a pandemia da Covid-19. Logo de início, a Subsecretária-geral para Assuntos de Desarmamento, Izumi Nakamitsu, informou a Comissão que o crescimento continuado dos gastos militares – estimados em US\$ 2 trilhões, em 2020 – gera um ciclo de insegurança e desconfiança. Que os recursos utilizados em gastos militares poderiam ser ao invés utilizados para combater a Covid-19, bem como para diminuir as inequidades sociais e econômicas, é uma afirmação que muitos, mas não todos, defenderiam. Preocupa a muitos delegados que não deem em nada os esforços para declarar o Oriente Médio uma zona livre de armas nucleares, bem como a incerteza que ronda o Plano de Ação Conjunto Compreensivo (JCPOA, nas siglas em inglês).

A 2ª Comissão reuniu-se em 5 de outubro e trouxe para iniciar os trabalhos Mariana Mazzucato, professora de economia da inovação na University College London. A Covid-19 mostrou como o mundo está mal preparado para enfrentar crises. Mazzucato alertou a Comissão que não obstante os seguidos informes e alertas sobre aquecimento global, as empresas e indústrias dependentes de energia fósseis continuam a receber subsídios governamentais. Com respeito aos ODS, sempre defasados, a economista recomenda que se confira aos mesmos a urgência de uma guerra. Mazzucato, foi qualificada pelo jornal The Times de Londres como a mais assustadora economista do mundo. Assustadora ou não, o fato é que Mariana Mazzucato é uma economista que parece enxergar a realidade e por isso tem que ser levada a sério.

A 2ª Comissão tem, como se sabe, a responsabilidade de considerar temas do financiamento da agenda de desenvolvimento, bem como aqueles desafios novos que parecem emperrar o avanço dos países em desenvolvimento. Os problemas de desenvolvimento vão, desse modo, acavando-se, impedindo o avanço. A falta de recursos financeiros, nesse contexto, é sempre um problema, mas a razão principal talvez resida no modelo político e econômico que criam aqueles óbices. É também possível que as dificuldades sejam resultado da priorização do curto prazo sobre a visão estratégica de longo alcance.

A 2ª Comissão voltaria a se reunir no dia 11 de outubro para considerar o tema do desenvolvimento sustentável. Diversos delegados sublinharam a importância de proteger a natureza e a biodiversidade na meta para alcançar o desenvolvimento sustentável. Elizabeth

Maruma Mrema, Secretária Executiva da Convenção das Nações Unidas sobre Diversidade Biológica, ao comentar o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre aquela Convenção¹, disse que o desafio principal de nossa época é pôr a biodiversidade no caminho da recuperação. Stefania Giannini, Diretora-Geral Assistente da UNESCO disse que mudança climática e a perda da biodiversidade estão nas manchetes diárias, mas não estão integradas na educação. O ponto levantado por Giannini é importante na medida em que é a próxima geração a que vai herdar os descuidos, descasos e atos criminosos desta geração. Nesse sentido, o movimento de jovens é uma esperança que deve ser cuidada e motivada para ser um motor de mudança.

A 6ª Comissão, que se reuniu em 6 de outubro, dedicou-se a debater sobre a definição de “terrorismo” e “ações promovidas por Estados”. O problema é que até o presente ainda não se conseguiu finalizar o texto de uma convenção sobre o tema e desenvolver resposta global a uma ameaça que se quer é definida. O representante da Síria, por exemplo, manifestou-se para manifestar que o termo terrorismo é às vezes usado por alguns países para levar a efeito agendas políticas e econômicas específicas. Opinião semelhante defende o economista Jeffrey Sachs em artigo recente² intitulado “*Blood in the sand*”. O representante do México manifestou preocupação com o abuso de medidas ilegais para combater o terrorismo, aproveitadas por grupos terroristas para aumentar a violência. Queixou-se também aquele delegado sobre o abuso de recorrer ao artigo 51 da Carta das Nações Unidas³.

Em 13 de outubro, a 6ª Comissão voltaria a reunir-se para examinar a proposta de orçamento do Secretário-Geral para o ano de 2022. Como se sabe, o orçamento da Organização passou a ser anual desde 2019, deixando assim de ser bianual como era costume. A proposta de orçamento regular da Organização para 2022 é US\$ 3,12 bilhões, prévia a eventuais ajustes (*recosting*, no vocabulário da Comissão). O Secretário-Geral, que apresentou a proposta disse que representava uma redução de 2,8% em comparação ao orçamento anterior. O SG sublinhou as atividades levadas a cabo pela Organização no período de sessões anterior. O papel da Organização na resposta à pandemia estende-se da área da saúde ao socorro humanitário, com a entrega de alimentos, medicamentos, vacinas, assistência eleitoral, mediação e apoio a negociações paz, defendendo os direitos humanos dos mais vulneráveis e marginalizados – tudo isso e mais, navegando num mar de incertezas por conta da crise de liquidez. Mais importante, como enfatizou o Secretário-Geral, a resposta à Covid-19 levou-se adiante sem a necessidade de que fosse criada nova estrutura ad hoc.

Voltando no tempo, que é algo que alguns líderes conseguem fazer e por esse feito estariam a merecer um Prêmio Nobel de Física, o Conselho de Segurança reuniu-se em 23 de setembro, enquanto o debate geral corria solto na AGNU. Ante o alarmante alerta do Secretário-Geral de que são insuficientes as atuais Contribuições Nacionalmente Determinadas (CNDs) para redução das emissões de gases de efeito estufa. Como se sabe, as CNDs são compromissos assumidos pelos países no âmbito do Acordo de Paris sobre mudança climática para frear a emissão daqueles gases, principal causante do aquecimento global. Segundo especialistas, as atuais CNDs elevariam a temperatura global em 2,7º C acima dos níveis pré-industriais. O Acordo de Paris limita o aumento de temperatura a 1,5º C acima daquela base. A ciência afirma que qualquer aumento que supere a barreira de 1,5º conduziria ao desastre e ameaçaria a própria vida. Por essa razão, os cientistas propugnam reduzir a emissão de gases estufa em 45% até

¹ Ver <https://undocs.org/en/A/76/228>

² <https://www.jeffsachs.org/newspaper-articles/93p6b2pk77y2fdfcgxtsd6p5k9xdfs>

³ Procurar o artigo 51 em <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-7>

2030. A questão é grave e representa ameaça a vida. Adicione-se àquela ameaça, a lógica dos conflitos, a escassez de recursos naturais (água, por exemplo) e os deslocamento humanos e se tem um quadro para provocar pavor.

O órgão encarregado de ameaças na estrutura das Nações Unidas é o Conselho de Segurança. Nada mais apropriado então que o tema seja tratado naquele Conselho. O representante dos EUA defendeu que cabe ao Conselho um papel vital na questão e que deveria explorar os seus instrumentos para auxiliar aqueles mais necessitados. O representante da Rússia, por sua parte, acredita que a questão do clima é objeto da AGNU, do ECOSOC e do Foro Político de Alto Nível. “Muitos cozinheiros estragam a sopa”, recorrendo a um refrão popular. O representante da China, foi na mesma linha e acrescentou que o Conselho não dispõe de conhecimentos, nem de instrumentos especializados naquela área. Na mesma linha, a representante da Índia alertou para o perigo de criar estrutura paralela. Aparentemente, essa falta de entendimento enterra qualquer iniciativa de estimular resposta do Conselho de Segurança à mais grave ameaça à vida desde as tensões da Guerra Fria que poderiam tornar realidade a possibilidade de uma hecatombe nuclear.

Caberia ainda comentar, ainda que de maneira perfunctória, a proposta do Secretário-Geral intitulada “Nossa Agenda Comum”, apresentada em 10 de setembro, bem como as mensagens dirigidas por ele à reunião preparatória da Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança Climática (COP-26), realizada 30 de setembro, em Milão e à Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade, realizada em 11 de outubro, em Kunming, China. Os comentários sobre a Cúpula sobre sistemas alimentares, realizada em 23 de setembro, na sede das Nações Unidas será deixada para o final.

O relatório do SG intitulado “Nossa Agenda Comum” foi construído a partir da Agenda 2030, bem como sobre outros compromissos assumidos, mas ainda não efetivados, cujo exemplo mais emblemático seria o Acordo de Paris sobre mudança climática. O relatório do SG divide-se em 6 capítulos: I – chamada de atenção; II – nós, os povos; III – as próximas gerações; IV – nações grandes e pequenas; V – propósitos e princípios; VI – seguindo adiante.

O foco do relatório SG repousa no conceito da solidariedade, lembrando que num mundo interconectado como o nosso a solidariedade não é caridade, mas bom senso. O papel do Estado continua a ser vital, mas torna-se necessário estabelecer uma rede de possíveis agentes num horizonte que se estende das cidades, às corporações, mundo acadêmico, profissionais de saúde, pesquisadores, sociedade civil, a mídia, movimentos religiosos e indivíduos – todos sob as mesmas ameaças. A solidariedade é o motor para levar adiante os compromissos da Agenda 2030, do Acordo de Paris e da Convenção sobre Biodiversidade, sem os quais a própria vida se vê ameaçada. Nesse contexto, o relatório propõe um caminho à frente baseado em um novo contrato social, no plano doméstico, e um novo acordo global, centrado na proteção de bens públicos comuns.

As propostas do SG são como pontes para vencer os vazios que impedem alcançar as metas acordadas para transformar o mundo e realizar o futuro que queremos, na expressão dos líderes mundiais. O vazio da paz, o vazio do clima, o vazio entre pobres e ricos, o vazio geracional, o vazio de gênero, o vazio geracional – são como grandes *canyons* geográficos, que definem mundos a parte, distantes uns dos outros. Esse é o desafio a vencer, sob pena de extinção

inapelável da espécie. O relatório do SG está a merecer leitura atenta por parte de todos, sem exceção⁴.

A mensagem do SG à reunião preparatória da COP-26 contém elementos sombrios – a pouco mais de um mês da Conferência sobre mudança climática não se fez suficiente para diminuir a emissão de gases de efeito estufa; o tempo não está a nosso favor; pontos climáticos irreversíveis estão alarmantemente próximos.

O tom da mensagem do SG à Conferência sobre Biodiversidade não foi diferente – a razão de extinção de espécies é entre 10 e 10 vezes maior que a média dos últimos 10 milhões de anos. Mais de um milhão de espécies de plantas, mamíferos, pássaros, répteis, anfíbios, peixes e invertebrados estão sob o risco de extinção, muitos no lapso de décadas. Estamos perdendo nossa guerra suicida contra a natureza. Nossa experiência de dois séculos com a queima de combustíveis fósseis, destruindo florestas, regiões selvagens e oceanos, degradando a terra causou uma catástrofe na biosfera.

Ambas as mensagens do SG soam o alarme. Não há razão para ser otimistas, que é o que transita em pensamento mágico. As coisas vão melhorar, pensa, sem oferecer argumentos de sustentação. Nesse sentido, seria mais honesto intelectualmente abraçar a esperança, que é ater-se a uma promessa feita. Não há pensamento mágico aqui e seria um erro imaginar que os dois termos se equivalem. O SG talvez não ignore a distinção sutil e por essa razão propõe *re-ligar-se* à promessa dos fundadores para livrar as gerações futuras das calamidades produzidas pela insensatez infundável do ser humano.

Com relação à Cúpula sobre os sistemas alimentares não há como evitar o sentimento de frustração. De que maneira, por exemplo, os resultados da Cúpula convergem para os ODS? Por acaso foram considerados os ODS 1 – erradicação da pobreza; 2 – agricultura e fome zero; 6 – água potável e saneamento; 7 – energia limpa e sustentável; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; 10 – redução das desigualdades; 12 consumo e produção responsáveis; 13 – ação contra a mudança global do clima; 14 – vida na água; 15 – vida terrestre; e 16 – paz e justiça e instituições eficazes? Não é preciso ser um especialista no tema para pôr em dúvida a honestidade intelectual de uma Cúpula que para todos os efeitos teria sido sequestrada pelas grandes corporações do setor. De novo, não há razão para ser otimistas, mas neste caso até a esperança parece distante, como os vazios do SG, e nem o pão nosso de cada dia parece garantido.

⁴ <https://www.un.org/en/content/common-agenda-report/#download>

Resposta da OMS e OPS à Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

Organização Mundial da Saúde (OMS)

Toda a comunidade internacional se encontra mobilizada para a reunião do Clima de Glasgow ou COP 26. A OMS, a Aliança Global de Clima e Saúde e outras instituições estarão desenvolvendo uma série de eventos enfocados em saúde, que se realizarão antes e durante a conferência; devem trazer atualizações e novas iniciativas que se somarão aos esforços mundiais para enfrentar a crise climática a qual, como a crise sanitária da COVID-19, está marcada pela questão da inequidade, falta de ação e solidariedade internacional e dificuldade no acesso aos recursos disponíveis para a adaptação. Alguns dos principais eventos programados estão relacionados abaixo.

Na semana passada, houve o lançamento da carta #ClimatePrescription (<https://bit.ly/3DWRRE2>), acompanhando o lançamento do documento *Argumento de Saúde para a Ação Climática da OMS*, que recebeu cobertura substancial da mídia em todo o mundo e que será entregue às autoridades da COP26 em Glasgow. Ainda é possível aderir e assinar a carta no link: <https://healthyclimateletter.net/sign-the-letter/>

Lançamento do *Lancet Countdown* - Relatório 2021 da Contagem Regressiva da revista Lancet sobre saúde e mudanças climáticas, que foi publicado em 20 de outubro, reunindo lideranças, incluindo jovens ativistas e vítimas da crise climática.

Pré COP26 briefing da Aliança Global de Clima e Saúde - Este briefing informal dará uma visão das atividades planejadas para a COP26 para pessoas que planejam participar da mesma. Acontece em 26 de outubro, às 13h e o registro se faz no site: <https://bit.ly/2Xxd2wS>

Conferência Global de Saúde e Clima 2021 - Organizada pela OMS, em conjunto com a Aliança Global de Clima e Saúde, se realiza no dia 6 de novembro. Inscrições no link <https://bit.ly/3AZaepY>

People's Health Hearing (Audiência de Saúde do Povo) – Iniciativa que busca testemunhar os impactos das indústrias extrativistas na saúde pública e estabelecer uma visão para a justiça climática interseccional e transformadora. A Audiência de Saúde do Povo será online, como parte da Cúpula Popular da Coalizão COP 26 para a Justiça Climática, que vai de 7 a 10 de novembro. A sessão ocorrerá no dia 7 de novembro e as informações e inscrições estão no site <https://bit.ly/3n9d7Q0>

O New York Times realizará eventos no Climate Hub em Glasgow (<https://climatehub.nytimes.com/theforum-tickets>). A maioria desses eventos estará disponível online, incluindo os seguintes eventos sobre saúde:

- Prova do Futuro: Sistemas de Saúde para um Planeta Saudável (5 nov)
- Da Eco-Ansiedade à Agência: Um Workshop 'Como Fazer' (7 nov)
- Lavagem: Garantindo acesso universal à água, saneamento e higiene (8 nov)

A terceira rodada dos boletins de notas sobre as contribuições nacionalmente determinadas dos países (NDC Scorecards) da Aliança Global de Clima e Saúde está disponível em: <https://bit.ly/3ncd2v2>. Os NDCs descrevem o que cada país planeja fazer para enfrentar as mudanças climáticas e uma equipe da Aliança avalia a inclusão da saúde nesses planos.

Em 21 de outubro foi comemorado os dez anos da realização da Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde (Rio de Janeiro, 19-21 de outubro de 2011), e os 10 anos da Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde, celebrados com seminários promovidos pela OMS e pela Fiocruz (ver: <https://www.youtube.com/watch?v=dVK8u5o49XY>).

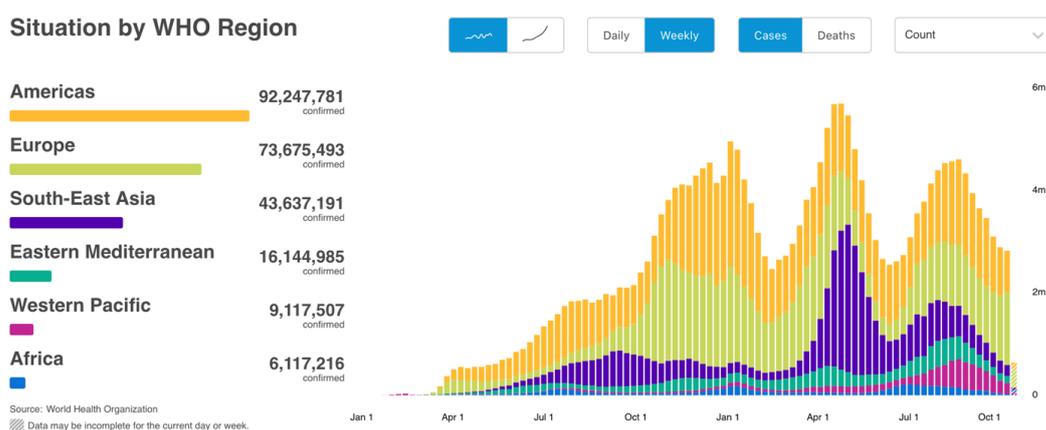
A OMS lançou as 7 recomendações políticas sobre a construção de sistemas de saúde resilientes. A iniciativa tem como objetivo promover a recuperação dos serviços de saúde que foram impactados pela COVID-19 e alcançar a cobertura universal de saúde (UHC). Um documento de posição (<https://bit.ly/3pkdM3W>) clama por uma abordagem integrada para a construção e reconstrução de sistemas de saúde que atendam às necessidades da população, antes, durante e depois das emergências em saúde pública e com capacidades para:

1. Funções essenciais de saúde pública que melhorem, promovam, protejam e restaurem a saúde de todas as pessoas
2. Construção de uma forte atenção primária à saúde como base para aproximar os serviços de saúde das comunidades
3. Manter o gerenciamento de risco de emergência que fortaleçam a capacidade dos países de prevenir e enfrentar emergências em saúde, e aumentem a capacidade para atender às demandas adicionais de segurança sanitária impostas por emergências em saúde
4. Engajar toda a sociedade para que todos os setores trabalhem juntos em direção a um objetivo comum de saúde para todos

Situação epidemiológica mundial

Globalmente, até 19 de outubro foram notificados à OMS 240.940.937 de casos confirmados de COVID-19, incluindo 4.903.911 mortes, e até 19 de outubro de 2021, foram aplicadas 6.545.309.084 doses de vacina.

Situação por Região



ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DA SAÚDE (OPS)

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) lançaram um novo relatório conjunto intitulado: “*O prolongamento da crise da saúde e seu impacto na saúde, na economia e no desenvolvimento social*” (<https://iris.paho.org/handle/10665.2/54991>), no qual pedem aos governos para acelerar os processos de vacinação, transformar os sistemas de saúde, fortalecer os investimentos públicos

e consolidar o estado de bem-estar, visando controlar a crise sanitária e alcançar uma recuperação transformadora, com equidade e sustentabilidade ambiental, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

No anúncio do lançamento as agências destacaram que a pandemia de COVID-19 custou mais de 1,5 milhão de vidas e levou a mais de 45,7 milhões de casos confirmados na região, que contém um quinto dos casos confirmados e cerca de 30% das mortes em todo o mundo, apesar de constituir apenas 8,4% da população mundial. Também enfatizaram que, em 2020, a região experimentou a maior contração econômica em 120 anos (-6,8%), o que levou a um aumento sem precedentes do desemprego, da pobreza extrema e da desigualdade. Para 2021, espera-se uma taxa média de crescimento de 5,9% e, em 2022, de 2,9%. No entanto, essa expansão não será suficiente para trazer toda a região de volta ao seu nível de PIB anterior à crise.

Em média apenas 39% da população tem um esquema de vacinação completo na região. Embora países como Chile e Uruguai excedam 70%, 25 dos 49 países e territórios da região não excedem 40% da população total com esquema de vacinação completo. Para melhorar esse quadro será necessário desenvolver capacidades produtivas e tecnológicas e reformular estratégias e políticas destinadas a fortalecer a capacidade produtiva regional de vacinas e medicamentos essenciais para o consumo na própria região. Neste mister, serão importantes o *Plano de Autossuficiência em Saúde para a América Latina e o Caribe*, elaborado pela CEPAL e aprovado pelos países da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e a *Plataforma Regional da OPAS para o Avanço na Produção de Vacinas e outras Tecnologias em Saúde para COVID-19 nas Américas*.

Na ocasião Carissa F. Etienne, diretora da OPAS declarou: “O prolongamento da pandemia de COVID-19 na região mais desigual do mundo destacou a centralidade da saúde para o bem-estar, a economia e o desenvolvimento. É hora de transformar os sistemas de saúde da América Latina e do Caribe com base no enfoque da atenção primária à saúde, para acelerar a recuperação após a pandemia, recuperar e manter as conquistas em saúde pública e retornar ao caminho da saúde universal, garantindo o acesso à saúde e vacinação para todos aqueles que precisam.”

O relatório também expressa preocupação com a falta de acesso aos serviços de saúde que parte da população vivenciou durante a pandemia devido à saturação observada. Segundo informações oficiais, em 2021, 35% dos países teriam registrado algum tipo de interrupção na prestação dos serviços integrados de saúde, que chegou a 55% no caso dos países que declararam interrupções nos serviços prestados no primeiro nível de atenção. Entre suas recomendações específicas, ambas as instituições apontam para a necessidade de:

- Incorporar o enfoque intersetorial nas políticas de saúde
- Transformar os sistemas de saúde, levando em consideração a centralidade da atenção primária à saúde, o fortalecimento do exercício das funções essenciais de saúde pública, a equidade em saúde, a sustentabilidade financeira e o papel do Estado
- Acelerar os processos de vacinação em massa e manter as medidas sociais e de saúde pública em níveis adequados para controlar a crise de saúde
- Alcançar avanços tecnológicos para a saúde e o desenvolvimento sustentável em nível regional
- Acelerar os processos de transformação digital do setor de saúde
- Manter políticas fiscais expansivas e fortalecer o investimento público para avançar em direção a uma recuperação transformadora
- Consolidar Estados de bem-estar com políticas universais, redistributivas e solidárias com foco em direitos

Conselho de Direitos Humanos da ONU na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

A conclusão da 48ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, recém-encerrada, deixa um vasto conjunto de informes e deliberações que deverão ser objeto deste e dos próximos informes quinzenais do CRIS.

A sequência permitirá uma avaliação adequada da diversidade e alcance dos debates e resoluções adotadas. Cabe destacar dentre as resoluções, das quais ainda não temos textos finais publicados, aquelas que definem avanços importantes e até históricos nos domínios das heranças do colonialismo, do direito humano aos ambientes saudáveis (em vésperas da Conferência de Glasgow) e a criação da Relatoria Especial sobre as Mudanças Climáticas.

Tais decisões, em seu conjunto, posicionam intenções, aspirações e conflitos em torno à persistência das desigualdades decorrentes da herança da colonialidade e tão dramaticamente presentes no enfrentamento assimétrico da COVID-19 e na resistência ao debate sobre os Tratados do Direito ao Desenvolvimento e dos Direitos Humanos na atuação das empresas transnacionais. Mas também projetam a crise global, onde a crise do multilateralismo mostram as Nações Unidas asfixiadas pela falta de recursos e emitindo constantes apelos para uma ordem global baseada na solidariedade, sem encontrar o eco esperado e vendo como os poderes financeiros e seus governos aliados condicionam as ajudas aos seus próprios interesses e exercícios de poder. A deriva em busca de recursos privados, via fundos com participação do capital privado e o exercício cada vez mais ousado do filantropocapitalismo, mas sem frouxar as restrições impostas pela arquitetura das dívidas, as condicionalidades dos empréstimos e a exigência de equilíbrio fiscal via políticas de austeridade, corroboram as evidências de que o controle do capital financeiro no contexto da crise pandêmica é real e não permite uma ordem global solidaria, sendo a essência da crise do multilateralismo.

A busca de novos alinhamentos, via os tratados de direito ao desenvolvimento e dos direitos humanos na ação das empresas transnacionais, aparece muito ameaçada e o Tratado Pandêmico parece imerso nas mesmas contradições que impedem a solidariedade em face da Pandemia e o exercício do dever de cooperar. Neste tom devemos fazer a leitura do Informe sobre o Direito ao Desenvolvimento da Alta Comissária dos Direitos Humanos e do Secretario Geral da ONU.

A Alta Comissária, no seu Informe sobre o Direito à Privacidade face à Inteligência Artificial e suas dimensões associadas ao combate à Covid-19, faz emergir um conjunto muito amplo de fragilidades para controlar o uso abusivo dos recursos da IA em várias ameaças aos direitos humanos. Um tema que exige medidas urgentes.

O informe do Especialista Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, Livingstone Sewanyana, além de destacar os desafios e caminhos para a sustentação financeira do multilateralismo e da recuperação dos países mais fragilizados, também destaca os desafios e inovações para garantir a participação da sociedade civil no Sistema ONU assim como nos espaços nacionais, participação ainda mais restringida durante a Pandemia.

Extratos dos documentos mencionados

1. Direito ao Desenvolvimento – Extratos do Relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. [A/HRC/48/26 - E - A/HRC/48/26 -Desktop \(undocs.org\)](#)

Resumo: O presente relatório contém uma visão geral das atividades do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a promoção e realização do direito ao desenvolvimento realizado entre junho de 2020 e maio de 2021. Em consonância com o pedido feito pela Assembleia Geral em sua resolução 75/182, o relatório se concentra na resposta e na recuperação da pandemia da doença causada pelo Coronavírus (COVID-19). O relatório complementa o relatório do Secretário-Geral e do Alto Comissariado sobre o direito ao desenvolvimento submetido ao Conselho de Direitos Humanos em sua 45ª sessãoB - Acesso a vacinas e medicamentos.

45. A disponibilidade de vacinas, medicamentos, tecnologias e terapias é uma dimensão essencial dos direitos à saúde e ao desenvolvimento e aos benefícios do progresso científico e suas aplicações. Todos têm o direito de desfrutar do acesso às melhores aplicações disponíveis de progresso científico necessários para se beneficiar do mais alto padrão de saúde alcançável. O acesso às vacinas também é uma exigência que envolve a responsabilidade imediata e não progressiva do Estado. As vacinas tornaram-se a nova fronteira na luta pela igualdade. A OHCHR defendia consistentemente a solidariedade na luta contra a pandemia. 46. O Fórum Social do Conselho de Direitos Humanos recomendou que os Estados garantam o acesso universal às vacinas e tratamentos COVID-19 como bens públicos globais.

O Secretário-Geral pediu a criação de uma força-tarefa de emergência para desenvolver e estabelecer um plano global de vacinação com metas ambiciosas, incluindo pelo menos dobrar a produção de vacinas; financiar integralmente o Access to COVID-19 Tools Accelerator e seu COVID-19 Vaccines Global Access Facility (COVAX); apoiar programas nacionais de imunização; e reunir todos aqueles com o poder, a expertise científica e capacidades de produção e financeiras para lidar com o vírus.

Em sua nota de orientação sobre direitos humanos e acesso às vacinas COVID-19, a OHCHR enfatizou que a distribuição injusta de vacinas entre os países, ou o acúmulo de vacinas, desrespeitou as normas legais internacionais e minou o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Especialistas em direitos humanos das Nações Unidas pediram acesso universal e equitativo às vacinas. O Alto Comissariado também enfatizou que os princípios de igualdade e não-discriminação devem ser respeitados no acesso às vacinas, independentemente do status migratório.

OBS: Todos os documentos a seguir estão orientados a combater as inequidades dos grupos humanos face às medidas adotadas para combater a Pandemia, incluindo o acesso à vacinação.

www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_people_on_the_move.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/Migration/OHCHRGuidance_COVID19_Migrants.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/IPeoples/OHCHRGuidance_COVID19_Indigenouspeoples_Rights.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/Minorities/OHCHRGuidance_COVID19_MinoritiesRights.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/Racism/COVID-19_and_Racial_Discrimination.pdf

www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief_on_covid19_and_older_persons_1_may_2020.pdf

www.un.org/sites/un2.un.org/files/policy_brief_on_covid_impact_on_children_16_april_2020.pdf

www.un.org/sites/un2.un.org/files/policy_brief_on_covid_impact_on_women_9_apr_2020_updated.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/Women/COVID-19_and_Womens_Human_Rights.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/LGBT/LGBTpeople.pdf

www.un.org/sites/un2.un.org/files/sg_policy_brief_on_persons_with_disabilities_final.pdf

www.ohchr.org/Documents/Issues/Disability/COVID19_and_The_Rights_of_Persons_with_Disabilities.pdf

Committee on Economic Social and Cultural Rights, general comment No. 25 (2020) on science and economic, social and cultural rights

www.ohchr.org/Documents/Events/COVID19_AccessVaccines_Guidance

www.un.org/sg/en/content/sg/speeches/2021-02-17/ensuring-equitable-access-covid-19-vaccinescontexts-affected-conflict-and-insecurity-remarks-security-council

47. A Organização Mundial da Saúde (OMS), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e A Alta Comissária de DH fizeram um apelo conjunto à ciência aberta, em apoio à comunidade científica internacional, fomentando uma cultura de colaboração e solidariedade e compartilhando resultados e conhecimentos de pesquisa para tornar a ciência amplamente acessível a todos. Eles também apoiaram o chamado solidário à ação lançada pela OMS, o Presidente da Costa Rica e o pool de acesso à tecnologia COVID-19 da OMS que busca facilitar o compartilhamento de conhecimento, propriedade intelectual e dados para a resposta à pandemia.

48. A OMS lançou um chamado à ação e a campanha #VaccinEquity. A Declaração de Equidade de Vacinas convoca líderes globais, nacionais e locais a acelerar a implantação equitativa de vacinas em todos os países, começando pelos profissionais de saúde e aqueles de maior risco. Isso inclui o aumento da fabricação de vacinas, incluindo o apoio à produção local.

A OMS também lançou uma campanha de um ano para enfrentar as crescentes desigualdades e iniquidades em saúde dentro e entre os países: 49. O Access to COVID-19 Tools Accelerator e sua instalação COVAX ilustram um instrumento potencial de cooperação global. O lançamento do Acelerador estabeleceu as bases para a formação de uma parceria entre a OMS; a Coalizão para Inovações de Preparação epidêmica; a Aliança Gavi; o Fundo Global de Combate à Aids, Tuberculose e Malária; o Grupo Banco Mundial; o Fundo das Nações Unidas para a Infância; e outros para apoiar o desenvolvimento e distribuição equitativa de exames, tratamentos e vacinas e fortalecer os sistemas de saúde. A instalação Covax é co-liderada pela Aliança Gavi, a Coalizão para Inovações de Preparação para Epidemias e OMS.

A colaboração da OMS com parceiros – por meio do mecanismo COVAX Advance Market Commitment, o pool voluntário de patentes através do pool de acesso à tecnologia COVID-19 e a advocacia – está facilitando a aquisição e entrega de vacinas para países de baixa renda. Essa colaboração é pautada pelo Marco de Alocação Justa para as vacinas COVID-19, pelo Grupo Consultivo Estratégico de Especialistas em Valores de Imunização da OMS para a alocação e

priorização da vacinação COVID 19 e pelo roteiro para priorizar o uso de vacinas COVID-19 no contexto de oferta limitada.

50. O Alto Comissariado apoiou o Diretor-Geral da OMS em pedir flexibilidade das regulamentações comerciais e renúncias de patentes durante a pandemia, afirmando que ninguém está seguro até que todos estejam seguros. O Secretário-Geral também pediu a exploração de todas as opções para expandir a capacidade de produção de vacinas, como licenças voluntárias e transferências de tecnologia para agrupamento de patentes e flexibilidade nos direitos de propriedade intelectual.

51. O Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, em seu relatório à Assembleia Geral, observou que os suprimentos médicos desesperadamente necessários não haviam chegado aonde eram necessários, com alguns países ricos proibindo as exportações desses bens essenciais.

52. Como mencionado anteriormente, o Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento, em conjunto com o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento e outros especialistas, emitiu um comunicado à imprensa, no qual instou os membros da Organização Mundial do Comércio a cooperar em suspensão de direitos de propriedade intelectual para proteger a saúde pública global. O Mecanismo de especialistas apresentou um estudo sobre a realização do direito ao desenvolvimento no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no qual o nacionalismo vacinal está ligado à falha do dever de cooperar por muitos países ricos, o que prejudica ainda mais a realização da meta do ODS 3.b.

53. A OHCHR e a Universidade para a Paz ofereceram em conjunto o referido curso de e-learning sobre o direito ao desenvolvimento, que incluiu um capítulo sobre a operacionalização do direito ao desenvolvimento e a realização da solidariedade global, da responsabilidade compartilhada e do dever de cooperação internacional na luta contra o COVID-19.

54. Em junho de 2021, um grupo de titulares de mandatos de procedimentos especiais do Conselho de Direitos Humanos convocou os líderes das maiores economias do mundo a garantir que as pessoas no Sul global tivessem acesso igual às vacinas COVID-19 e não permitissem que o motivo do lucro prejudicasse a saúde e a equidade globais.

O Especialista Independente em Direitos Humanos e Solidariedade Internacional recomendou que os Estados retirem urgentemente quaisquer medidas e ações relacionadas à saúde que possam violar a solidariedade internacional vinculante, especialmente qualquer acumulação de vacinas, terapêuticas e diagnósticos, bem como apoiar isenções explícitas de diagnósticos, terapêuticas e vacinas COVID-19 de determinadas disposições do Acordo TRIPS.

55. Em seu relatório sobre a implementação e o aprimoramento da cooperação internacional no campo dos direitos humanos, a Alta Comissária reiterou que a capacidade de produção de vacinas em todo o mundo deve ser massivamente ampliada, tecnologias amplamente compartilhadas, licenças disponibilizadas e acessibilidade garantida.

Em março de 2021, a OHCHR, a Comissão de Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes, a Relatora Especial sobre os direitos humanos dos migrantes e especialistas regionais em direitos humanos emitiram conjuntamente uma nota de orientação na qual ofereceram propostas-chave sobre a distribuição de vacinas.

56. O Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais sobre o gozo dos direitos humanos instou os governos a levantar ou suspender todas as sanções

unilaterais que obstruíram as respostas humanitárias dos Estados sancionados. Essa declaração foi alinhada e ecoou a declaração do Alto Comissariado para aliviar ou suspender as sanções e o apelo do Secretário-Geral para renunciar às sanções que minaram a capacidade dos países de responder à pandemia.

57. A combinação de aumento dos gastos públicos em saúde e proteção social, diminuição das receitas fiscais e acesso restrito ao financiamento externo causado pela crise da COVID-19 ameaça empurrar um grande número de países em desenvolvimento, incluindo países vulneráveis de renda média, para a angústia da dívida. As agências de classificação de crédito rebaixaram o valor do crédito de 42 países desde o início da pandemia, aumentando o risco de uma crise global da dívida soberana.

58. Os impactos fiscais da aflição da dívida em um número crescente de países limitam severamente a capacidade de investir na recuperação, na ação climática e na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A menos que medidas decisivas sejam tomadas para enfrentar os desafios da dívida e da liquidez, o risco de outra "década perdida" é alto.

59. O Alto Comissariado ressaltou a necessidade de alívio da dívida e de um rápido e generoso apoio financeiro e técnico internacional. Também ampliou os apelos para o compartilhamento dos benefícios do desenvolvimento, incluindo tecnologias de saúde, conhecimento, propriedade intelectual, dados e ciência aberta.

60. O Secretário-Geral, desde o início da crise, propôs uma abordagem de três pontas para abordar questões iminentes de dívida e liquidez causadas pela pandemia nos países em desenvolvimento: (i) uma paralisação da dívida para fornecer espaço imediato para todos os países que precisam; (ii) adicional, alívio da dívida direcionada para países que necessitam de apoio além de uma suspensão temporária do serviço da dívida; e (iii) abordar deficiências estruturais da arquitetura da dívida soberana internacional para evitar que a inadimplência leve a crises financeiras e econômicas prolongadas no futuro..."

2. **Relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre a Inteligência Artificial.** OHCHR | 48ª sessão ordinária do Conselho de Direitos Humanos: Relatórios [OHCHR | Session48 48th regular session of the Human Rights Council: Reports A/HRC/48/31](#)

Resumo: No presente relatório, exigido pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 42/15, o Alto Comissariado analisa como o uso generalizado por Parte dos Estados e empresas de inteligência artificial, incluindo perfil, tomada automatizada de decisões e tecnologias de aprendizagem de máquina, afeta o gozo do direito à privacidade e aos direitos associados. Seguindo uma visão geral do marco legal internacional, o Alto Comissariado destaca aspectos da inteligência artificial que facilitam a interferência na privacidade e fornece exemplos de impactos sobre o direito à privacidade e direitos associados em quatro setores-chave. Em seguida, o Alto Comissariado discute abordagens para enfrentar os desafios, fornecendo um conjunto de recomendações para Estados e empresas sobre o desenho e implementação de salvaguardas para prevenir e minimizar resultados nocivos e facilitar o pleno aproveitamento dos benefícios que a inteligência artificial pode proporcionar. A. Conclusões 57. O presente relatório destacou os inegáveis e crescentes impactos das tecnologias de IA no exercício do direito à privacidade e a outros direitos humanos, tanto para o bem como para o pior. Ele apontou para desenvolvimentos preocupantes, incluindo um ecossistema em expansão de coleta e trocas de dados pessoais não transparentes que estão por trás de partes dos sistemas

de IA que são amplamente utilizados. Esses sistemas afetam as abordagens governamentais ao policiamento e à administração da justiça, determinam a acessibilidade dos serviços públicos, decidem quem tem a chance de ser recrutados para um trabalho e afetam as informações que as pessoas veem e podem compartilhar online. Além disso, o risco de discriminação ligado às decisões baseadas em IA é muito real.

O relatório descreve uma série de formas de abordar os problemas fundamentais associados à IA, ressaltando que apenas uma abordagem abrangente baseada em direitos humanos pode garantir soluções sustentáveis em benefício de todos. 58. No entanto, dada a diversidade de novas questões surgidas no contexto da IA, o presente relatório é um instantâneo da paisagem de IA em constante evolução. As áreas que merecem análises adicionais incluem saúde, educação, habitação e serviços financeiros. As tecnologias biométricas, que estão se tornando cada vez mais uma solução para Estados, organizações internacionais e empresas de tecnologia, são uma área onde mais orientação sobre direitos humanos é urgentemente necessária. Além disso, um foco do trabalho futuro do ponto de vista dos direitos humanos deve ser encontrar maneiras de preencher a imensa lacuna de prestação de contas no ambiente global de dados. Por último, as soluções para a superação da discriminação habilitada para IA devem ser identificadas e implementadas com urgência.

B. Recomendações: 59. O Alto Comissariado recomenda que os Estados: (a) reconheçam plenamente a necessidade de proteger e reforçar todos os direitos humanos no desenvolvimento, uso e governança da IA como objetivo central e garantir o igual respeito e a aplicação de todos os direitos humanos on-line e off-line; (b) Assegurar que o uso da IA esteja em conformidade com todos os direitos humanos e que qualquer interferência com o direito à privacidade e outros direitos humanos através do uso da IA seja prevista em lei, busque um objetivo legítimo, cumpra os princípios da necessidade e da proporcionalidade e não prejudique a essência dos direitos em questão; (c) Proibir expressamente aplicações de IA que não possam ser operadas em conformidade com a lei internacional de direitos humanos e impor moratórias sobre a venda e o uso de sistemas de IA que tenham um alto risco para o gozo dos direitos humanos, a menos e até que sejam em vigor as salvaguardas adequadas para proteger os direitos humanos; (d) Impor uma moratória sobre o uso de tecnologias remotas de reconhecimento biométrico em espaços públicos, pelo menos até que as autoridades responsáveis possam demonstrar o cumprimento das normas de privacidade e proteção de dados e a ausência de questões significativas de precisão e impactos discriminatórios, e até todas as recomendações estabelecidas em A/HRC/24/24, parágrafo 53 (j) (i–v), são implementados; (e) Adotar e efetivamente aplicar, por meio de autoridades independentes e imparciais, a legislação de privacidade de dados para os setores público e privado como pré-requisito essencial para a proteção do direito à privacidade no contexto da IA; (f) Adotar marcos legislativos e regulatórios que impeçam e atenuem adequadamente os impactos adversos dos direitos humanos multifacetados ligados ao uso da IA pelos setores público e privado; (g) Garantir que as vítimas de violações e abusos de direitos humanos ligados ao uso de sistemas de IA tenham acesso a remédios eficazes;...”

3. Em defesa de um multilateralismo renovado para enfrentar a pandemia da doença coronavírus (COVID-19) e outros desafios globais. Relatório do Especialista Independente sobre a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa, Livingstone Sewanyana* [A/HRC/48/58 - E - A/HRC/48/58 -Desktop \(undocs.org\)](https://undocs.org/A/HRC/48/58-E-A/HRC/48/58-Desktop)

47. O Especialista Independente alerta veementemente contra a imposição pelas instituições financeiras internacionais de quaisquer futuras medidas retrogressivas ligadas às condicionalidades de empréstimos no contexto da pandemia COVID-19, inclusive na posterior recuperação econômica. Essas medidas incluem privatização e desregulamentação, bem como medidas de austeridade, que exigem reduções substanciais nos gastos públicos e/ou aumentos de impostos em um esforço para controlar a dívida do setor público e viabilizar o crescimento econômico. Entre os desproporcionalmente afetados por tais medidas estão mulheres, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos, pessoas vivendo com HIV/AIDS, indígenas, minorias étnicas, migrantes, refugiados e desempregados.

48. Para aumentar o espaço fiscal para os países impactados negativamente pela pandemia, também é importante que uma revisão do sistema tributário global seja realizada o mais rápido possível, como aponta o ex-secretário-geral da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). 60 A esse respeito, o Especialista Independente observa a decisão dos Ministros das Finanças do G7 em 5 de junho de 2021 de apoiar um acordo internacional sobre a reforma tributária global, forçando as corporações multinacionais a pagar sua parte justa em impostos nos países onde fazem negócios, com uma taxa mínima global de 15%. Esse acordo foi apoiado em 1º de julho de 2021 por 130 países e jurisdições que são membros do Quadro Inclusivo da OCDE/G20 sobre erosão de base e mudança de lucro e endossado em 10 de julho de 2021 pelos Ministros das Finanças do G20. No entanto, ele compartilha das preocupações expressas por uma série de partes interessadas de que o acordo, embora constitua um avanço significativo, é na verdade desequilibrado, pois beneficiará principalmente os países ricos. O acordo não levou em conta propostas do Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro sobre Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento Monetário e do Fórum Africano de Administração Tributária para repartir todos os lucros globais de acordo com a localização da atividade empresarial das corporações multinacionais. Além disso, 15% é muito pouco. De fato, o Painel de Alto Nível sobre Responsabilidade Financeira Internacional, Transparência e Integridade para alcançar a Agenda 2030 havia solicitado um imposto corporativo global de 20 a 30% sobre os lucros.

Em última análise, o Especialista Independente compartilha a visão de que a reforma tributária internacional é sobre a renovação da soberania fiscal por meio de uma maior cooperação, e que o melhor fórum para alcançar esse objetivo são as Nações Unidas, com vistas a garantir a inclusão global e a transparência. 49. O direito à seguridade social, garantido por diversos instrumentos internacionais de direitos humanos, também é primordial no contexto da recuperação. Nesse sentido, o Especialista Independente manifestou apoio ao chamado à ação feita pelo Relator Especial sobre pobreza extrema e direitos humanos em seu último relatório ao Conselho de Direitos Humanos, que ecoa pedidos anteriores de várias partes interessadas, incluindo ex-titulares de mandatos de procedimentos especiais, para estabelecer um fundo global de proteção social, com o objetivo de ajudar os países a proteger suas populações de futuras pandemias. Como afirma o Relator Especial, a criação de um fundo global de proteção social, como um novo mecanismo financeiro internacional, compensaria o déficit de financiamento experimentado pelos países de baixa renda que buscam garantir pisos de proteção social para sua população, e encorajaria esses países a estabelecer sistemas de proteção social permanentes e baseados em direitos, de acordo com as normas internacionais, sem temer que choques repentinos resultem em um fardo financeiro comprometendo sua acessibilidade / sustentabilidade.

O Especialista Independente vê a criação de um fundo global de proteção social como uma proposta fundamental para o multilateralismo abraçar. Ele saúda a aprovação em 19 de junho de 2021 pela Conferência Internacional do Trabalho da proposta de resolução e conclusões apresentadas pela Comissão de Discussão Recorrente sobre proteção social (seguridade social), que solicita à Organização Internacional do Trabalho, como líder em proteção social no sistema multilateral, iniciar e iniciar discussões sobre propostas concretas para um novo mecanismo de financiamento internacional, como um fundo global de proteção social, que poderia complementar e apoiar os esforços de mobilização de recursos domésticos para alcançar a proteção social universal.

Ele considera esse desenvolvimento encorajador e espera que desencadeie uma ação decisiva sobre esta questão fundamental. 50. Além disso, o Especialista Independente vê a introdução de uma renda básica universal emergencial como uma das medidas-chave para mitigar as consequências devastadoras da pandemia, como defendido pelo Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente direitos econômicos, sociais e culturais.

51. O Especialista Independente também alerta para o impacto exacerbado de medidas coercitivas unilaterais – como sanções econômicas, políticas, financeiras ou comerciais impostas por um Estado ou grupo de Estados sobre outro Estado – no contexto da pandemia, como salientado durante o recente webinar acima mencionado que moderava sobre o impacto de medidas coercitivas unilaterais nos sistemas nacionais de saúde dos países em desenvolvimento direcionados, em particular sobre a saúde e o bem-estar de mulheres, crianças, pessoas com deficiência e outras pessoas em situação de vulnerabilidade, bem como em algumas submissões recebidas ao questionário.

54. Voltando-se para o impacto da pandemia na participação da sociedade civil em processos multilaterais, o Especialista Independente foi alertado de que as modalidades de participação da sociedade civil no Conselho de Direitos Humanos foram supostamente despriorizadas durante a pandemia, uma vez que os Estados-Membros têm sido mais flexibilidade. Organizações da sociedade civil reclamaram de atrasos na confirmação de modalidades, acesso à informação, questões de fuso horário, acessibilidade linguística e falta de informação sobre negociações informais. Essas questões provavelmente se aplicam a outros fóruns multilaterais.

Embora o uso da tecnologia tenha possibilitado a participação remota de organizações menores da sociedade civil, que não têm recursos para viajar para Genebra ou que enfrentam restrições de viagem em seus países de origem, a ressalva nesta situação é que nem todos os atores da sociedade civil têm acesso à Internet para permitir tal participação. O Especialista Independente concorda que a participação remota das organizações da sociedade civil precisa ser fortalecida, e convoca o Conselho de Direitos Humanos, outros fóruns multilaterais e, em geral, todos os processos consultivos das Nações Unidas, para serem mais inclusivos e, conseqüentemente, mais transparentes, adotando um formato híbrido para as futuras sessões ("Especialista da ONU pede a adoção de projeto de declaração sobre solidariedade internacional", 6 de maio de 2020. CIVICUS, "Relatório estado da sociedade civil" (maio de 2020). Veja também a apresentação do Conselho da Europa e a apresentação conjunta da Anistia Internacional, CÍVICA, Humanistas Internacional e Serviço Internacional de Direitos Humanos. Veja a apresentação conjunta da Anistia Internacional, CÍVICA, Humanistas Internacional e

Serviço Internacional de Direitos Humanos. A/HRC/48/58 15 e consultas para viabilizar a participação remota dos stakeholders, além da presença física de outros participantes.)

Certamente, a falta de reuniões físicas tem tido impacto na capacidade das delegações de realizar negociações efetivas. No entanto, a interrupção do trabalho das organizações da sociedade civil é mais aguda para elas devido aos seus recursos limitados. Além disso, para essas organizações, a pandemia exacerbou as barreiras pré-existentes vinculadas à obtenção de vistos, mas também relacionadas à obtenção de status consultivo junto ao Conselho Econômico e Social, devido às práticas falhas da Comissão das Organizações Não Governamentais, que foram documentadas longamente.

56. Uma das soluções inovadoras apresentadas para aumentar a participação da sociedade civil nos processos multilaterais das Nações Unidas é a nomeação de um enviado de alto nível da sociedade civil nas Nações Unidas.

A pessoa designada para esse papel atuaria como um ponto central de ligação no sistema das Nações Unidas e seria incumbida de identificar e desafiar barreiras à participação, pressionando por processos de convocação mais inclusivos e impulsionando a divulgação das Nações Unidas para a sociedade civil e o público. A este respeito, o Especialista Independente expressa seu total apoio ao apelo à governança global inclusiva emitida por Nós, os Povos e endossada por 171 grupos da sociedade civil e endossado por 171 grupos da sociedade civil e endossado por 171 grupos da sociedade civil e redes, de todas as partes do mundo.

O apelo foi emitido às Nações Unidas e aos Estados-Membros para nomear tal enviado, que deve defender a implementação de uma estratégia mais ampla para abrir as Nações Unidas à participação do povo e às vozes da sociedade civil. A este respeito, ele acredita que a participação fundamental dos jovens deve ser igualmente promovida e garantida em processos multilaterais, e saúda o trabalho do Escritório das Nações Unidas do Enviado do Secretário-Geral da Juventude, que deve emular a criação de um enviado da sociedade civil das Nações Unidas.

57. Outra questão preocupante para o Especialista Independente é o impacto da pandemia no financiamento para a sociedade civil, que já era precária antes do seu surto. Ele teme que esses doadores desviem esses recursos para a saúde e a resposta econômica...”

G77, MNA e Cooperação Sul-Sul na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Regina Ungerer

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Existem algumas definições de Cooperação Sul-Sul, mas o UNOSSC a define como uma troca de conhecimentos e recursos político, econômico, social, cultural, ambiental ou técnico entre países em desenvolvimento. Pode ocorrer em uma base bilateral, regional, sub-regional ou inter-regional e pode envolver dois ou mais países em desenvolvimento.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaque do UNOSSC

12 de setembro – Dia Internacional para a Cooperação Sul-Sul

A comemoração do Dia Internacional para a Cooperação Sul-Sul de 2021, organizada antes da abertura da 76ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi uma oportunidade para discutir a solidariedade do Sul em apoio a uma sociedade mais inclusiva e resiliente. e um futuro sustentável, respondendo efetivamente à crise global do COVID-19.

Vale lembrar que o UNOSSC produz uma série de publicações de boas práticas que destacam as boas práticas do Sul, agências das Nações Unidas, organizações intergovernamentais e outros parceiros de desenvolvimento.

Para comemorar o Dia Internacional para a Cooperação Sul-Sul de 2021, o UNOSSC e o Escritório Regional do PNUD na África se uniram para lançar uma edição especial da publicação de Boas Práticas intitulado *Good Practices in SSTC - Scaling Up Made-in-Africa Solutions*. Considerando que os países africanos têm gerado soluções de desenvolvimento inovadoras e específicas ao seu próprio contexto e para responder aos desafios comuns, incluindo a pandemia COVID-19, estes países se juntaram com atores interessados em desenvolvimento e lançaram esta publicação.

O documento destaca quase 40 boas práticas relacionadas com todos os ODS, ilustrando os princípios centrais da cooperação Sul-Sul e triangular, tais como: enfrentar os desafios do desenvolvimento transnacional, destacando soluções que foram testadas e ampliadas e com resultados de desenvolvimento tangíveis.

Além disso, a publicação mapeia e codifica soluções inovadoras de desenvolvimento Sul-Sul na África que foram replicadas ou têm o potencial de serem replicadas na África. E discute questões-chave relacionadas aos ODS, como governança, mudanças climáticas, redução de risco

de desastres, energia renovável, água limpa, agro alimentação, finanças digitais, meio ambiente e inclusão.

Espera-se que o documento sirva de inspiração para governos, setor privado e empreendedores, sociedade civil e organizações não governamentais e o público em geral a adotar, melhorar e compartilhar as boas práticas feitas na África em sua jornada para cumprir suas metas dos ODS. Destaques para:

- Rede Global de Bancos de Leite Humano
- Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
- Fundação Centro de treinamento profissional Brasil-São Tomé e Príncipe
- Escola de Todos em Cabo Verde
- Alfabetização Solidária em STP
- Desenvolvimento da Produção Artesanal em São Tomé e Príncipe
- Bolsas de treinamento vocacional na indústria da hospitalidade em STP
- “E-voluir” (“E-volve”) Jornada de inovação (PALOP e Brasil)
- Apoio ao Desenvolvimento Habitacional de Cabo Verde
- Apoio ao Desenvolvimento Urbano em Moçambique
- Apoio ao Desenvolvimento Urbano de São Tomé e Príncipe
- Acelerando a Implementação dos Tratados da União Africana em São Tomé e Príncipe

O documento com 91 páginas pode ser lido em: [clique aqui para baixar o documento.](#)

Grupo do G-77

O Grupo dos 77 (G-77) foi criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento. Atualmente o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O Grupo dos 77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas.

Sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e assim aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 se tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. É importante ressaltar que a China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁵, Nairóbi (UNEP)⁶, Paris (UNESCO)⁷, Roma (FAO/IFAD)⁸, Viena (UNIDO)⁹ e o Grupo dos 24 (G-24) em Washington, DC (FMI e Banco Mundial).

⁵ UNCTAD – Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

⁶ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁷ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁹ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

O Grupo Intergovernamental dos Vinte e Quatro para Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) coordena a posição dos países em desenvolvimento sobre assuntos monetários e de desenvolvimento nas deliberações e decisões das Instituições de Bretton Woods (BWI). Em particular, o G-24 concentra-se nas questões das agendas do Comitê Monetário e Financeiro Internacional (IMFC) e do Comitê de Desenvolvimento (CD), bem como em outros fóruns internacionais relevantes. O Brasil faz parte do G-24.

A República da Guiné assumiu a presidência do G-77 em janeiro de 2021, por um período de um ano.

Como muitas declarações do G-77 e da China referem-se aos principais Comitês da AGNU, vale esclarecer o papel e a responsabilidade dos seis principais Comitês.

O **Primeiro Comitê** trata do desarmamento, desafios globais e ameaças à paz que afetam a comunidade internacional e busca soluções para os desafios do regime de segurança internacional.

O **Segundo Comitê** é o Comitê Econômico e Financeiro da Assembleia Geral da ONU.

O **Terceiro Comitê** trata de questões sociais, humanitárias e de direitos humanos que afetam pessoas em todo o mundo.

O **Quarto Comitê** é o Comitê Político Especial e de Descolonização e lida com uma ampla gama de questões tais como a descolonização, os efeitos da radiação atômica, questões relacionadas à informação, revisão sobre as operações de manutenção da paz, bem como uma revisão das missões políticas especiais, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados Palestinos no Oriente Próximo, práticas Israelenses e atividades de assentamento que afetam os direitos do povo palestino e de outros territórios Árabes ocupados e cooperação internacional no uso pacífico do espaço sideral.

O **Quinto Comitê** é o Comitê Administrativo e Orçamentário da AGNU. Com base nos relatórios do 5º Comitê, a Assembleia Geral considera e aprova o orçamento da Organização.

O **Sexto Comitê** é o fórum principal para as questões jurídicas na Assembleia Geral.

Entre os dias 2 de setembro a 13 de outubro de 2021, o G-77 e a China manifestaram-se em 16 reuniões da Assembleia Geral.

02 de setembro de 2021

Explicação dada pela República da Guiné sobre a posição do G-77 e da China por ocasião da adoção da AGNU da resolução "Âmbito, modalidades, formato e organização da reunião de alto nível da Assembleia Geral para comemorar o 20º aniversário da adoção da declaração e programa de ação de Durban".

O G-77 e a China reafirmaram seu apoio inabalável à Declaração de Durban e seu Programa de Ação como um documento marco para prevenir, combater e eliminar todas as formas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerâncias relacionadas. 20 anos após sua adoção, a Declaração de Durban ainda propicia um roteiro abrangente e holístico para abordar e acabar com o racismo e a discriminação racial em todo o mundo.

A Conferência Mundial contra o Racismo e a Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância foi realizada de 31 de agosto a 8 de setembro de 2001 em Durban, África do Sul.

A Declaração e Programa de Ação emitidos no final da conferência, representavam os compromissos assumidos depois de 1 semana de debates globais. Vale lembrar que o final desta conferência se deu somente três dias antes da queda do World Trade Centre em Nova York no dia 11 de setembro de 2001. Data que ficou marcada para sempre em todo o mundo.

A declaração destaca as manifestações passadas, bem como as formas contemporâneas de discriminação racial. O Programa de Ação é um roteiro que ilustra como a comunidade internacional acompanhará esses compromissos. Indica as medidas a serem tomadas para acabar com o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância e o que deveria ser feito para prevenir a sua ocorrência no futuro.

A Declaração e Programa de Ação é um documento amplo com 153 páginas que pode ser lido em: [Declaração e Programa de Ação de Durban.](#)

08 de setembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante as consultas informais sobre o funcionamento do sistema revigorado de coordenador de residente, incluindo sua estrutura, desempenho e financiamento.

O G-77 e a China consideram que o Sistema de Coordenadores Residentes presta um serviço inestimável aos nossos países, especialmente aos mais vulneráveis e por isso, o G-77 e a China têm a mais alta consideração pelo Sistema de Coordenadores Residentes e continuam a apoiar firmemente o sistema revigorado aprovado em 2018.

10 de setembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas e presidente do Grupo dos 77 por ocasião do dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul.

Os países em desenvolvimento enfrentam vários desafios para seu desenvolvimento, incluindo sistemas de saúde frágeis, aumento da pobreza, insegurança alimentar e desnutrição, financiamento insuficiente e altas dívidas, acesso inadequado ao mercado de bens e serviços, cadeias de abastecimento globais instáveis, abismo digital em expansão, restrições no acesso aos produtos farmacêuticos e suprimentos médicos necessários e redução nas receitas de turismo, remessas de dinheiro e exportações, entre outros.

A pandemia do Covid-19 ressaltou que a cooperação multilateral é a chave para superar os desafios globais. Os países em desenvolvimento continuam a trabalhar juntos e de forma solidária para enfrentar a pandemia e contribuir para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Isto foi claramente destacado pelo nosso Grupo na última Reunião Ministerial realizada em novembro de 2020, que enfatizou a necessidade de abordar a pandemia do Covid-19 através de uma resposta global baseada na unidade, solidariedade e cooperação multilateral renovada entre Estados, povos e gerações que aumenta a capacidade e determinação dos Estados e de outras partes interessadas relevantes para implementar plenamente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O Grupo reitera que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. No futuro, se quisermos alcançar os ODS e, simultaneamente, nos recuperar do impacto devastador da pandemia, é

imperativo que fortaleçamos os meios de implementação para os países em desenvolvimento, especialmente nas áreas de financiamento, tecnologia e capacidade de construir e criar um ambiente global favorável para o desenvolvimento.

Na última Reunião Ministerial, o G-77 e a China destacaram a importância crítica da cooperação multilateral e internacional, incluindo a cooperação Sul-Sul, como uma ferramenta relevante para enfrentar os desafios atuais e voltou a se comprometer com a plena adesão e fortalecimento do sistema multilateral, em particular do sistema das Nações Unidas.

Em junho de 2021, o Comitê de Alto Nível (HLC) para a Cooperação Sul-Sul destacou, mais uma vez, a importância da cooperação Sul-Sul, especialmente à luz da pandemia global. Reiterou seu compromisso com a implementação do documento final do BAPA + 40 e destacou o imperativo de que o Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas contribua de forma ativa e tangível para a agenda e os objetivos da Cooperação Sul-Sul, particularmente na fase de recuperação da pandemia do Covid-19, com propriedade e liderança dos países em desenvolvimento.

O Grupo reafirma que a Cooperação Sul-Sul é uma manifestação de solidariedade entre os povos e países do Sul e que contribui para o bem-estar e a autossuficiência nacional e coletiva e a execução dos objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo as metas do Desenvolvimento Sustentável.

Os princípios da Cooperação Sul-Sul são igualmente importantes, incluindo respeito pela soberania nacional, propriedade e independência nacionais, igualdade, não condicionalidade, não interferência nos assuntos internos e benefício mútuo.

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a adoção da Assembleia Geral sobre o projeto de Resolução A/75/L 112/Ver 1 intitulada “Causas de Conflito e promoção da paz duradoura e do desenvolvimento sustentável na África.

Os países africanos vêm se esforçando bastante para conter e superar as repercussões da pandemia do covid-19, que trouxe desafios sem precedentes para todo o continente. Apesar do progresso registrado nos últimos anos, a crise global da saúde afetou diretamente a capacidade da África de alcançar seus ODS e, em particular, de enfrentar os inúmeros desafios e ameaças à paz e estabilidade do continente, como terrorismo, crime organizado transnacional, drogas, armas, tráfico de pessoas, pandemias, etc., que acabam por impedir avanços na obtenção de um desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômica, social e ambiental.

A paz e a segurança na África influenciam enormemente na estabilidade e no desenvolvimento do mundo. Consequentemente, as parcerias, esforços e ações são essenciais, na prevenção e resolução de crises, manutenção e consolidação da paz. A comunidade internacional deve apoiar coletivamente a liderança dos países africanos na sua luta contra os conflitos, agindo em ações ligadas à pobreza, fome, desigualdades sociais, má gestão, violações dos direitos humanos, impunidade e sentimento de marginalização que promove a falta de identidade.

O G77 e a China, sempre apoiaram a intensificação da cooperação internacional para a África, no espírito de benefício mútuo e solidariedade internacional.

Fortaleceremos os esforços para cooperar com todos os parceiros ao redor do mundo e trabalhar com os países africanos para lutar contra a pandemia e avançar na recuperação pós-pandemia, remover as raízes dos conflitos e injetar um novo incentivo para a paz e desenvolvimento sustentável no continente para alcançar um futuro comum para todos.

Declaração em nome do G-77 e da China feita pela Delegação da República da Guiné explicando sua posição na adoção do projeto de resolução A/75/L 135 “Modalidades para a reunião internacional com direito a Estocolmo + 50: Um planeta saudável pela prosperidade de todos - Nossa responsabilidade, nossa oportunidade.

Lembramos que a decisão de realizar este encontro Internacional é para comemorar os 50 anos desde a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano e os documentos resultantes deste encontro. Lembramos que esta reunião será realizada como uma contribuição para a dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável para acelerar a implementação dos compromissos no contexto da década de ação e para o desenvolvimento sustentável, incluindo uma recuperação sustentável da pandemia do Covid-19.

Recordamos a decisão de realizar este evento como um "Encontro Internacional" e não como uma "Conferência", baseia-se nas resoluções A/RES/57/262¹⁰ e A/RES/ 58/213¹¹. O Grupo reafirma seu entendimento de que não há expectativa de redefinir, renegociar, nem criar novos mecanismos ou novos compromissos, nem ir além das disposições dos acordos ambientais multilaterais. E que da reunião internacional resultará um resumo das discussões como um documento final.

O Grupo destaca que este encontro internacional deve ser discutido e reforçado com o PNUMA¹²@ 50, evitando sobreposições e duplicações, bem como o papel do PNUMA no apoio aos preparativos do evento. Lembramos também o convite à Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA¹³) e ao Comitê de Representantes Permanentes do PNUMA, para fornecer contribuições que levem ao encontro Estocolmo + 50.

15 de setembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o briefing do segundo comitê na 76ª sessão da UNGA.

O G-77 e a China observam que ao contrário do que aconteceu na 75ª sessão da AGNU, em que foram feitas exceções para acomodar duas resoluções extremamente críticas, não existe tal cenário para a 76ª sessão. O G-77 não apoiará uma abordagem que priorize ou crie condições desiguais ou preferenciais de algumas resoluções selecionadas em relação a outras.

Além disso, o G-77 e a China acreditam que as atualizações gerais das resoluções não podem ser puramente factuais, técnicas ou editoriais. Na 75ª AGNU houve um acordo que todas as resoluções deveriam incorporar pelo menos um parágrafo preambular e um parágrafo operativo igualmente importantes, a serem negociados em profundidade. Acreditamos que essa

¹⁰ 57/262. [Further implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States](#)

¹¹ 58/213. [Further implementation of the Programme of Action for the Sustainable Development of Small Island Developing States](#)

¹² PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

¹³ UNEA – Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente é o órgão de tomada de decisão de mais alto nível do mundo, sobre o meio ambiente

deva ser a base a ser adotada pela 76ª AGNU. Caberá aos principais proponentes das resoluções decidir as atualizações substantivas a serem propostas, no entendimento de que, à luz das atuais circunstâncias, haverá uma contenção geral de todos.

30 de setembro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Ahmed Tidiane da República da Guiné, durante o terceiro comitê da 76ª sessão da AGNU

A pandemia de Covid-19 continua a causar estragos no mundo, apesar da produção de vacinas que nos encham de esperança, mas cuja disponibilidade permanece inacessível para um número significativo de países. A pandemia agravou os desafios já existentes para o desenvolvimento, agravou as desigualdades e impactou negativamente a capacidade dos governos de cumprirem a Agenda 2030 e os 17 ODS ao entrarmos na década de ação. Nesse sentido, o reconhecimento das vacinas contra o Covid-19 como bens públicos globais ajudará a superar a pandemia mundial e a recuperar o impulso para o desenvolvimento sustentável.

É indiscutível que a pandemia do Covid-19 exacerbou as dificuldades de todos os países em desenvolvimento e que as medidas coercitivas unilaterais agravaram ainda mais essas dificuldades e restringiram severamente a capacidade dos países de combater e se recuperar da pandemia. Os países que estão arcando com o peso dessas medidas precisam da solidariedade e do apoio da comunidade internacional.

O G-77 e a China acreditam que as discussões deste ano sobre Desenvolvimento Social devam concentrar nos impactos da Covid-19, bem como em estratégias orientadas para enfrentar as diferentes formas de desigualdade com o objetivo de implementar os objetivos da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social e a Agenda 2030 e não deixar nenhum país e ninguém para trás.

Nesse contexto, o G-77 e a China reiteram a importância de garantir o acesso global e equitativo às vacinas seguras, eficazes e a preços acessíveis para combater o Covid-19.

Para garantir que todos sejam vacinados este ano, o Grupo apela para o rápido aumento da produção global de vacinas, inclusive nos países em desenvolvimento, por meio da disseminação adequada de tecnologia e know-how, usando o acordo TRIPS¹⁴ da Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como a Declaração de Doha da OMC sobre o acordo TRIPS e saúde pública de 2001 que reconhece que o acordo TRIPS deve ser interpretado e implementado de forma a apoiar o direito dos Estados Membros de proteger a saúde pública e, em particular, de promover o acesso a medicamentos para todos.

O Grupo também rejeita a imposição de leis e regulamentos com impacto extraterritorial e todas as outras formas de medidas econômicas coercitivas, incluindo sanções unilaterais, contra os países em desenvolvimento e reitera a necessidade urgente de eliminá-los imediatamente.

Reiteramos que o fortalecimento do multilateralismo e da cooperação internacional para o desenvolvimento, especialmente a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul e triangular, é fundamental para o desenvolvimento sustentável e para a promoção do Programa de Ação da

¹⁴ Aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio (*Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* - TRIPS)

Cúpula de Copenhague¹⁵, tendo em vista que a cooperação Sul-Sul deve complementar ao invés de ser visto como um substituto para a cooperação Norte-Sul.

Além disso, estamos profundamente preocupados com o impacto devastador que a Covid-19 vêm infringindo nas vidas dos idosos e a ameaça desproporcional que representa para sua saúde, vida, direitos e bem-estar. A comunidade internacional deve trabalhar para eliminar os preconceitos estruturais e institucionais, a discriminação e a estigmatização, a fim de assegurar que os idosos possam exercer o pleno gozo de seus direitos humanos e bem-estar.

Também reconhecemos que a crise do Covid-19 exacerbou as desigualdades e a exclusão das pessoas com deficiência e pedimos que o bem-estar e as perspectivas das pessoas com deficiência sejam considerados nos esforços de resposta do Covid-19.

01 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas e presidente do Grupo dos 77 por ocasião da Reunião Ministerial do G-77 e da China durante a UNCTAD 15 (Genebra – Bridgetown)

Como é de conhecimento de todos, os Ministros das Relações Exteriores do G-77 se reúnem anualmente em Nova York para tratar de diversas questões relacionadas ao desenvolvimento que são de interesse para os nossos países. A Reunião Ministerial de 01 de outubro de 2021, realizada em preparação à UNCTAD 15 teve um significado especial devido aos laços históricos que a unem ao nosso Grupo desde 1964, no mesmo *Palais des Nations* em Genebra, de onde a UNCTAD 15 será realizada, de forma virtual.

De fato, os objetivos comuns de nossos países para alcançar um mundo melhor inspiraram as delegações do G-77 a se reunirem no *Palais des Nations* em 1964 para a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, sem saber que esse encontro resultaria no o estabelecimento da Conferência quadrienal da UNCTAD, a criação do secretariado da UNCTAD e o estabelecimento do próprio Grupo dos 77.

Conforme o esboço da Declaração Ministerial de Bridgetown que será adotada na reunião do UNCTAD 15, o próximo 60º aniversário da UNCTAD e do Grupo dos 77, em 2024 será uma oportunidade para fazer um balanço do passado para seguirmos em frente. A pandemia do Covid-19 mostrou que o mundo mais justo para o qual a UNCTAD e nosso Grupo foram criados, continua a ser ilusório. A pandemia do Covid-19 interrompeu o funcionamento normal dos mercados abertos, a conectividade da cadeia de abastecimento global e o fluxo de bens essenciais, e essas interrupções impedem a luta contra a pobreza, a fome e a desigualdade, acabando por minar os esforços para cumprir a Agenda 2030. Portanto, é claro que precisamos fazer mais e precisamos fazer mais e melhor e juntos.

Ao olharmos para as muitas vulnerabilidades e desigualdades que afligem nosso mundo, que são o foco da Conferência UNCTAD 15, devemos reafirmar o espírito de solidariedade que une nosso Grupo e trabalhar juntos para revigorar nosso papel, e o papel da UNCTAD como ponto focal dentro do sistema das Nações Unidas para o tratamento integrado de comércio e desenvolvimento e questões inter-relacionadas nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável. E, contribuindo para a implementação da Agenda 2030, permitir que a nossa voz seja ouvida dentro e fora das Nações Unidas.

¹⁵ [Report of the World Summit for Social Development, Copenhagen](#), 6-12 March 1995

UNCTAD 15 - “Da desigualdade e vulnerabilidade à prosperidade para todos” realizada entre 3 e 7 de outubro de 2021

Previamente à Conferência UNCTAD 15, foi realizada a reunião de Ministros das Relações Exteriores do G-77 e da China que deu origem à **Declaração Ministerial de Bridgetown do Grupo dos 77 e China**.

Nesta declaração contundente, o G-77 e a China reconhecem a centralidade das Nações Unidas no sistema internacional no campo do desenvolvimento, manutenção da paz e segurança internacionais e respeito pelos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Reafirmam o importante papel da UNCTAD como ponto focal nas Nações Unidas para comércio e desenvolvimento e questões inter-relacionadas nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável.

Reafirmam os compromissos da comunidade internacional que permanecem relevantes e devem ser mantidos, incluindo a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a Agenda de Ação de Addis Abeba, a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito ao Desenvolvimento, o Programa de Ação para os Países Menos Desenvolvidos para a Década 2011-2020 (Programa de Ação de Istambul) e qualquer acordo que o suceda e que seja relevante para a 5ª Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos, os resultados e a Declaração de Princípios e o Plano de Ação da Cúpula Mundial sobre a Sociedade da Informação, a Estrutura de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015–2030, o Programa de Ação de Viena para Países em Desenvolvimento sem litoral para a Década de 2014–2024, o Caminho das Modalidades de Ação Aceleradas dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SAMOA), o Acordo de Paris e o Protocolo de Quioto no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, as sessões anteriores da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas e a Convenção sobre Diversidade Biológica, bem como a próxima 26ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas Clima e a 15ª sessão da Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, e a Declaração de Doha sobre o Acordo sobre aspectos relacionados ao comércio de direitos de propriedade intelectual e saúde pública.

Expressam o firme compromisso com um sistema de comércio multilateral, transparente, não discriminatório, aberto e inclusivo consubstanciado na Organização Mundial do Comércio. Sublinhamos que muito foi realizado desde o nascimento da UNCTAD e do Grupo dos 77, particularmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental. No entanto, a desigualdade e a vulnerabilidade continuam a atormentar grande parte da humanidade, tornando a contribuição da UNCTAD mais relevante do que nunca.

Reiteramos que esta não é a primeira vez que G-77 e a China pedem uma ação conjunta para enfrentar as ameaças à humanidade. No entanto, o acesso desigual às vacinas, unilateralismo, ocupação estrangeira, desastres naturais recentes, acidentes marítimos e industriais, deslocamento humano, capacidades produtivas fracas, falta de transformação estrutural, ritmo lento de diversificação das economias e insegurança alimentar realçados pela pandemia do Covid-19, ressaltam as consequências reais da falta de ação.

Portanto, nós reafirmamos a necessidade de mover de “decisões” para “ação”. O mundo em que vivemos hoje, deixa claro que devemos melhorar e passar das ações aos resultados concretos.

Os desafios fundamentais ao desenvolvimento permanecem e foram agravados pela pandemia do Covid-19. Esses desafios incluem a desigualdade, vulnerabilidade, os efeitos das mudanças climáticas, medidas coercitivas unilaterais, perda de biodiversidade, desastres naturais e causados pelo homem, a escalada da crise da dívida, falta de competitividade, dependência de commodities, padrões de consumo e produção insustentáveis, base produtiva menos diversificada, desemprego, insegurança alimentar, escassez de serviços básicos e infraestrutura, fluxos financeiros ilícitos e atividades que estão por trás de sua ocorrência e os choques relacionados com a saúde, que têm impacto no comércio, impedem o desenvolvimento e a subsistência das nações e dos indivíduos e violam o seu direito ao desenvolvimento.

Reconhecemos que a Covid-19 desencadeou uma crise humanitária e socioeconômica que já está devastando as sociedades e revertendo os ganhos vitais obtidos no desenvolvimento humano e nas metas de desenvolvimento sustentável. Além disso, a pandemia acentuou as desigualdades em várias áreas e expôs as vulnerabilidades estratégicas dos países em desenvolvimento que são desproporcionalmente afetados pela pandemia. Acima de tudo, tem um impacto significativo nas vidas e meios de subsistência das pessoas comuns, especialmente dos pobres e os mais vulneráveis, que lutam para ganhar a vida em um mundo já altamente desigual.

Notamos com preocupação o ritmo desigual da distribuição da vacina contra o Covid-19 e, a esse respeito, reafirmamos a necessidade de uma distribuição rápida, eficaz, acessível e equitativa de vacinas para todos, especialmente nos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, incluindo a consideração contínua na Organização Mundial do Comércio sobre uma isenção temporária de certas disposições do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio para a prevenção, contenção e tratamento da Covid-19 e outras propostas relacionadas à resposta da Organização Mundial do Comércio à pandemia.

Ressaltamos o significado histórico da nossa tarefa, ao se aproximar do aniversário conjunto de 60 anos da UNCTAD e do G-77. Até o nosso aniversário, faltarão apenas seis anos para a data prevista para o cumprimento dos ODS. Nosso trabalho poderia contribuir para a formulação do sucessor da agenda de desenvolvimento sustentável. Nossa construção de consenso na UNCTAD deve contribuir para definir o futuro da própria agenda de desenvolvimento global.

O desafio e a oportunidade são claros: nosso trabalho nos próximos anos deve estar voltado para o aprimoramento da agenda de desenvolvimento global, incluindo a aceleração da implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Para ler a Declaração Ministerial completa, [acesse aqui](#).

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a reunião organizacional do segundo Comitê para a 76ª sessão da AGNU.

O G-77 e a China consideram de especial relevância o segundo comitê para todos os países em desenvolvimento. É de extrema importância para o G-77 e a China que o segundo comitê se posicione firmemente sobre a agenda ampla de desenvolvimento e aborde de maneira abrangente todas as questões pendentes e relevantes para o mundo de hoje, incluindo o impacto contínuo que a pandemia do Covid-19 tem imposto aos países. Considera-se que seja necessário um sistema multilateral e de cooperação internacional fortalecido em apoio aos

nossos planos e estratégias de recuperação nacionais. Asseguramos o compromisso do Grupo em trabalhar de forma construtiva no trabalho geral deste Comitê.

No geral, o G-77 e a China reconhecem que o documento proposto pela mesa do segundo comitê, sobre seu trabalho, é uma versão melhorada da versão adotada pela 75ª sessão. Considera ainda que o documento a ser adotado está na direção certa e agradecem pelo reconhecimento de ter sido levado em consideração várias preocupações que haviam sido levantadas pelo G-77 e a China e outras delegações, ao longo do processo. A este respeito, o Grupo tem o prazer de reunir consenso sobre o documento.

04 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a organização dos trabalhos para o 5º comitê durante a parte principal da 76ª sessão da AGNU.

O G-77 e a China gostariam de agradecer o Comitê Consultor para questões administrativas e orçamentárias (*Advisory Committee on Administrative and Budgetary Questions* ACABQ) por seu inestimável apoio e assistência ao nosso trabalho. No segundo ano desta terrível pandemia do Covid-19, o Grupo reconhece os muitos desafios que o secretariado e a ACABQ tiveram que superar para realizar seu trabalho.

Nas próximas semanas, o 5º comitê abordará questões de grande importância para a Assembleia Geral e a ONU. O G-77 e a China estarão ativamente envolvidos nas deliberações desta sessão como por exemplo: a proposta de orçamento-programa para 2022; as escalas de avaliação; a construção e gestão de propriedade; revisão do ciclo orçamentário envolvendo o comitê para programas e coordenação (CPC)¹⁶ e sequenciamento ACABQ; o sistema comum das Nações Unidas; sistema de Pensões, Umoja¹⁷, Condições de trabalho do funcionário público internacional (ICSC) e ACABQ e Administração da Justiça. Atenção especial também será dada às deliberações sobre o Plano Diretor Capital (CMP)¹⁸, todas as implicações e revisões sobre os orçamentos de programas, melhorias da situação financeira das Nações Unidas, bem como os relatórios do conselho de auditoria e da OIOS¹⁹.

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre o item 142 da Agenda: Escala de avaliações para a aprovação das despesas das Nações Unidas e item 149 da Agenda: Escala de avaliações para a aplicação das despesas das operações de manutenção de paz da ONU, na parte principal da 76ª sessão do 5º Comitê da AGNU.

O Grupo dos 77 e a China reafirmam sua posição, de longa data, de que a Organização deve contar com recursos financeiros suficientes para cumprir integralmente seus mandatos. Todos os Estados Membros devem, portanto, cumprir suas obrigações legais de arcar com as

¹⁶ CPC – Órgão subsidiário principal do Conselho Econômico e Social e da Assembleia Geral da ONU para o planejamento, programação e coordenação.

¹⁷ Umoja, significa “união” em Kiswahili. É a iniciativa de reforma administrativa das Nações Unidas, que envolve uma mudança completa na forma como a ONU gerencia sua administração, tanto nos processos de trabalho quanto nas soluções de Tecnologia da Informação.

¹⁸ Plano Diretor Capital (CMP) é o nome dado ao projeto de renovação de todo o complexo das Nações Unidas em Nova York.

¹⁹OIOS - Escritório de Serviços de Supervisão Interna (OIOS) é o órgão que auxilia o Secretário-Geral no cumprimento de suas responsabilidades em relação aos recursos e recursos humanos da ONU, por meio da prestação de serviços de auditoria, investigação, inspeção e avaliação.

despesas da Organização, de acordo com a Carta das Nações Unidas, e pagar suas contribuições fixas integralmente, dentro do prazo e sem condições. Não é realista nem possível que qualquer Estado membro exija continuamente mais da ONU enquanto retém contribuições unilateralmente.

O Grupo dos 77 e a China também enfatizam que as dificuldades especiais e genuínas enfrentadas por alguns países em desenvolvimento, que os impedem de cumprir temporariamente suas obrigações financeiras, devem ser plenamente levadas em consideração. O impacto desproporcional do Covid-19 nas economias de muitos países em desenvolvimento é particularmente preocupante. O Grupo, portanto, enfatiza a importância de lidar com o Artigo 19²⁰ da Carta das Nações Unidas em caráter de urgência e endossa a recomendação do Comitê de Contribuições de que Comores, São Tomé e Príncipe e Somália sejam autorizados a votar até o final da septuagésima sexta sessão do Assembleia Geral. Solicitamos que este Comitê atenda às solicitações desses países na primeira oportunidade.

Em suas sucessivas Declarações Ministeriais, o G-77 e a China reafirmam os princípios fundamentais de sua posição na escala de contribuições para as Nações Unidas.

Em primeiro lugar, a metodologia atual para a preparação da escala de contribuições reflete as mudanças nas situações econômicas relativas dos Estados-Membros. Reafirmamos o princípio da “capacidade de pagamento” como critério fundamental no rateio das despesas das Nações Unidas. Rejeitamos quaisquer mudanças nos elementos da metodologia atual para a preparação da escala de contribuições destinadas a aumentar as contribuições dos países em desenvolvimento.

Em segundo lugar, o G-77 e a China enfatizam que os elementos centrais da metodologia atual da escala de contribuições, como período base, Renda Nacional Bruta, taxas de conversão, ajuste de renda per capita baixa, gradiente, piso, teto para países menos desenvolvidos, e o ajuste do peso da dívida devem ser mantidos intactos. Eles não são negociáveis.

Terceiro, o G-77 e a China reiteram que a atual taxa máxima de contribuição ou teto foi fixado como um compromisso político. É contrário ao princípio da capacidade de pagamento e é uma fonte fundamental de distorção na escala de contribuição. O Grupo observa que, historicamente, o limite máximo beneficiou apenas um Estado-Membro e que isto representa uma redução de quase um quarto da contribuição desse Estado-Membro, se não houvesse limite máximo. Em dólares, é um desconto de aproximadamente \$ 200 milhões de dólares para um único Estado-Membro. Solicitamos veementemente à Assembleia Geral a rever este arranjo, de acordo com o parágrafo 2 da resolução 55/5 C²¹.

Em quarto lugar, o G-77 e a China enfatizam que as organizações que têm status de observador especial nas Nações Unidas, dando-lhes os direitos e privilégios normalmente aplicados apenas aos Estados observadores, como o direito de falar no debate geral da Assembleia Geral e direito de resposta, também devem ter as mesmas obrigações financeiras para com as Nações Unidas que os Estados observadores. Solicitamos à Assembleia Geral a considerar uma decisão sobre uma avaliação para tais organizações.

²⁰ Artigo 19 da Carta das Nações Unidas. O membro das Nações Unidas que estiver em atraso no pagamento de sua contribuição financeira à Organização não terá voto na Assembleia Geral, se o total de suas contribuições atrasadas igualarem ou excederem a soma das contribuições correspondentes aos dois anos anteriores completos.

²¹ Resolução da AGNU, 55/5 - <https://undocs.org/en/A/RES/55/5%20B-F>

O G-77 e a China observam que aplicar a metodologia atual ao próximo ciclo de escala levará a aumentos substanciais nas contribuições de muitos países em desenvolvimento. De acordo com os dados do relatório do Comitê de Contribuições, a parcela da escala de contribuições obrigatórias dos membros do G-77 e da China no período da 2022-2024 aumentará para 27,27%, o que é três vezes mais do valor devido do G-77 e da China há pouco mais de 10 anos. Nesse ínterim, as escalas de contribuições dos países desenvolvidos continuam diminuindo. Mesmo assim, como membros responsáveis das Nações Unidas, o G-77 e a China reafirmam seu compromisso em cumprir com suas responsabilidades financeiras. Enfatizamos que os países desenvolvidos devem assumir mais responsabilidades financeiras para as Nações Unidas.

Além disso, o G-77 e a China rejeitam qualquer tentativa de reter contribuições unilateralmente como uma ferramenta para pressionar as Nações Unidas. Isto é contrário ao espírito da Carta da ONU, que defende o princípio da igualdade soberana de todos os Estados-Membros. Enfatizamos também que qualquer tentativa de mudar a metodologia, para deslocar injustamente e ainda mais o ônus do financiamento desta Organização para os países em desenvolvimento, só gerará discussões improdutivas sem resultados consensuais. Qualquer tentativa de fazê-lo durante este período é particularmente escandaloso, uma vez que o Covid-19 destruiu desproporcionalmente os meios de subsistência sociais e econômicos de muitos países em desenvolvimento.

Em relação ao item 149 da agenda: Escala de avaliações para a aplicação das despesas das operações de manutenção de paz da ONU, o G77 e a China reafirmam os princípios que sustentam o financiamento das operações de manutenção da paz, que a AGNU adota desde junho de 1963. O G-77 e a China afirmam que os princípios e diretrizes atuais para a divisão das despesas das operações de manutenção da paz, aprovados pela AGNU em suas resoluções, devem constituir a base para qualquer discussão na escala de manutenção da paz.

Nossos Ministros têm enfatizado sistematicamente que a escala de manutenção da paz deve refletir claramente as responsabilidades especiais dos membros permanentes do Conselho de Segurança para a manutenção da paz e segurança. Nossos Ministros também lembram que os países economicamente menos desenvolvidos têm capacidade limitada de contribuir para os orçamentos das operações de manutenção da paz. Ressaltam que qualquer discussão sobre o sistema de descontos aplicado à escala de manutenção da paz deve levar em consideração a situação vivida pelos países em desenvolvimento, cujas posições atuais não devem ser afetadas negativamente. Os Ministros enfatizam que nenhum membro do G-77 e da China que não seja um membro permanente do Conselho de Segurança deve ser classificado acima do Nível C²². Este ponto específico é uma posição de longa data do G-77 e China e não é negociável.

06 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre a discussão conjunta do 2º Comitê no item da agenda 24 intitulado “Erradicação da pobreza e outros assuntos de desenvolvimento” e o item 26 intitulado “Desenvolvimento da agricultura, segurança alimentar e nutrição”.

²² Resolução da AGNU 55/235. Scale of assessments for the apportionment of the expenses of United Nations peacekeeping operations - <https://undocs.org/en/a/res/55/235>

A erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões está no centro de nossa agenda de desenvolvimento. Houve um progresso significativo durante as últimas décadas, conforme reconhecido no relatório do Secretário-Geral. De fato, a pobreza extrema foi reduzida de 1,9 bilhão de pessoas em 1990 para 969 milhões em 2017. Entre 1990 e 2015, a taxa global de pobreza extrema caiu de 36,2% para 10,1%. Essa é uma conquista significativa que não pode ser ignorada. O progresso nos últimos anos, entretanto, tem sido muito mais lento do que antes da pandemia.

O progresso também foi desigual na maioria dos países menos desenvolvidos onde as taxas de pobreza extrema permaneceram altas, na faixa de 32,2%, em 2019. Quando se leva em consideração o índice de pobreza multidimensional, que inclui indicadores não monetários, como acesso a água potável, alimentação, educação, eletricidade e outros essenciais serviços, 1,3 bilhão de pessoas ainda viviam na pobreza em 2020.

O Grupo enfatiza que a erradicação da pobreza extrema requer investimento em políticas que estejam alinhadas com a Agenda 2030, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Acordo de Paris. Destacamos os resultados da Cúpula dos Sistemas Alimentares das Nações Unidas ao propor novas ações, soluções inovadoras e estratégias para transformar nossos sistemas alimentares e proporcionar progresso em todos os ODS.

Em última análise, a redução da pobreza requer o aumento da capacidade produtiva no mundo em desenvolvimento. É necessário aumentar a produção de vacinas, equipamentos, remédios, bens agrícolas e industriais, bem como fortalecer o setor de serviços. O fortalecimento das capacidades produtivas e a diversificação da economia levará à geração de empregos, à geração de riqueza e ao aumento do espaço fiscal para a implementação de políticas sociais de combate à desigualdade.

Considerando que o comércio é um motor poderoso para o desenvolvimento econômico e tecnológico, deve-se facilitar o acesso justo ao mercado para produtos originários do mundo em desenvolvimento, eliminar os subsídios nos países desenvolvidos, especialmente subsídios agrícolas que distorcem o comércio, e evitar a criação de novas barreiras comerciais sob o pretexto de considerações ambientais. Tudo isso, enquanto o mundo se recupera da pandemia do Covid-19.

A crise do Covid-19 deu um forte impulso para a inovação e a transformação digital. Nesse sentido, o Grupo destaca que a cooperação para o desenvolvimento industrial deve incluir a transferência de tecnologia para os países em desenvolvimento, em termos concessionais e preferenciais, a fim de ajudar esses países a se integrarem melhor nas cadeias industriais e abastecimento globais.

Enfatiza-se que o caminho para a recuperação deve se basear na inclusão e na solidariedade. Reconhecemos que a pandemia criou enormes desafios fiscais, mesmo no mundo desenvolvido, mas instamos nossos parceiros de desenvolvimento a cumprirem seus compromissos de gastar 0,7% de seu PIB em ODA (assistência oficial ao desenvolvimento). Esta promessa já existe há várias décadas.

Continuaremos a apoiar a Aliança ou Erradicação da Pobreza, lançada em 2020, que serve como um fórum para a troca de ideias, políticas e melhores práticas sobre a erradicação da pobreza. Incentivamos a Aliança a continuar seu compromisso de promover a cooperação internacional na erradicação da pobreza e no desenvolvimento sustentável.

É com isso em mente que o Grupo enfatiza a urgência de acelerar esforços, bem como de estratégias integradas, coordenadas e coerentes em todos os níveis para erradicar a pobreza. Isso deve ser complementado por um compromisso renovado com o fortalecimento da cooperação internacional, solidariedade e mobilização de recursos, com foco nas pessoas que recaem ou caem na pobreza devido à pandemia, especialmente aquelas nos países em desenvolvimento.

O G-77 e a China enfatizam a relação entre pobreza e desigualdade e reconhecemos que a pandemia do Covid-19 ampliou as desigualdades já existentes. Como tal, devemos urgentemente tomar medidas direcionadas para abordar as causas da pobreza, fome, todas as formas de desnutrição e manter as cadeias de abastecimento de alimentos estáveis e desimpedidas. Deve-se adotar uma abordagem centrada nas pessoas, impulsionar continuamente a erradicação da pobreza e melhorar a vida das pessoas, e aumentar seu senso de felicidade, ganho e segurança. Precisamos promover a realização do desenvolvimento inclusivo para o benefício de todos, focar na abordagem do desenvolvimento desigual e inadequado entre e dentro dos países e intensificar o desenvolvimento rural e a revitalização, para não deixar nenhum país e ninguém para trás.

07 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a consideração do item 23 da agenda intitulado “Grupos de países em situações especiais” e item 27 intitulado “Rumo às parcerias globais” no 2º Comitê da AGNU

Como é de conhecimento geral, os anos de 2021 a 2022 têm um grande significado para os Países menos desenvolvidos. Conforme determinado na resolução da Assembleia Geral 73/242²³, 74/232²⁴ e 74/232B²⁵, o G-77 e a China estão desde o início de 2021 trabalhando em nosso próximo programa de ação que culminará em uma reunião de Chefes de Estado e de Governo a ser realizada em Doha, Estado do Qatar, em janeiro de 2022.

O Grupo reitera o seu reconhecimento das necessidades especiais e dos desafios que os países em desenvolvimento sem litoral (LLDC) enfrentam e que são causados pela falta de acesso territorial ao mar, agravada pelo afastamento dos mercados mundiais e pelos elevados custos e riscos de trânsito. Esses impedimentos impõem sérias restrições às receitas de exportação, entrada de capital privado e mobilização de recursos internos, entre outros.

Reafirmamos nosso compromisso com a implementação efetiva da Declaração de Viena e do Programa de Ação de Viena (VPoA) para os LLDC para a década de 2014-2024. Incentivamos os países em desenvolvimento sem litoral, os países de trânsito²⁶, seus parceiros de desenvolvimento, o sistema das Nações Unidas e outros atores-chave a implementarem as disposições acordadas no Programa de Ação de Viena.

A pandemia do Covid-19 interrompeu abruptamente o progresso em quase todas as áreas prioritárias do Programa de Ação de Viena. Para os LLDC, as implicações fiscais da

²³ Resolução da UNGA - 73/242 - <https://undocs.org/en/A/RES/73/242>

²⁴ Resolução da UNGA - 74/232 - <https://undocs.org/en/A/RES/74/232>

²⁵ Resolução da UNGA - 74/232B. - <https://undocs.org/A/RES/74/232%20B>

²⁶ País por onde se movem os fluxos migratórios (regulares ou irregulares); significa o país (ou países), diferente do país de origem, por onde passa um migrante para entrar no país de destino.

pandemia aumentaram o risco do super endividamento, limitando seu espaço fiscal e político para investimentos críticos em recuperação, incluindo o acesso a vacinas.

O Grupo destaca que o investimento em infraestrutura é fundamental na redução do custo de desenvolvimento para os países em desenvolvimento sem litoral. O desenvolvimento e a manutenção da infraestrutura de transporte de trânsito, tecnologia da informação e comunicação e infraestrutura de energia são cruciais para reduzir os altos custos comerciais, melhorando a competitividade e permitindo que os LLDCs se tornem totalmente integrados ao mercado global.

O Grupo destaca a importância de uma parceria global robusta, eficaz, transparente e de longo prazo dos setores público e privado para apoiar a realização da Agenda 2030, levando em consideração as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais, respeitando as políticas nacionais e prioridades, por meio da entrega dos meios de implementação contidos na Meta de Desenvolvimento Sustentável 17, bem como em cada Meta de Desenvolvimento Sustentável específica.

11 de outubro de 2021

Intervenção feita por Sua Excelência o Embaixador Aly Diane, representante permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas e presidente do Grupo dos 77 na 106ª reunião de Ministros e Governadores do Grupo dos 24

Saudamos o tema da reunião ministerial, "Garantindo uma Melhor Recuperação em Meio à Incerteza do Covid-19"

A comunidade internacional está enfrentando uma crise global sem precedentes e, portanto, é de extrema importância para as instituições financeiras internacionais sinalizem seu compromisso com os objetivos de desenvolvimento sustentável nesta década de ação. Os países em desenvolvimento estão enfrentando uma pandemia de saúde pública e uma emergência econômica que esmagou os ganhos de desenvolvimento alcançados nas últimas décadas.

A pandemia do Covid-19 continua a causar estragos no mundo, apesar das vacinas que dão esperança, mas cuja disponibilidade permanece inacessível para um número significativo de países. A pandemia agravou os desafios existentes para o desenvolvimento, agravou as desigualdades e vulnerabilidades e impactou negativamente a capacidade dos governos de cumprir a Agenda 2030 para o desenvolvimento ao entrarmos na década de ação.

O desenvolvimento de vacinas deu ao mundo uma nova esperança, mas também ressaltou a os efeitos alarmantes da desigualdade global. O G-77 e a China destacaram que o acesso às vacinas é de importância crítica não apenas para superar a pandemia e recuperar o impulso para o desenvolvimento sustentável, mas também para responder adequadamente a todos os tipos de emergências humanitárias.

O G-77 e a China ressaltam a importância de garantir o acesso global e equitativo às vacinas seguras e eficazes e a preços acessíveis contra o Covid-19 e reconhecem que elas devem se tornar bens públicos globais para ajudar a superar a pandemia em todo o mundo e atingir as metas de desenvolvimento.

Embora tenhamos apreciado a resposta e as medidas especiais iniciadas pelo sistema das Nações Unidas, o FMI, o Grupo Banco Mundial e parceiros doadores para ajudar os países

em desenvolvimento a responder à pandemia, há necessidade de uma maior coordenação das medidas de saúde pública e fiscais e respostas de política monetária em nível global.

Por sua vez, as instituições financeiras internacionais devem trabalhar com a comunidade internacional para tomar medidas coordenadas e eficazes para manter a estabilidade dos mercados financeiros globais e as cadeias de abastecimento, incluindo o corte de tarifas e a remoção de barreiras comerciais, especialmente para produtos farmacêuticos e de saúde, a fim de facilitar o fluxo livre de comércio e promover a recuperação econômica global. Devem também usar todos os instrumentos à sua disposição e exercer maior flexibilidade para acelerar seu apoio aos países em desenvolvimento, inclusive por meio de alívio da dívida, maior liquidez e opções mais amplas de empréstimos e assistência técnica.

Outro desafio importante é garantir que o foco atual na mitigação do impacto da pandemia não desvie a atenção e os recursos das necessidades de desenvolvimento de longo prazo dos países em desenvolvimento, conforme estabelecido na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Em vez disso, a resposta internacional deve ser holística que integre totalmente as três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômica, social e ambiental -, incluindo os objetivos e metas da Agenda 2030 e as modalidades para alcançá-los.

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a discussão conjunta do segundo comitê sobre o item 20 da agenda sobre o desenvolvimento sustentável.

O Grupo reconhece que a implementação da Agenda 21, o Plano de Implementação de Joanesburgo e a obtenção do "futuro que desejamos" são fundamentais para a plena realização do desenvolvimento sustentável. Embora a Agenda 2030 seja nosso foco principal, devemos trabalhar para garantir que os esforços para implementar os compromissos de desenvolvimento sustentável pré-existent sejam adequadamente apoiados, no contexto de sua contribuição para a realização geral do desenvolvimento sustentável.

O Grupo também reconhece a importância dos padrões de consumo e produção sustentáveis para alcançar o desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030. Ações aceleradas e parcerias com várias partes interessadas em todos os níveis, inclusive com o sistema das Nações Unidas e o sistema financeiro internacional, para promover caminhos inovadores para alcançar consumo e produção sustentáveis também são partes importantes de uma resposta e recuperação sustentável, inclusiva e resiliente do Covid-19.

13 de outubro de 2021

Declaração feita por Sua Excelência o Embaixador Boubacar Diallo, coordenador da missão permanente da República da Guiné junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China sobre os itens da agenda 139 (Planejamento do Programa) e 138 (Proposta de orçamento- programa para 2022) durante o quinto comitê na parte principal da 76ª sessão da AGNU

Este Comitê se depara, mais uma vez, com a inegável violação das Normas e Regulamentos que regem o planejamento de programas, os aspectos programáticos do orçamento, o acompanhamento da execução e os métodos de avaliação. Continuamos grandemente preocupados com o cronograma em que o orçamento do programa foi preparado pelo secretariado, analisado pelo Comitê Consultor para questões administrativas e orçamentárias (ACABQ) e, em seguida, apresentado a nós sem haver um acordo

intergovernamental prévio, conforme estipulado nas Regras acima mencionadas e Regulamentos.

À medida que entramos no último ano do ciclo orçamentário, e nos aproximamos da avaliação do formato e dos prazos que adotaremos para o futuro próximo, o G-77 e a China ressaltam a enorme importância de preservar o planejamento de programas como sendo a pedra angular de todo o processo de orçamento por programas da Organização. Para tanto, será indispensável alocar o tempo necessário para que todos os funcionários e gestores de programa preparem adequadamente a estrutura estratégica proposta e para que o processo intergovernamental de revisão e adoção possa ocorrer

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Atualmente, também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2019 a 2022, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão. O Presidente da República do Azerbaijão, Mr. Ilham Aliyev é também o Presidente do Movimento dos Não Alinhados. A Delegação do Azerbaijão junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Em julho de 2021, ficou acordado que a República do Azerbaijão continuará na presidência do MNA até 2023 quando então a República de Uganda assumirá a presidência do MNA.

No dia 10 de setembro de 2021 foi realizada uma reunião presencial do MNA – UNESCO em Paris. A reunião foi presidida por Sua Excelência o Delegado Permanente da República do Azerbaijão junto à UNESCO, Sr Elman Abdullayev e contou com a participação dos Delegados Permanentes dos Estados Membros do MNA e Observadores da UNESCO.

O Embaixador Abdullayev falou sobre as atividades da Presidência do Azerbaijão no MNA e a seguir, o Presidente do Conselho Executivo da UNESCO e o Diretor-Geral Adjunto da UNESCO para Comunicação e Informação, discutiram o a era pós-Covid e desenvolvimento sustentável.

14 de setembro de 2021

Declaração feita pelo Conselheiro da Missão Permanente da República do Azerbaijão junto ao Escritório das Nações Unidas e outras organizações internacionais em Genebra, Sr Vugar Hajiyev, em nome do Movimento dos Não Alinhados durante a 48ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre o item 2 do debate Geral

O MNA exalta a determinação da Alta Comissária Michelle Bachelet em fortalecer ainda mais o engajamento construtivo com os Estados Membros da ONU em questões bilaterais e multilaterais de direitos humanos, e agradece seus esforços para fazer avançar os direitos humanos em nível global, especialmente em tempos de emergência global causada pela Covid-19

Compartilhamos a preocupação da Alta Comissária sobre atos graves de múltiplas formas de discriminação em muitas regiões, violações generalizadas de direitos econômicos e sociais e ataques motivados por estereótipos e ódio de vários tipos.

Reiteramos a importância de defender a universalidade e lidar com todos os direitos humanos de maneira imparcial, sem distinção entre os países. Deve-se ter em mente os desafios existentes e os contextos e circunstâncias nacionais de cada Estado-Membro, para exercer a objetividade, independência e imparcialidade nas suas ações, evitando impor novas práticas. Importante favorecer o diálogo construtivo e a cooperação, bem como a prestação de assessoramento, assistência técnica e financeira, a pedido dos Estados interessados, com vistas a apoiar suas ações e programas no campo dos direitos humanos.

O MNA reafirma sua posição sobre a necessidade de respeitar sempre o direito de todos de escolher valores e princípios apropriados para seu povo para a proteção e promoção dos direitos humanos e a rejeição de tentativas de impor seus valores e culturas sob o pretexto de a universalidade dos direitos humanos.

No dia 28 de setembro de 2021 o MNA manifestou-se em reunião plenária da AGNU para comemorar e promover o Dia Internacional da eliminação total das armas nucleares celebrado em 26 de setembro e designado por meio da resolução 68/32 da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A comemoração anual deste dia é uma das formas eficazes de alertar a comunidade internacional sobre os perigos das armas nucleares, a necessidade de sua eliminação total e as vantagens do desarmamento nuclear para o desenvolvimento, bem como para o desenvolvimento internacional. paz e segurança.

Nos dias 4 e 5 de outubro de 2021, foi inaugurado oficialmente, a rede jovem do Movimento dos Não Alinhados. A reunião virtual contou com a presença de mais de 100 jovens representantes de organizações juvenis do MNA.

Sua Excelência o Ministro das Relações Exteriores da República do Azerbaijão, Jeyhun Bayramov, fez uma declaração que estabeleceu uma orientação clara para a Rede na construção de seu trabalho futuro.

A Rede Jovem do MNA será uma oportunidade para os jovens dos Estados Membros trocarem informações sobre os desafios que enfrentam e como esses desafios podem ser abordados em conjunto pelos governos de seus países.

Às vésperas da Cúpula: G20, Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger, Julia Abbud e Thaiany Medeiros Cury

Artigo do T20 sobre Políticas Industriais para a Saúde: G20 precisa agir agora

Fonte: <https://www.t20italy.org/2021/09/02/industrial-policies-for-health-the-g20-must-act-now/> Publicação de Smita Srinivas, Co-Chair da Força Tarefa 1 sobre Saúde Global e Covid-19.



Neste artigo, a economista Smita Srinivas, alerta para um perigoso retorno das políticas industriais a uma “normalidade”, agravando a pandemia e acelerando o mesmo modelo que levou a esta crise. Srinivas ressalta a necessidade de a conjuntura atual refletir na concepção futura dessas políticas industriais e seu impacto na saúde pública, considerando a possibilidade pandemias futuras, biodiversidade e mudança climática para uma direção mais sustentável. A autora destaca a conexão que a crise de Covid-19 possui com o sistema industrial conectado à economia global e que uma agenda de saúde robusta deve emergir do que Srinivas classifica como a “tríade institucional”: produção industrial, demanda e fornecimento. Sem essa visão interligada, a recuperação pós-pandêmica para economias ricas e pobres parece insustentável (SRIVINA, 2021).

Sua crítica é aprofundada no questionamento que faz tanto às políticas de saúde não incorporarem as prioridades industriais, como essas também não serem adaptadas à saúde pública, podendo acelerar as crises sanitárias (SRIVINA, 2021). Exemplificando tem-se a agricultura e indústria alimentícias gerando alimentos não saudáveis e prejudiciais ao meio ambiente. A autora, ainda, reforça a necessidade do G20 de reforçar a coordenação entre seus ministérios, apoiando o trabalho em conjunto entre o da Saúde, Finanças, Meio Ambiente e Indústria. Não só políticas industriais fortes e orientadoras são determinantes para que conceitos como o “*One Health*” funcionem, mas também são importantes para renovação das próprias empresas e organizações (SRIVINA, 2021).

Nesse âmbito, a autora reforça o papel das Forças Tarefa do G20 e seu poder em coordenar orientações para políticas industriais, destacando o trabalho da Força Tarefa T20 sobre “Saúde Global e Covid-19” em enfatizar que o acesso a medicamentos, vacinas e equipamentos médicos e diagnósticos não podem ser separados das múltiplas causas ou vetores e consequências econômicas. Assim, para Sriniva (2021), uma resposta de saúde não deve ser limitada à indústria de saúde. Portanto, um sistema multilateral deve oferecer estratégias

práticas e transversais, responsabilidade regional, treinamento local e capacidade técnica, recursos compartilhados sobre itens caros e investimento direto em riscos de saúde de longo prazo.

Por fim, o artigo oferece bons exemplos quanto a uma regulação que aborde múltiplas indústrias, equipes multidisciplinares de resolução de problemas regionais e vigilância industrial para melhorar a saúde. Srivina (2021) conclui reiterando a necessidade das Forças Tarefa do G20 em não serem somente um “banco de ideias”, mas admitirem um lugar de construtoras de conhecimento institucional do G20, de modo que os ganhos em saúde sejam estabelecidos, cumpridos e superados, apesar da mudança de gestão do grupo a cada ano.

17-18/09 - T20 realiza declaração para os Ministros da Agricultura do G20

Foi destacada a importância dos países do G20 para criar sistemas alimentares mais sustentáveis, considerando que os países do G20 produzem cerca de 80% da produção total de cereais no mundo, assim como a mesma porcentagem de exportação de cereais. O objetivo é de avançar na agenda anunciada na Cartilha de Direito à Alimentos da FAO, no que toca acesso, disponibilidade, utilização e estabilidade de alimentos para melhorar a nutrição e agricultura globais de forma mais igualitária.

18/9 – Encontro do G20 sobre Agricultura termina com adoção de uma Declaração Conjunta

Fonte: <https://www.g20.org/the-g20-meeting-on-agriculture-ended-with-the-adoption-of-a-joint-declaration.html>



O Encontro dos Ministros da Agricultura do G20 aconteceu em Florença, nos dias 17 e 18 de setembro de 2021 e terminou com a aprovação de uma Declaração Final reafirmando o compromisso em alcançar segurança alimentar no âmbito das 3 dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. Os ministros asseguraram sua intenção em alcançar a meta de fome zero, ameaçada pelas consequências da Covid-19 e levando em consideração que ¼ da população mundial ainda sofre de insegurança alimentar.

<https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/09/G20-Agriculture-Ministers-Communique-Final.pdf>

Para os Ministros do G20, reforçando a necessidade de respostas coordenadas e eficazes, concordaram em não adotar nenhuma medida restritiva injustificada que pudesse levar à extrema volatilidade dos preços dos alimentos nos mercados internacionais, ameaçando assim a segurança alimentar.

Desafios atuais a serem enfrentados, destacados anteriormente pelo T20²⁷ são: o impacto que a pandemia gerou na segurança alimentar e nutricional, aumentando de 83 para 132 milhões de adultos subnutridos, a entrada de 9.3 milhões de crianças para o risco de desnutrição, com 2.6 milhões podendo sofrer de raquitismo e atrofia até 2022; E, além disso, a crise atual desmascarou a ligação entre seres humanos, animais, e saúde do planeta e seu ambiente compartilhado, a chamada “*One Health*”, o que demanda o esforço global levando em consideração a sinergia entre essas áreas.

Alguns pontos interessantes, dentre os 21 enumerados pela Declaração Conjunta, a serem destacados são: uma transformação sustentável dos sistemas alimentares que leve em consideração condições locais, culturas, histórias, sistemas de produção, padrões de consumo e tradições, reforçando a necessidade de um diálogo contínuo e inclusivo (ponto 6); o reconhecimento de uma agricultura que viabilize uma economia local estável e crie oportunidades de trabalho decente e de qualidade para os agricultores, suas famílias e comunidades rurais e reitere sua importância para um crescimento sustentável (ponto 7). Ainda neste ponto, é tratada a questão como mais atrativa para mulheres e jovens e que uma revitalização rural tornando-a mais inclusiva, melhoraria a situação de 75% das pessoas mais pobres que vivem em áreas rurais, promovendo acesso à educação, tecnologias e mercados, capital, parcerias público-privadas e investimentos responsáveis em infraestrutura rural. No ponto 8 a Declaração afirma seu compromisso em ações que consideram a visão holística de “*One Health*”. Por fim, no ponto 9, o G20 reitera seu compromisso em reduzir à metade o desperdício alimentar global per capita no varejo e níveis de consumo e reduzir as perdas de alimentos nas cadeias de produção e fornecimento e pós-colheita até 2030.

No entanto, apesar dos pontos que reconhecem os desafios, reiteram os esforços sobre o que deve ser feito e a importância de um trabalho coordenado, destacando parcerias com organismos internacionais, a Declaração permanece esvaziada do “como ser feito” e políticas direcionadas ao objetivo de transformação sustentável dos sistemas alimentares. A Declaração não atendeu as expectativas e recomendações do T-20, demonstrando um contraste entre a realidade de uma fome que acelera a velocidades galopantes e o que foi pactuado.

76ª Assembleia Geral da ONU: G20 não cumpre meta de financiamento para prevenção de pandemias

Entre as diversas pautas listadas na Agenda da 76ª Assembleia da ONU, o destaque da mídia tem sido voltado para as consequências para futuras gerações decorrentes de emergências climáticas, assim como a necessidade do fortalecimento da cooperação global em saúde para que na eventualidade de novas pandemias, mecanismos globais entrem em funcionamento, com fortalecimento da Organização Mundial da Saúde e a criação do Conselho de Ameaças à Saúde. O G20 havia se comprometido a prover \$75 bilhões em financiamento público para prevenções de pandemias, meta que não foi atingida.

²⁷ Disponível em: <https://www.t20italy.org/2021/09/15/how-to-tackle-food-crises-and-promote-an-inclusive-coalition-based-multi-stakeholder-approach-recommendations-for-the-g20-agricultures-ministers/>. Acesso em: 02/10/2021.

<https://undocs.org/en/A/76/150>

<https://healthpolicy-watch.news/90089-2/>

21/09 – Discurso duro de Guterres soou alarme para países do G20 em relação à desigualdade no combate à COVID-19

O Secretário-Geral da ONU afirmou que o mundo estaria “se movendo na direção errada”, destacando as desigualdades vacinais entre países de alta e baixa renda, a crescente polarização e ameaça a direitos humanos. Reiterou metas da Agenda 2030, principalmente as que se encontram aquém do esperado: pauta de gênero, igualdade entre países, saúde, apoio em crises climáticas e fortalecimento de instituições frente às novas fronteiras digitais. A todo momento reforçou a necessidade de defesa da agenda Comum dos países-membro da ONU e a necessidade de coesão para atingir as metas traçadas no Acordo de Paris.

Apontou também que as medidas promovidas pelos países ricos (em sua maioria integrantes do G20) para países de renda baixa são insuficientes, e que Direitos Especiais de Saque promovidos como a saída para o crescimento econômico estão sendo direcionados para países que menos necessitam do auxílio.

Por fim, relatou que a OCDE anunciou uma lacuna de ao menos US\$ 20 bilhões no financiamento essencial climático prometido para países em desenvolvimento e conclamou os membros da ONU a fortalecer a governança global.

<https://brasil.un.org/pt-br/145385-discurso-do-secretario-geral-da-onu-assembleia-geral-21-de-setembro-de-2021>

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/09/21/discurso-guterres-assembleia-geral-da-onu.ghml>

22/09 – Resoluções Adotadas na 76ª Assembleia da ONU ficam aquém das expectativas

As resoluções adotadas após a 76ª Assembleia da ONU mencionaram compromissos concernentes ao combate à intolerância e ao racismo, deixando de fora pautas nevrálgicas que foram levantadas e demandam ação urgente, como as crises humanitárias geradas pelo agravamento da crise climática, a desigualdade vacinal no globo e a falta de coordenação entre líderes do G20 para combater o COVID-19. Apesar do discurso de Biden anunciando financiamento para países em desenvolvimento combaterem a crise climática, não foi realizado um compromisso sólido entre líderes para aumentar a porcentagem de vacinados contra COVID-19 em países críticos, com taxas baixíssimas de vacinação.

<https://undocs.org/en/A/RES/76/1>

28-30/09 – Cúpula do G20 Science e SSH20 se reuniu para discutir pautas que envolvem a atual Pandemia e prevenção para futuras crises de saúde no globo

Foram discutidas possíveis políticas públicas para o combate de futuras novas pandemias e a preparação da comunidade científica para tais desafios. Acadêmicos do G20 já elaboraram documentos pressionando líderes para abordarem temas de urgência global, como preparação para pandemias, o papel da ciência e importância na detecção precoce e o papel da prevenção.

<https://sdg.iisd.org/events/g20-science-20-s20-and-social-science-and-humanities-20-ssh20-summits-2021/>

https://easac.eu/academies-activities/details/?tx_news_pi1%5Baction%5D=detail&tx_news_pi1%5Bcontroller%5D=News&tx_news_pi1%5Bnews%5D=738&cHash=a4b836aac6a71c233c6d76034cc25998

01/10 – Segundo Diálogo do G20 sobre a Água

Fonte: <https://www.g20.org/second-g20-dialogue-on-water.html>



O Segundo Diálogo do G20 sobre a Água, organizado e realizado de forma virtual em 29 de setembro de 2021, proporcionou a oportunidade de discutir e dar ênfase no valor e importância de trocar experiências e promover conhecimento mútuo no tema das práticas de gestão sustentável de água. O encontro foi focado em “Gestão Sustentável da Água”: Abordagens intersetoriais e integradas” e participaram os ministros do meio ambiente da Troika (Arábia Saudita, Itália e Indonésia). Foi discutida a urgência e importância em promover um uso preventivo, eficiente e conservador dos recursos hídricos a nível global.

No que tange aos resultados dessa reunião, os países do G20 ofereceram mais de 30 exemplos de boas práticas nacionais que serão incluídas na “*Water Platform*”, instrumento criado, e lançado no encontro, pela Arábia Saudita para a troca de experiências na gestão sustentável global da água. Por fim, organizações como FAO, OCDE E PNUMA contribuíram com recomendações e reiteraram a ponte entre Água e os ODSs.

12/10 - A Reunião do G20 sobre Comércio terminou com a adoção da Declaração de Sorrento

Fonte: <https://www.g20.org/the-g20-meeting-on-trade-ended-with-the-adoption-of-the-sorrento-declaration.html>

No dia 12 de outubro, os Ministros do G20 responsáveis pelo comércio internacional se reuniram em Sorrento.

A reunião foi estruturada em 3 sessões, cobrindo seis tópicos principais: 1) Relação entre comércio e saúde; 2) impulso às negociações sobre subsídios à pesca; 3) comércio digital; 4) participação economias no comércio mundial; 5) transparência das intervenções de apoio governamental na economia; 6) reforma da OMC. No final da reunião, os Ministros adotaram a Declaração Ministerial de Sorrento.

<https://www.g20.org/wp-content/uploads/2021/10/G20-TIMM-statement-PDF.pdf>.

Especialmente sobre o primeiro tópico que toca o tema de saúde, a Declaração garantiu a continuação da implementação das ações do G20 para apoiar o comércio mundial e o investimento em resposta à Covid-19; reiterou-se a Declaração de Roma, realizada na Cúpula da Saúde Global, em maio, se comprometendo com o multilateralismo e o papel central da OMS; reiterou que qualquer medida comercial de emergência destinada a enfrentar a Covid-19 deve ser transparente, direcionada, proporcional, temporária, refletindo o interesse em proteger os mais vulneráveis e não criar barreiras desnecessárias ao comércio ou perturbações nas cadeias de fornecimento globais, e em conformidade com as regras da OMC. Por fim, os ministros se comprometeram em trabalhar ativamente e construtivamente com os membros da OMC até a 12ª Conferência Ministerial e além para aumentar a capacidade multilateral do sistema comercial, bem como a preparação para pandemia e desastres e a resiliência adotando uma resposta multilateral.

Aspectos comerciais relacionados com direitos de propriedade intelectual, esforços para produção e entrega de vacinas, terapêuticos, bens médicos essenciais, diversificação da fabricação de locais e promoção da distribuição equitativa, medidas de facilitação do comércio, restrições pra exportação, incentivo da compatibilidade regulatória estão entre as áreas que a participação construtiva no âmbito da OMC, no Conselho TRIPS, Conselho para Comércio e Mercadorias, Conselho de Comércio e Serviços e outros órgãos relevantes pode melhorar os esforços globais de saúde pública.

Próximos Eventos:

30-31 de outubro – Reunião de Cúpula do G20

Disponível em: <https://www.g20.org/g20-summit-30-31-october-2021-media-accreditation-now-open.html>

OCDE na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Pedro Burger e Vinicius Roland

Pandemia e consumo de álcool

A pandemia do COVID-19 elevou o consumo de álcool como recurso para lidar com o stress, aumentando o número de casos de violência doméstica e prejudicando quadros patológicos já existentes. Diante desse problema, a OCDE recomenda políticas públicas estabelecidas conforme o princípio dos 4 "Ps": Controle dos preços das bebidas alcóolicas, policiamento contra motoristas embriagados, amparo psicológico para casos de alcoolismo e regulação da propaganda de bebidas. Durante a pandemia, as vendas aumentaram entre 3 e 5% no Reino Unido, na Alemanha e nos Estados Unidos. Na união europeia, a violência doméstica associada ao consumo de álcool aumentou 60%, durante a crise sanitária. Estima-se que, entre os países da OCDE, o consumo demasiado de bebidas será responsável por 2,4% dos gastos com saúde nos próximos 30 anos. Além disso, nesse grupo de países, o consumo excessivo de álcool reduzirá 1,6% do PIB no mesmo período. The Global Drug Survey realizou pesquisa em países como o Brasil e constatou que, de modo geral, não houve mudanças nos comportamentos de consumo de bebidas alcóolicas durante a pandemia, mas os grupos que modificaram seus hábitos elevaram muito a ingestão desses produtos.

Fonte: <https://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/the-effect-of-covid-19-on-alcohol-consumption-and-policy-responses-to-prevent-harmful-alcohol-consumption-53890024/>

Reunião do Conselho Ministerial da OCDE – 5 e 6 de outubro

Fonte: <https://www.oecd.org/mcm/>

Nos dias 5 e 6 de outubro foi realizada a segunda parte do Encontro do Conselho da OCDE de Nível Ministerial (MCM, em inglês), cuja presidência foi exercida pelos Estados Unidos. O tema da reunião foi "Valores Compartilhados: Construindo um Futuro Verde e Inclusivo". No encontro, os ministros trataram dos desafios de médio e longo prazo na recuperação econômica e sanitária pós-pandemia, especialmente considerando as mudanças climáticas e a inclusão digital.

A cerimônia de abertura do Encontro de Conselho da OCDE de Nível Ministerial contou com a presença do secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, além do ministro das relações exteriores da Coreia do Sul. Em documento com as principais questões abordadas na reunião, a organização destacou tópicos como a tributação internacional, o combate às mudanças climáticas, o livre-comércio e a inclusão digital. Na cerimônia de abertura, a OCDE anunciou o lançamento de dashboard com indicadores-chave para a recuperação econômica pós-pandemia, ressaltando que repetidas vezes a equipe econômica da organização revisou positivamente as previsões de crescimento do PIB para 2021.

Ao final do encontro os ministros da OCDE emitiram uma declaração final resumindo seus acordos no tema do encontro em 10 pontos. Após reiterar seus valores compartilhados, na Declaração, os ministros priorizaram a recuperação da pandemia destacando o esforço para a vacinação global, a inclusão equitativa das mulheres e a crise climática:

Acreditamos que não há prioridade imediata maior do que acabar com as crises de saúde, econômicas e sociais causadas pela pandemia Covid-19 e construir uma recuperação verde, inclusiva e resiliente para todos. Comprometemo-nos a derrotar o Covid-19 através de um esforço global e equitativo de vacinação, principalmente

apoiando o ACT-Accelerator e sua instalação COVAX e aumentando as capacidades de produção, inclusive nos países em desenvolvimento. À medida que nos recuperamos, é imperativo eliminar as barreiras econômicas e sociais que impedem que mulheres e meninas - metade da nossa população - participem plenamente, contribuam e se beneficiem das oportunidades criadas pelo comércio e pelo crescimento econômico. Instamos a OCDE a modelar, em sua gestão, normas e recomendações políticas, a inclusão integral de mulheres e meninas. Comprometemo-nos a tomar medidas ambiciosas e eficazes para alinhar nossos planos de recuperação com os objetivos do Acordo de Paris para lidar com a ameaça representada pelas mudanças climáticas às nossas economias e sociedades, como destacado pelo último relatório do IPCC. A crise climática é existencial.

Os ministros reafirmaram o esforço da OCDE de acabar a pobreza, de não deixar ninguém para trás e afirmaram seu compromisso com a Agenda 2030 e os ODS. Propuseram fazer desta a década do Clima dando importância à COP26 de Glasgow:

Exortamos esforços ambiciosos de todos para fazer desta uma década de ação sobre o clima. Esperamos a apresentação de contribuições aprimoradas nacionalmente determinadas e estratégias de longo prazo. Estamos determinados a alcançar um resultado bem-sucedido na COP26 em Glasgow. Afirmamos nosso compromisso de agir urgentemente com o objetivo de alcançar as emissões globais de gases de efeito estufa líquida-zero até 2050 através de reduções profundas de emissões nesta década para manter um limite de aumento de temperatura de 1,5°C ao alcance. Neste contexto, comprometemo-nos a alcançar resultados fortes através do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE e do Acordo sobre Créditos de Exportação Oficialmente Apoiados que alinham nossa Assistência Oficial ao Desenvolvimento e apoiaram oficialmente os créditos de exportação com as metas do Acordo de Paris, pela COP26.

A íntegra da declaração pode ser lida em inglês em: <https://www.oecd.org/mcm/MCM-2021-Part-2-Final-Statement.EN.pdf>

Instituições Financeiras Multilaterais, Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Documento: Revisão da Desigualdade da América Latina e Caribe

Desigualdades de longa data e profundas têm perdurado em toda a América Latina por muitas décadas. A [Revisão da Desigualdade da América Latina e do Caribe \(LACIR\)](#) é composta por um grupo de cientistas sociais líderes que ajudarão a descobrir o que impulsiona as desigualdades persistentes na região e sugerirá intervenções práticas para os formuladores de políticas. Será liderado por estudiosos do *International Inequalities Institute* (III) da LSE, em parceria com o BID, a Universidade de Yale e o Instituto de Estudos Fiscais (IFS).

A revisão, que se passará por cinco anos, reunirá um coletivo de estudiosos e líderes de pensamento com relevante expertise em pesquisa e um interesse compartilhado no enfrentamento da desigualdade. Dentro do programa de pesquisa, os especialistas co-escreveram artigos de pesquisa, revisões críticas e propõem recomendações políticas com foco na desigualdade em várias dimensões - incluindo renda, riqueza, educação, saúde e poder político.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/lse-and-idb-launch-latin-america-and-caribbean-inequality-review>

No dia **14 de setembro de 2021**, New York Stock Exchange (NYSE), parte da Intercontinental Exchange, Inc. (NYSE: ICE), uma das principais fornecedoras globais de dados, tecnologia e infraestrutura de mercado, e o Intrínseca Exchange Group (IEG) anunciaram que estão desenvolvendo conjuntamente uma nova classe de ativos de capital aberto chamados Natural Asset Companies, ou NACs. Os NACs são empresas sustentáveis que detêm os direitos aos serviços ecossistêmicos produzidos por terras naturais, de trabalho ou híbridas.

Em uma base global, os ativos naturais produzem cerca de US\$ 125 trilhões anualmente em serviços ecossistêmicos, como sequestro de carbono, biodiversidade e água limpa. A produção ressalta o potencial financeiro de uma classe de ativos totalmente baseada em investimentos ambientais.

Como o valor criado pelos NACs não é totalmente capturado pelas métricas econômicas tradicionais, o IEG desenvolveu um quadro contábil para medir o desempenho ecológico para complementar as demonstrações financeiras do GAAP. Desenvolvido em consulta com o ex-presidente da FASB Robert Herz e as principais empresas contábeis, o quadro do IEG permite que os investidores valorizem os serviços ecossistêmicos gerados pelos NACs.

A IEG está atualmente assessorando uma série de nações soberanas, proprietários privados e empresas públicas sobre a possível criação de NACs. O IEG e o BID estão trabalhando com o governo da Costa Rica para estabelecer as bases para os NACs que preservariam e cultivariam ativos naturais em todo o país. No setor privado, a IEG prevê anunciar sua primeira parceria ainda neste outono em colaboração com uma multinacional.

A IEG recebeu financiamento inicial do BID Lab e do BID, The Rockefeller Foundation, Aberdare Ventures e Entertaining Ideas. O BID foi um dos primeiros apoiadores da visão do IEG, ajudando a identificar e desenvolver projetos em países da América do Sul.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/nyse-and-intrinsic-exchange-group-announce-new-asset-class-power-sustainable-future>

No dia 22 de setembro de 2021, a **Iniciativa Salud Mesoamérica** recebeu o Prêmio P3 de Impacto concórdia, que reconhece e premia as principais parcerias público-privadas. Além disso, o BID Lab, laboratório de inovação do BID, liderou a iniciativa "Além da Extração", que promove o desenvolvimento econômico sustentável e de amplo espectro nas comunidades de mineração brasileiras, chilenas e peruanas, foi nomeada finalista do mesmo Prêmio de Impacto P3 Concórdia.

A iniciativa é uma aliança entre o BID, os governos nacionais da Mesoamérica, doadores privados e públicos, como a Fundação Carolos Slim, a Fundação Gates, o Governo da Espanha e o Governo do Canadá.

Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idbs-salud-mesoamerica-initiative-receives-prestigious-international-award>

Banco Mundial

Organizações internacionais, fabricantes e as vacinas COVID-19

Os chefes do BM, do FMI, da OMS e da OMC se reuniram com os CEOs das principais empresas fabricantes de vacinas para discutir estratégias para melhorar o acesso às vacinas COVID-19, especialmente em países de baixa e baixa renda média e na África. A Força-Tarefa expressou preocupações de que, sem medidas urgentes, é improvável que o mundo atinja a meta de vacinação para o final de 2021 de vacinar pelo menos 40% da população em todos os países — um marco fundamental para acabar com a pandemia e para a recuperação econômica global.

Os membros da Força Tarefa saudaram a disposição dos CEOs de trabalhar em conjunto com eles para acabar com a desigualdade vacinal e sua prontidão para formar um grupo técnico de trabalho com a Força Tarefa para trocar e coordenar informações sobre a produção e entregas de vacinas.

Para alcançar as metas desejáveis, as seguintes ações devem ser tomadas imediatamente pelos governos e fabricantes de vacinas: liberação de doses para países de baixa renda, transparência no fornecimento de vacinas, eliminação das restrições à exportação simplificação e harmonização regulatória.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/09/16/international-organizations-manufacturers-agree-to-intensify-cooperation-to-deliver-covid-19-vaccines>

BM na Cúpula Global COVID-19 das Nações Unidas

Durante a reunião da Assembleia Geral das Nações Unidas 2021, o presidente do BM, David Malpass, disse as seguintes palavras sobre as ações do Banco em relação a mitigação da pandemia:

O BM apoia fortemente o acesso generalizado às vacinas COVID-19, particularmente nos países em desenvolvimento. Saudamos a meta global de ter pelo menos 70% da população totalmente vacinada em todos os países até 2022.

Para ajudar a apoiar isso, o Grupo Banco Mundial tem uma instalação de US\$ 20 bilhões para ajudar os países em desenvolvimento a comprar vacinas e criar sistemas de vacinação.

Financiamos programas de vacinação em 54 países. Estamos ansiosos para aumentar tanto os montantes de financiamento quanto a gama de países, inclusive através do COVAX.

Fizemos uma parceria com o African Vaccine Acquisition Trust – AVAT – para aumentar a entrega de doses de vacinas para países africanos e caribenhos e para enfrentar questões persistentes de entrega de vacinas, fabricação e comércio.

A escassez de entregas de vacinas continua sendo um gargalo crítico. O Grupo do Banco Mundial, com o FMI, a OMS e a OMC formaram uma Força Tarefa para acelerar o acesso às vacinas COVID-19.

Os dados e análises da Força-Tarefa Multilateral mostram que as economias avançadas têm bilhões de doses excedentes além do necessário para vacinar todas as suas populações.

Estamos pedindo aos países com excesso de suprimentos de vacinas que liberem doses de forma rápida e transparente e cumpram suas generosas promessas de doação.

A Força-Tarefa também insta os governos a eliminar barreiras comerciais e regulatórias à exportação de vacinas e outras ferramentas de saúde COVID-19.

Para ajudar a construir a oferta, o IFC, que é o braço de desenvolvimento do setor privado do Grupo Banco Mundial, está investindo na fabricação de vacinas e trabalhando para aumentar a capacidade de produção local na África.

Parar a disseminação do COVID-19 através da distribuição generalizada de vacinas aumentará a segurança da saúde de todos e é fundamental para um retorno completo ao crescimento inclusivo em todos os lugares.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2021/09/22/remarks-by-world-bank-group-president-david-malpass-at-unga21-global-covid-19-summit>

Reunião entre o BM e o Ministro a Economia e Finanças do Brasil

No dia 14 de outubro de 2021, o presidente do Grupo Banco Mundial, David Malpass, reuniu-se com Paulo Guedes, ministro da economia e finanças do Brasil.

Durante a reunião, discutiu-se a recuperação econômica do Brasil da pandemia COVID-19 e as recentes reformas estruturais nas áreas de política fiscal, prestação de serviços, digitalização e infraestrutura. Também discutiram formas inovadoras de mobilizar investimentos privados nacionais e estrangeiros para apoiar o crescimento e a criação de empregos, inclusive por pequenas e médias empresas (MEEs). Malpass reafirmou ao ministro Guedes o compromisso BM de auxiliar nesses esforços vitais.

O presidente Malpass ofereceu ao ministro Guedes ajuda ao desenvolvimento sustentável e destacou o apoio contínuo do Banco às metas de crescimento climático e sustentável do Brasil por meio de serviços de financiamento e conhecimento, incluindo o novo Relatório Nacional de Clima e Desenvolvimento (CCDR).

Malpass e o ministro Guedes também trocaram opiniões sobre uma série de iniciativas críticas, incluindo a produção de vacinas nos países em desenvolvimento e a necessidade de um maior financiamento para os países mais pobres.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/statement/2021/10/14/readout-from-world-bank-group-president-david-malpass-s-meeting-with-paulo-guedes-minister-of-economy-and-finance-brazil>

Publicação: Estatísticas da Dívida Internacional

O relatório anual [Estatísticas da Dívida Internacional](#) (*International Debt Statistics*, em inglês) para 2022 identifica um aumento significativo de 12% na dívida dos países de baixa renda, que atingiu US\$ 860 bilhões.

Os países mais pobres do mundo estão em dificuldades de dívida externa ou com alto risco. Uma abordagem abrangente, incluindo redução da dívida, reestruturação mais rápida e mais transparência é necessária para ajudar os países a avaliar e gerenciar seus riscos de dívida externa e trabalhar em direção a níveis e condições sustentáveis de dívida. São fundamentais para apoiar sistemas de saúde, educação e infraestrutura e criar crescimento, investimento e prosperidade. A implementação aprimorada e acelerada de um quadro comum será fundamental para alcançar essa tão necessária transparência e sustentabilidade da dívida.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/speech/2021/10/11/world-bank-group-president-david-malpass-roundtable-during-annual-meetings-2021>

<https://news.un.org/pt/story/2021/10/1766702>

Iniciativas bilaterais para combater a pandemia

No dia 09 de setembro de 2021, o BM e a UNICEF implementaram um projeto de US\$ 53,5 milhões no **Sudão do Sul** que se concentra na implantação de vacinas COVID-19 (Coronavírus) no país e na prestação de serviços essenciais de saúde para as populações mais vulneráveis em duas das áreas mais difíceis de alcançar – os estados de Jonglei e Alto Nilo.

Essa estreita colaboração entre o BM e a UNICEF no Sudão do Sul vem em um momento crucial, à medida que o país continua a responder à pandemia COVID-19, incluindo o aumento de seus esforços de vacinação. Ambos os lados também apoiarão o Ministério da Saúde no aprimoramento da sua administração do sistema de saúde do Sudão do Sul e sua capacidade de planejar e implementar programas.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/09/09/the-world-bank-unicef-support-covid-19-vaccine-deployment-and-lifesaving-health-services-for-children-and-women>

No dia 28 de setembro de 2021, o BM aprovou um novo projeto de US\$ 100 milhões para ampliar a resposta do setor de saúde do **Iraque** à pandemia COVID-19. O Projeto de Vacinação COVID-19 do Iraque apoiará a implantação de vacinas COVID-19 para grupos populacionais prioritários e fortalecerá os sistemas institucionais necessários para permitir a distribuição e o uso seguros e eficazes da vacina COVID-19 em escala.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/09/24/us-100-million-to-support-covid-19-vaccination-in-iraq>

No dia 01 de outubro de 2021, o BM aprovou um empréstimo de US\$ 500 milhões para fortalecer os esforços da **Argentina** para conter a pandemia COVID-19. O empréstimo será usado para a aquisição de vacinas para mais de 30% da população, bem como para apoiar a implementação do plano nacional de vacinação.

Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/10/01/el-banco-mundial-refuerza-con-us-500-millones-el-plan-de-vacunacion-contra-la-covid-19-en-argentina>

Fundo Monetário Internacional – FMI

FMI e o alívio do serviço da dívida

No dia 6 de outubro de 2021, o FMI aprovou uma quarta parcela do alívio do serviço de dívida do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT) para 24 países membros com dívida elegível vencida no período até 10 de janeiro de 2022. O Conselho Executivo também aprovou a inclusão da República Quirguiz e do Lesoto entre os países beneficiários, permitindo que esses membros recebam alívio de seu serviço de dívida em decorrência do Fundo até 10 de janeiro de 2022.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/10/08/pr21291-the-imf-executive-board-extends-debt-service-relief-24-eligible-low-income-countries>

Publicação 1: Relatório Global de Estabilidade Financeira

Em outubro, foi lançado o Relatório Global de Estabilidade Financeira 2021 (*Global Financial Stability Report*, em inglês). Os riscos de estabilidade financeira foram contidos até agora, refletindo o apoio político contínuo e uma recuperação da economia global no início deste ano. O capítulo 1 explica que as condições financeiras diminuíram ainda mais na rede nas economias avançadas, mas pouco mudaram nos mercados emergentes. Entretanto, o otimismo que impulsionou os mercados no início do ano diminuiu em preocupações crescentes sobre a força da recuperação global, e interrupções contínuas da cadeia de suprimentos intensificaram as preocupações com a inflação. Persistem sinais de valorizações de ativos esticadas em alguns segmentos de mercado, e bolsões de vulnerabilidades permanecem no setor financeiro não bancário; a recuperação é desigual no setor corporativo.

O capítulo 2 discute as oportunidades e desafios do ecossistema cripto. A falta de resiliência operacional ou cibernética dos provedores de ativos cripto representa riscos, e lacunas significativas de dados prejudicam a integridade financeira. Ativos cripto em mercados emergentes podem acelerar os riscos de dolarização. O capítulo 3 mostra que os fundos sustentáveis podem apoiar a transição global para uma economia verde, mas devem ser dimensionados para ter um grande impacto. Também discute como uma transição desordenada poderia perturbar o setor de fundos de investimento mais amplo no futuro.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/GFSR/Issues/2021/10/12/global-financial-stability-report-october-2021?code=imf.org>

Publicação 2: Reuniões Anuais da Agenda De Política Global do Diretor Geral 2021

De acordo com o FMI, as ações políticas urgentes são necessárias para controlar a pandemia, limitar as cicatrizes e transformar a economia global. A recuperação global continua, graças ao apoio monetário, fiscal e financeiro sem precedentes no último ano. No entanto, as divergências induzidas pela pandemia persistem, impulsionadas por diferenças acentuadas no acesso às vacinas e ao espaço político.

O Fundo afirma que continuará apoiando o acordo de adesão com esses desafios em curso e novos. As prioridades continuam sendo: vacinar a população mundial para conter a propagação da pandemia; calibrar políticas para limitar cicatrizes, apoiar a recuperação e

combater as crescentes divergências dentro e entre países; e acelerar a transformação da economia global para alcançar uma recuperação mais inclusiva, mais verde e digital.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/Publications/Policy-Papers/Issues/2021/10/12/The-Managing-Director-s-Global-Policy-Agenda-Annual-Meetings-2021-489894>

Publicação 3: Relatório Anual do Fundo Monetário Internacional 2021

Em outubro, o FMI lançou o Relatório Anual do FMI 2021. O relatório aponta que a recuperação está em andamento, porém, as consequências econômicas da pandemia global podem estar conosco nos anos seguintes. Com a crise agravando as vulnerabilidades, as perspectivas dos países são divergentes. Quase metade dos mercados emergentes e economias em desenvolvimento e alguns países de renda média correm agora o risco de ficar mais para trás, desfazendo grande parte dos progressos feitos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

Disponível em: <https://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/2021/eng/downloads/imf-annual-report-2021-pt.pdf>

FMI e o alívio do serviço da dívida

No dia 6 de outubro de 2021, o FMI aprovou uma quarta parcela do alívio do serviço de dívida do *Catastrophe Containment and Relief Trust* (CCRT) para 24 países membros com dívida elegível vencida no período até 10 de janeiro de 2022. O Conselho Executivo também aprovou a inclusão da República Quirguiz e do Lesoto entre os países beneficiários, permitindo que esses membros recebam alívio de seu serviço de dívida em decorrência do Fundo até 10 de janeiro de 2022.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/10/08/pr21291-the-imf-executive-board-extends-debt-service-relief-24-eligible-low-income-countries>

Brasil em foco

No final de setembro, o FMI lançou um artigo técnico sobre a recuperação do Brasil em relação à pandemia da COVID-19. Segundo o artigo, a economia brasileira voltou aos níveis pré-pandemias, apoiada pelo crescimento do comércio e do crescimento robusto do crédito do setor privado, e um dos maiores pacotes de estímulos nos mercados emergentes – quase 4% do PIB apenas em transferências emergenciais de caixa em 2020.

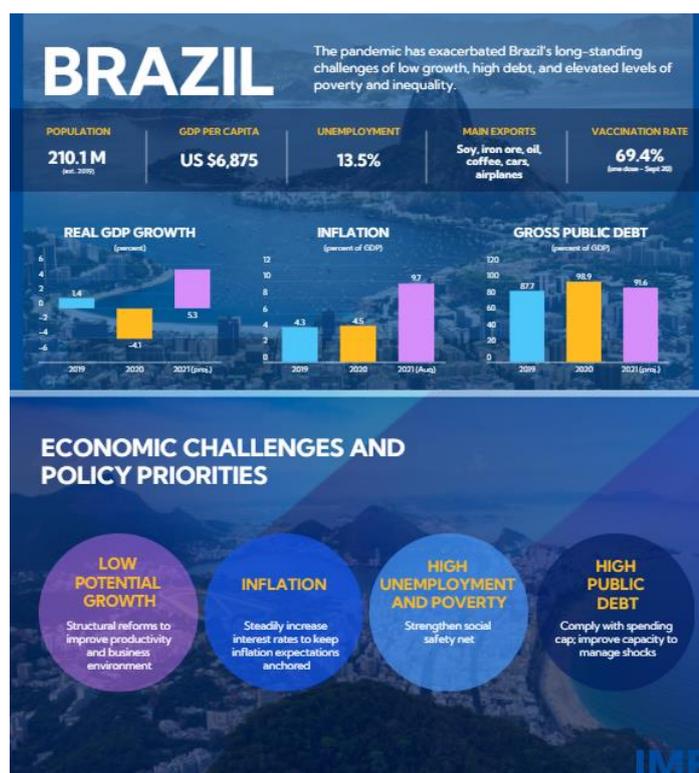
Fonte: International Monetary Fund
<https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/09/22/na092221-brazil-sustaining-a-strong-recovery>

Iniciativas bilaterais para combater a pandemia

No dia 7 de setembro de 2021, o FMI aprovou para a **Tanzânia** um desembolso de DES 132,6 milhões (US\$ 189,08 milhões) e uma compra equivalente a DES 26 5,2 milhões (US\$ 378,17 milhões) sob o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), um total de DES 397,8 milhões (US\$ 567,25 milhões ou 100% da cota). Este financiamento emergencial ajudará a financiar o urgente equilíbrio de necessidades de pagamento tanzaniano, decorrentes do surto da pandemia COVID-19.

As perspectivas econômicas da Tanzânia deterioraram-se devido ao impacto da pandemia COVID-19. Com o colapso do turismo na esteira das restrições de viagem, a economia supostamente desacelerou para um crescimento de 4,8% em 2020, e o crescimento deve permanecer subjugado em 2021. A Tanzânia enfrenta um equilíbrio urgente de necessidade de pagamento de cerca de 1,5% do PIB à medida que as autoridades implementam um plano abrangente para mitigar os efeitos da pandemia e preservar a estabilidade macroeconômica diante de uma terceira onda relatada do vírus.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/09/07/pr21256-tanzania-imf-executive-board-approves-us-million-emergency-support-address-covid-19-pandemic>



No dia 15 de setembro de 2021, o FMI aprovou o pedido de assistência emergencial da **Guiné Equatorial** equivalente a cerca de US\$ 67,38 milhões sob o Instrumento de Financiamento Rápido. A pandemia e as explosões de Bata causaram grandes danos à economia da Guiné Equatorial, enfraquecendo substancialmente sua perspectiva econômica de curto prazo, aumentaram o estresse econômico e financeiro e afetaram severamente a subsistência de grande parte da população.

As autoridades estão comprometidas em tomar medidas adicionais como parte de seu esforço contínuo para enfrentar os desafios de governança e corrupção enfrentados pela Guiné Equatorial.

Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2021/09/15/pr21266-equatorial-guinea-imf-exec-board-approves-emergency-support-covid-19-accidental-explosions>

Movimentos Sociais no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

No espaço da Sociedade Civil, em um período de muita movimentação em torno à 48ª Sessão do CDH e da AGNU, destaco um conjunto de manifestações e atividades do TWN – Third World Network e do South Center em torno de questões fundamentais para a Saúde Global: as fontes de financiamento para sustentar o direito à saúde no marco de enfrentamento e superação da Pandemia mediante sistemas públicos e universais de saúde e de proteções sociais potentes – incluindo as taxações da economia digital e suas repercussões nas transnacionais e os embates em torno à propriedade intelectual e as reivindicações dos bens comuns públicos da Humanidade. Além de comentários sobre as limitações e dilemas do Tratado Pandêmico em discussão na OMS.

OMS: 'não papel' dos EUA sobre equidade reforça seu domínio por parte da indústria farmacêutica <https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=MzkyNA>

Kochi/New Delhi, 18 October (Nithin Ramakrishnan and K M Gopakumar) – O não-papel sobre equidade dos Estados Unidos submetido ao Grupo de Trabalho sobre Fortalecimento da Preparação e Resposta às Emergências em Saúde (WGPR) dos Estados Unidos reforça e mantém o status quo de seu domínio na indústria farmacêutica global. Uma reunião intersessional do WGPR, que funciona sob um mandato da Assembleia Mundial de Saúde, discutirá a equidade hoje (18 de outubro). O não papel foi apresentado durante a terceira reunião do WGPR, que ocorreu de 4 a 6 de outubro. Além dos EUA, houve outros três não-artigos que tratavam de vários elementos do tratado pandêmico proposto ou do fortalecimento dos Regulamentos Internacionais de Saúde (IHR) de 2005. O IHR 2005 é o direito internacional que prevê a colaboração internacional para a resposta à saúde pública a uma "emergência de saúde pública de preocupação internacional" (PHEIC) sob a égide da OMS e de seus Estados-Membros. [O termo "pandemia" não é encontrado no direito internacional da saúde; o termo no IHR 2005 é "emergência de saúde pública de preocupação internacional".]

Promoção da Licença Voluntária: O não-papel dos EUA promove abertamente o licenciamento voluntário (VL) para a diversificação da fabricação e prejudica a necessidade de suspensão de IP ou o uso de medidas de interesse público, como a licença obrigatória para promover a produção local. A proposta 4 no não papel sobre a expansão da capacidade de fabricação de produtos de resposta a emergências em saúde pública, incluindo materiais de entrada necessários, contém três referências à VL. São elas: Abordagens para expansão e distribuição geográfica estratégica da capacidade de fabricação de produtos de resposta à saúde pública para atender às necessidades em todas as regiões e promover o acesso equitativo a esses produtos, inclusive por meio de centros voluntários de transferência de tecnologia e licenciamento voluntário de produtos e tecnologias de resposta à saúde pública em termos mutuamente acordados. Promoção de acesso mais oportuno e equitativo às tecnologias de resposta à saúde pública originalmente desenvolvidas por entidades governamentais, como o uso de licenciamento voluntário não exclusivo dessas tecnologias em termos mutuamente acordados para os países em desenvolvimento. Promoção e facilitação do licenciamento voluntário de produtos críticos de resposta à saúde pública pelos fabricantes em termos mutuamente acordados, incluindo a transferência voluntária de tecnologia e know-how nesses termos. É interessante notar que a VL é o modo preferido de transferência de tecnologia mesmo em tecnologias desenvolvidas por entidades governamentais. Até agora, as experiências da VL mostram que ela divide o mercado e exclui muitos países em desenvolvimento de baixa renda

média, como Brasil, Malásia etc. do escopo da VL. Além disso, a VL funciona como uma ordenação privada e mina a capacidade do Estado de garantir o acesso a produtos médicos acessíveis. No contexto COVID-19, a Gilead Sciences emitiu várias VL sobre as patentes questionáveis sobre Remdesivir, uma droga considerada de valor terapêutico nos primeiros meses da pandemia.

Institucionalização de mecanismos fracassados como ACT-A e COVAX: Outro exemplo de reforçar o status quo é a institucionalização de mecanismos fracassados como ACT-A e COVAX (COVID-19 Vaccines Global Access). A proposta sobre a promoção do acesso rápido aos produtos de emergência em saúde pública afirma: "Abordagens para facilitar e coordenar o acesso equitativo e oportuno a produtos críticos de resposta a emergências em saúde pública durante emergências, a partir das lições aprendidas com o ACT-A e o COVAX".

Outra proposta sobre P&D também propõe o acúmulo de esforços de P&D, como o Projeto de P&D da OMS e o ACT-A. Um dos principais objetivos do ACT-A é o acesso equitativo aos produtos médicos necessários para a resposta COVID-19. A ACT-A, com 4 pilares viz, terapêutica, diagnóstico, vacinas e sistemas de saúde, não cumpriu sua promessa. Da mesma forma, o COVAX não conseguiu entregar as doses da vacina para cobrir até 20% da população de países de baixa renda que se inscreveram para as doses gratuitas. Ambos os mecanismos não tomaram medidas efetivas para desafiar o monopólio dos produtos médicos COVID-19 e nunca promoveram a diversificação da ideia de fabricação além da VL.

Uma revisão realizada pela consultoria Dalberg sobre o ACT-A afirma: "As vozes e perspectivas dos países doadores tendem a dominar as contribuições dos L/MICs, representando riscos de desenvolver soluções que não respondem verdadeiramente às necessidades dos países beneficiários". Sobre representação e participação, destaca a "Inclusão insuficiente e engajamento significativo de LMICs, órgãos regionais, CSOs e representantes da comunidade."

Embora a proteção social, o fortalecimento dos sistemas de saúde e a UHC seja mencionada no documento, não se levanta uma única questão orientadora nesse sentido para a discussão do mergulho profundo. Portanto, é duvidoso se há alguma proposta concreta para melhorar o acesso equitativo até agora sob a consideração do WGPR. A maioria das recomendações parecem promover opções de mercado em vez de um compromisso legal para aumentar a equidade, ao contrário do IHR 2005. O IHR 2005 estabelece o dever de cooperar em inúmeras disposições e também reconhece as necessidades especiais e as circunstâncias dos países em desenvolvimento na construção de capacidades fundamentais de preparação e resposta a emergências em saúde. Essas disposições, em conjunto, formam a base para a equidade na preparação e resposta de emergências em saúde.

O IHR 2005 prevê três tipos de dever de cooperar para os Estados: (1) colaboração e assistência inter-estatal diretas, (2) colaboração e assistência por meio da OMS e (3) colaboração interorganizacional. No primeiro tipo, prever o acesso equitativo é uma obrigação primária, enquanto sob os outros dois, é uma obrigação subsidiária. Por um lado, o IHR, nesse sentido, representa uma ruptura da forma colonial de resposta à saúde internacional às epidemias totalmente baseadas em medidas sanitárias e de quarentena.

Por outro lado, não há mecanismos ou diretrizes disponíveis para implementar o dever de cooperar no IHR, especialmente nos termos dos artigos 5º, 13º e 44º. Na ausência de efetiva implementação das obrigações legais do IHR que contenham equidade, as normas continuam funcionando como instrumento colonial. ou seja, impõe obrigações legais aos países em

desenvolvimento para informar sobre o surto de doenças à comunidade internacional e permite que os países desenvolvidos tomem medidas para proteger sua população sem uma obrigação legal correspondente de prestar a assistência necessária aos países informantes para responder efetivamente ao surto.

OMS: A análise do Secretariado sobre benefícios e riscos do tratado de pandemia proposto tem pés de barro. <https://wp.twnnews.net/sendpress/email/?sid=NTkwODU&eid=MzkxMQ> TWN. 16 de outubro de 2021.

Kochi/Nova Deli, 16 de outubro (Nithin Ramakrishnan e K M Gopakumar) – A análise [analysis](#) do Secretariado da OMS sobre os benefícios, riscos e implicações legais de um tratado pandêmico proposto, e as fraquezas de alterar o Regulamento Sanitário Internacional (IHR) the [International Health Regulations \(IHR\)](#) de 2005 se mantem sobre pés de barro sem o apoio de qualquer raciocínio rigoroso.

A segunda reunião do Grupo de Trabalho dos Estados-Membros sobre o Fortalecimento da Preparação e Resposta às Emergências em Saúde (WGPR) realizada nos dias 1 e 3 de setembro solicitou à Secretaria a elaboração de uma "análise que identifique potenciais benefícios, desafios e riscos de um novo instrumento e as diferentes opções para fortalecer a eficácia e implementação e o cumprimento do IHR (2005), incluindo os benefícios, desafios e riscos de alterá-los".

O relatório de análise da Secretaria contém 5 seções. Embora, a Seção 5 adque que "a avaliação dos benefícios é um exercício da relatividade", ela lista, no entanto, os benefícios e riscos do novo tratado proposto sem muito comparação com outras opções, como a alteração do IHR. Presume-se que um novo instrumento seria um tratado adotado nos termos do artigo 19º da Constituição da OMS em oposição às normas do artigo 21º ou às recomendações do artigo 23º. Os benefícios citados são categorizados em quatro grandes áreas: Governança, Financiamento, Sistemas e Ferramentas e Equidade. Outros três benefícios, como maior confiança, ancoragem em princípios-chave e criação de eleitorados também são mencionados na análise. A Seção 4 reconhece cinco riscos na adoção de alterações do IHR, embora com alguns benefícios.

Esta resenha examina e revisa a análise fornecida pela Secretaria da OMS. Supostos benefícios de um novo instrumento pandêmico (Convenção-Quadro nos termos do artigo 19 da Constituição da OMS) Governança: A análise afirma que a atual estrutura complexa e fragmentada de governança não alcançou os "níveis desejados de ação coletiva efetiva e acesso equitativo às contramedidas, ambas essenciais para a preparação e resposta pandêmicas".

O Secretariado acredita que um instrumento legalmente vinculante "poderia estabelecer um consenso global sobre a arquitetura de governança da preparação e resposta pandêmica, desprovido da ambiguidade que os arranjos voluntários potencialmente concorrentes poderiam criar". No entanto, a análise é silenciosa sobre como este instrumento fornecerá tal resultado. Não fornece nenhuma razão para que tal instrumento legalmente vinculativo seja uma convenção-quadro, o que dificilmente fornece qualquer clareza sobre a implementação. A análise também é silenciosa sobre por que um IHR alterado não pode prover uma coerência maior.

Curiosamente, a Secretaria juntamente com os co-patrocinadores de um novo tratado pandêmico mantém uma posição de que o novo tratado coexistirá e complementarará o IHR. Isso indica, na verdade, uma maior fragmentação dos mecanismos de governança; uma para

"emergências de saúde pública de preocupação internacional" no âmbito do IHR; e o outro para pandemias em um tratado separado. Além disso, o modelo de convenção-quadro do tratado recém-proposto aumentará o problema da fragmentação, uma vez que uma convenção-quadro funciona com base em numerosos instrumentos negociados e adotados separadamente em uma fase posterior. Não há garantia, mas apenas uma suposição de que todos os Estados-Membros da OMS se tornarão partes de tal convenção e de seus protocolos.

Webinar: Explorando sinergias no multilateralismo e nos direitos humanos para uma recuperação justa, justa e equitativa do COVID-19. South Center. 18 de outubro de 2021.

Facilitado pelo Centro Sul, este webinar é uma oportunidade para os participantes trocarem opiniões e discutirem como o Instrumento Legalmente Vinculativo sobre Corporações Transitórias e Outras Empresas Empresariais pode apoiar os esforços dos Estados em outras áreas do sistema multilateral para permitir uma recuperação justa, justa e equitativa após a pandemia COVID-19. Interpretações simultâneas em francês e espanhol estarão disponíveis. Para mais informações: <https://www.southcentre.int/sc-webinar-18-october-2021/>

Conferência: Tributação Internacional a partir de Perspectivas Globais do Sul. South Center. 13 de outubro de 2021

O Centro de Política para o Novo Sul em parceria com a Iniciativa Fiscal do Centro Sul está organizando uma conferência transmitida ao vivo sob o tema: Tributação Internacional a partir de Perspectivas Globais do Sul. As principais questões discutidas neste evento foram: Quais reformas são necessárias aos padrões internacionais que podem fortalecer a capacidade dos governos de aumentar a receita dos MNEs sem desencorajar a atividade econômica? Qual é o custo dos paraísos fiscais para os países em desenvolvimento e qual o papel da cooperação internacional no enfrentamento desta questão? Como seria o futuro da reforma tributária na era pós-COVID-19, dada a crescente digitalização da economia?

Youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=OyNH7gOPZ98>

Livro: *Uso Público No Comercial y Licencias Obligatorias en América Latina: Estado de Situación*. Autor: Guillermo E. Vidaurreta. South Center.

Este livro examina como o uso público não comercial e o licenciamento obrigatório de patentes foram regulados no direito latino-americano, uma das importantes flexibilidades sob o acordo de propriedade intelectual da Organização Mundial do Comércio. Da mesma forma, investiga e resume as experiências registradas em termos de uso efetivo desses instrumentos, que não se esgotam no campo da saúde pública, embora tenham sido especialmente utilizados por países desenvolvidos e em desenvolvimento para facilitar o acesso a medicamentos, inclusive no contexto da pandemia COVID-19.

Guillermo Vidaurreta é advogado da Universidade de Buenos Aires, Mestre em Propriedade Intelectual pela FLACSO – Argentina. Professor da Universidade de Buenos Aires e FLACSO – Argentina. Principal pesquisador e vice-diretor do Centro de Estudos Interdisciplinares de Direito Industrial e Econômico da Faculdade de Direito da UBA (CEIDIE). Foi delegado argentino na Conferência Diplomática para a Adoção do Tratado de Direito de Patentes (PLT), realizada em Genebra em 2000 e em outros eventos internacionais. Download o livro aqui: <https://www.southcentre.int/book-by-the-south-centre-2021-3/>

Demandas do País em Desenvolvimento por uma Solução Tributária Digital Equitativa, por Abdul Muheet Chowdhary, Diretor Senior do Programa de Iniciativa Fiscal do South Center (SCTI), South Centre, Geneva. <https://mailchi.mp/southcentre/policy-brief-developing-country-demands-for-an-equitable-digital-tax-solution-225307?e=17e0b60518>

A tributação da economia digitalizada é o principal desafio da tributação internacional hoje. Países ao redor do mundo, especialmente países em desenvolvimento, estão lutando para tributar os lucros crescentes das grandes gigantes tecnológicas que operam em modelos de negócios inteiramente novos que tornaram obsoletas as regras fiscais internacionais tradicionais. Uma "solução de dois pilares" está sendo negociada no Quadro Inclusivo da OCDE/G20 sobre o BEPS que busca atualizar essas regras, realocar direitos tributários e estabelecer um imposto mínimo global. No entanto, do jeito que está, a solução tem benefícios fiscais muito limitados para os países em desenvolvimento e é administrativamente complexa. Para que a solução seja durável, deve ser equitativa e, portanto, deve incorporar as preocupações dos países em desenvolvimento daqui para frente. Para acessar o resumo da política diretamente, acesse esta página da Web: <https://www.southcentre.int/tax-cooperation-policy-brief-19-october-2021/>

Declaração do South Center sobre a solução de dois pilares para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia. <https://mailchi.mp/southcentre/southnews-statement-by-the-south-centre-on-the-two-pillar-solution-to-address-the-tax-challenges-arising-from-the-digitalisation-of-the-economy-2?e=17e0b60518>

O Centro Sul toma nota da Declaração de 136 jurisdições membros do Quadro Inclusivo da OCDE/G20 (IF) feita em 8 de outubro de 2021, sobre uma solução de dois pilares para enfrentar os desafios fiscais decorrentes da digitalização da economia. A ampla arquitetura do acordo está agora em vigor e está claro para os países em desenvolvimento o que eles podem esperar dele. No geral, a solução Dois Pilares abre novos caminhos na tributação internacional. Ele marca uma mudança do princípio de comprimento do braço na alocação de renda e baseia-se no reconhecimento de que as Empresas Multinacionais (MNEs) são entidades unitárias que operam como tal. Mais importante, a demanda tem sido consagrada como um fator na alocação de lucros, dando jurisdições de mercado, que são principalmente países em desenvolvimento, sua participação legítima nos lucros globais das MNEs.

O acordo sobre um imposto mínimo também solidificou o princípio de que as MNEs devem pagar impostos em algum lugar e que "rendimentos apátridas" não podem existir. No entanto, existem vários aspectos do acordo que, quando vistos na perspectiva dos países em desenvolvimento, o tornam não apenas profundamente decepcionante, mas totalmente inaceitável. Este é particularmente o caso do Pilar Dois.

Pilar Dois: A alíquota mínima de 15% é muito baixa, especialmente quando muitos países em desenvolvimento têm taxas estatutárias de imposto de renda corporativo (como afirma a ATAF, para a maioria dos países africanos varia entre 25-35%^[2]) e até mesmo taxas de impostos eficazes que são mais altas. Para ser genuinamente eficaz em dissuadir a mudança de lucro para paraísos fiscais, a taxa deveria ter sido entre 20-25% como foi exigido por vários países. A baixa taxa é agravada pela certeza de que será coletada principalmente pelos países desenvolvidos. A ordem de regras sob o Pilar Dois dá primazia às jurisdições sedes através da Regra de Inclusão de Renda (IIR), e a demanda dos países em desenvolvimento que sejam dadas aos países em desenvolvimento por meio da Regra de Pagamentos Sob Tributação (UTPR) foi ignorada.

Sua implementação foi colocada na menor prioridade e as regras devem entrar em vigor em 2024. Para piorar a situação, nos raros casos em que pode ser aplicado, a UTPR passa a ter uma isenção para MNEs na fase inicial de sua atividade. Isso tem potencial para ser mal utilizado por MNEs que podem estruturar suas operações de forma que seus ativos tangíveis sejam mantidos abaixo de 50 milhões de euros e suas operações limitadas a 5 jurisdições. São necessárias regras antiabuso fortes para evitar isso.

A primazia do IIR também tem o perigo de consagrar o princípio de que o direito tributário sobre a renda não tributada é dado à jurisdição sede, o que é prejudicial para os países de origem. Em relação ao Regime de Tributo ao Imposto de Renda (STTR), é bem-vindo que a alíquota mínima tenha sido acordada em 9%. No entanto, isso poderia e deveria ter sido maior, mas foi restringido devido à baixa taxa global de 15%. Se a taxa mínima estivesse entre 20-25%, a taxa STTR poderia ter sido mais adequada de 10-15%, em linha com as taxas de retenção em muitos tratados fiscais de países em desenvolvimento. O escopo do STTR permanece em negociação e deve incluir taxas de serviço e ganhos de capital, como tem sido exigido pelos países em desenvolvimento. O carve-out para o transporte internacional permanece sem forte lógica e deve ser removido.

UNCTAD 15 endossou o Pacto de Bridgetown e o Espírito de Speightstown.
<https://mailchi.mp/southcentre/southnews-unctad-15-endorsed-the-bridgetown-covenant-and-the-spirit-of-speightstown?e=17e0b60518>

A décima quinta sessão da conferência quadrienal da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) foi realizada virtualmente e sediada em Bridgetown, Barbados, de 3 a 7 de outubro de 2021, sob o tema "Da desigualdade e vulnerabilidade à prosperidade para todos".

A conferência ocorreu em um momento crítico em que os progressos na busca dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável sofreram um grave revés, pois o impacto devastador da pandemia COVID-19 levou 120 milhões de pessoas à pobreza extrema e levou à regressão em áreas como saúde, educação e nutrição. O mundo enfrenta uma infinidade de desafios, incluindo o aumento da desigualdade dentro e entre os países, o nacionalismo vacinal diante das variantes do COVID-19, aumentou a carga da dívida para muitos países em desenvolvimento, a devastação das mudanças climáticas e o enfraquecimento do multilateralismo.

Além de estabelecer os mandatos para a UNCTAD nos próximos quatro anos, a conferência forneceu instruções de como se recuperar da pandemia COVID-19 de forma mais inclusiva, verde, sustentável e resiliente para os países em desenvolvimento. Após meses de negociações e intensas discussões durante a conferência, os Estados-Membros da UNCTAD eventualmente endossaram o Pacto de Bridgetown, que reafirmou o importante papel da UNCTAD como ponto focal nas Nações Unidas para o tratamento integrado do comércio e do desenvolvimento e questões interrelacionadas nas áreas de finanças, tecnologia, investimento e desenvolvimento sustentável. Mais importante, o Bridgetown Covenant, construído sobre o Nairobi Maafikiano de 2016 - o documento de resultado para a UNCTAD 14, guiará a formulação e execução dos programas de trabalho da UNCTAD nos próximos anos para promover o desenvolvimento econômico e evitar uma década perdida para os países em desenvolvimento.

O Pacto de Bridgetown determinou que a UNCTAD continue seu trabalho através dos três pilares - pesquisa e análise, construção de consenso e cooperação técnica - para contribuir para a implementação, monitoramento e revisão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os objetivos relevantes de Desenvolvimento Sustentável. É encorajador que o

documento de desfecho tenha ressaltado a importância do pilar de pesquisa e análise da UNCTAD. Sendo uma instituição das Nações Unidas destinada a promover os interesses dos países em desenvolvimento, o trabalho analítico da UNCTAD através do monitoramento de tendências e políticas globais, regionais e nacionais e suas recomendações políticas têm sido valiosas para os países em desenvolvimento e também têm sido uma voz alternativa às vezes no discurso do desenvolvimento.

A declaração política da UNCTAD 15 - o Espírito de Speightstown - expôs os desafios de desenvolvimento enfrentados pelo mundo e enfatizou a necessidade de um pacto revitalizado para o desenvolvimento e pediu cooperação internacional. Como observou a recém-nomeada Secretária-Geral da UNCTAD, Rebeca Grynspan, na Cúpula mundial de Líderes, o mundo está em um ponto crítico na história do multilateralismo em meio a muitos outros desafios.

A UNCTAD 15 teve uma série de eventos de alto nível, incluindo a Cúpula mundial de Líderes, cinco mesas-redondas ministeriais sobre questões tópicas importantes relacionadas ao desenvolvimento, o Fórum da Sociedade Civil, o Fórum Global de Commodities, o Fórum de Gênero e Desenvolvimento, o Fórum da Juventude e o Fórum de Economia Criativa e Digitalização do Comércio. As discussões animadas nesses eventos revelaram visões convergentes sobre muitas das questões mais atuais e urgentes. Por exemplo, os líderes mundiais pediram a equidade da vacina COVID-19 e uma maior ação contra a dívida e as crises climáticas.

Por ocasião da UNCTAD 15, foram realizadas conferências ministeriais virtuais para o Grupo dos 77 (G77) e China, os países menos desenvolvidos e os países das Pequenas Ilhas, respectivamente. Em sua Declaração Ministerial à UNCTAD 15, o G77+China destacou a importância de estabelecer uma narrativa de desenvolvimento sobre questões que afetam o comércio global e a economia global e esperava que o Pacto de Bridgetown fornecesse um quadro para a mudança de ações para resultados concretos no enfrentamento da multiplicidade de desafios econômicos e sociais que os países em desenvolvimento enfrentam. Essas ações devem incluir a reforma do sistema multilateral e restaurar o importante papel da UNCTAD.

O Centro Sul, sendo um think tank intergovernamental para os países em desenvolvimento, forneceu ativamente apoio substantivo no processo preparatório para a UNCTAD 15. Na declaração ministerial do G77+ China à UNCTAD 15, há a decisão de criar o Fórum Gamani Corea para servir como principal mecanismo de preparação para as ações futuras e para melhor abordar as questões estratégicas que confrontam os países em desenvolvimento para avançar em seu pensamento coletivo e ação coletiva. Neste contexto, o Capítulo Genebra do G77+China é chamado a trabalhar com a UNCTAD, o Centro Sul, bem como outros amigos em Genebra, para organizar sessões regulares do Fórum em uma posição de alto nível. O Centro Sul está pronto para apoiar o Capítulo de Genebra e os Estados-Membros do G77+China nesta empreitada.

The texts of the 'Bridgetown Covenant', the 'Spirit of Speightstown' and the referred to declaration from the G77+China may be found:

https://unctad.org/system/files/official-document/td-l-435_en.pdf

https://unctad.org/system/files/official-document/td-l-434_en.pdf

https://unctad.org/system/files/official-document/td522_en.pdf

A recuperação econômica mundial enfraqueceu antes de criar raízes: reunião de ministros e governadores do G24. <https://mailchi.mp/southcentre/southnews-the-world-economic->

[recovery-has-weakened-before-taking-root-g24-ministers-and-governors-meeting?e=17e0b60518](https://www.g24.org/wp-content/uploads/2021/10/G-24-Communique-Final-October-Meetings-2021.pdf)

A reunião anual de Ministros e Governadores do Grupo Intergovernamental de 24 sobre Assuntos Monetários Internacionais e Desenvolvimento (G-24) ocorreu praticamente em 11 de outubro de 2021. Apesar das projeções de crescimento do PIB mundial perto de 6% para 2021 e cerca de 5% para 2022, ministros e governadores expressaram sérias preocupações com o crescimento econômico altamente desigual entre os países, o acesso muito divergente às vacinas, capacidades imensamente diferentes de fornecer apoio fiscal, provisão de liquidez internacional, aumento da carga da dívida e desafios das mudanças climáticas. Com esses desafios, o ímpeto para a recuperação econômica mundial enfraqueceu antes de se enraizar. Os ministros e governadores propuseram medidas políticas para combater esses desafios, conforme elaborado no comunicado do G-24 aprovado na reunião de 11 de outubro. O Comunicado está disponível em: <https://www.g24.org/wp-content/uploads/2021/10/G-24-Communique-Final-October-Meetings-2021.pdf>.

O South Center é um observador do G-24. O Diretor Executivo do Centro Sul, Dr. Carlos Correa, apresentou um comunicado à reunião expressando as opiniões e propostas do Centro. A submissão é reproduzida parcialmente a seguir: "A economia mundial está mostrando sinais de recuperação, mas muito desigual[1], e está enfrentando uma infinidade de desafios, incluindo o aumento da desigualdade dentro e entre os países, o nacionalismo vacinal diante das variantes do COVID-19, aumentou a carga da dívida para muitos países em desenvolvimento, a devastação das mudanças climáticas e o enfraquecimento do multilateralismo. A pandemia COVID-19 pegou o mundo de surpresa. Naturalmente, é um enorme teste de estresse para o sistema financeiro global, incluindo a arquitetura da dívida internacional, a governança econômica e a solidariedade global. Embora algumas ações de resposta internacionais tenham sido iniciadas para responder ao enorme impacto econômico e social negativo sobre os países em desenvolvimento, até agora foram tarde demais e muito pouco. O Secretário-Geral das Nações Unidas declarou recentemente que: "A pandemia demonstrou nossa falha coletiva em nos unirmos e tomar decisões conjuntas para o bem comum, mesmo diante de uma emergência global imediata e ameaçadora de vida." Agora, estamos em um momento crucial para consertar e corrigir os problemas sistêmicos globais para que possamos recuperar melhor, mais verde, mais inclusiva e mais resiliente. É hora de abordar as causas básicas da fragilidade, instabilidade, divergência e assimetrias da economia global. No processo, devemos assegurar que as vulnerabilidades dos países em desenvolvimento não seriam mascaradas por sinais de recuperação no mundo, uma vez que as perspectivas da maioria desses países de retornar à situação econômica pré-pandemia exigiria muitos anos. A pandemia COVID-19 deixou cicatrizes duradouras nessas economias.

A pandemia e a recessão econômica global deixaram muitos países em desenvolvimento com pouco espaço fiscal e monetário. Portanto, enquanto países avançados montaram enormes pacotes de estímulo, de acordo com os dados do FMI, 41 países em desenvolvimento não tiveram escolha a não ser reduzir seus gastos totais em 2020 em meio à crise global de saúde. Essa imensa assimetria é uma das principais razões para a trajetória divergente de recuperação econômica da pandemia.

A situação de sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento piorou ainda mais em 2020, com a dívida pública aumentando em 108 dos 116 países em desenvolvimento, e os países com maior dívida pré-pandêmica sofreram os maiores aumentos. 33 dos países em

desenvolvimento viram suas relações dívida pública/PIB aumentarem. Uma proporção crescente de países de baixa renda está em sofrimento da dívida ou alto risco de aflição da dívida. Os países de renda média estão entre os mais atingidos pela pandemia e experimentaram crescentes vulnerabilidades de dívida. No entanto, nem o alívio da dívida do FMI, nem a Iniciativa de Suspensão do Serviço de Dívida do G20 e o Quadro Comum incluíram esses países. A pandemia revelou deficiências na arquitetura da dívida internacional.

O sistema baseado no PIB per capita não parece ser apropriado durante uma crise global para lidar com os encargos da dívida e suas implicações. G20 DSSI e CF são bem-vindos; no entanto, o medo de rebaixamentos de rating de crédito, preocupações de condicionalidade e outras razões fizeram alguns países elegíveis relutantes em solicitar o apoio oferecido por essas iniciativas. Até agora, o alívio real da dívida só se limitou à iniciativa do FMI para os países mais pobres cujas dívidas do FMI estão em queda. Há um cansaço em relação ao alívio e cancelamento da dívida, porém países em desenvolvimento fortemente endividados com dificuldades de liquidez e sustentabilidade da dívida não parecem ser capazes de projetar a recuperação econômica sem alívio significativo da dívida. A arquitetura atual da dívida tem sido ineficaz tanto na prevenção de episódios repetidos de acumulações insustentáveis de dívidas quanto na reestruturação de dívidas. Assim, é urgente uma reforma.

A mais recente nova alocação de Direitos Especiais de Saque foi recebida por unanimidade. É preciso ressaltar, no entanto, que, em comparação com as necessidades reais de liquidez dos países em desenvolvimento, estimadas por várias instituições multilaterais, a nova alocação de SDRs está longe de ser suficiente. No entanto, para os países em desenvolvimento, a nova emissão de SDRs significaria uma não dívida muito necessária, criando liquidez, embora os países de baixa renda tenham acesso a apenas 3,2% ou menos de US\$ 21 bilhões dos US\$ 650 bilhões de SDRs, enquanto o Grupo dos Sete combinados receberia aproximadamente US\$ 283 bilhões da nova emissão. A nova alocação cria uma oportunidade para formular um mecanismo viável para permitir que os SDRs doados sejam recanalizados para países que precisam urgentemente de liquidez incondicional. Seria importante envolver instituições financeiras elegíveis para manter e usar as SDRs, conforme indicado nos artigos de acordo do FMI. O fato de os países que mais precisam das SDRs terem o menor deles reforça a necessidade de continuar com a reforma do sistema de cotas do FMI.

Com a pandemia COVID-19 ainda em fúria, o acesso igualitário às vacinas é de importância crítica para a recuperação econômica e também para o bem público global para trazer a crise global de saúde sob controle. No entanto, esta é a desigualdade mais gritante que o mundo enfrenta. Enquanto apenas 1,1% das pessoas em países de baixa renda receberam pelo menos uma dose, países de alta renda administraram mais de 51%. A necessidade de acesso a vacinas acessíveis dos pobres é de grande urgência. Não corrigir essa situação de acesso desigual às vacinas seria uma demonstração da quebra da solidariedade internacional e da governança global. Esta questão também reforça a necessidade de transferência de tecnologia, incluindo know-how, para os países em desenvolvimento para a expansão da produção das vacinas tão necessárias. São necessárias ações imediatas no contexto da OMC, notadamente em relação à renúncia a certas obrigações previstas no Acordo TRIPS proposto por grande parte de seus membros.

Um relatório da OXFAM 2020 alertou que quase 80% das finanças climáticas são empréstimos, garantias e outros instrumentos de não concessão. Cerca de 40% desses empréstimos estão em termos comerciais, aumentando a angústia da dívida dos países em

desenvolvimento já sobrecarregados devido à necessidade de apoiar suas economias durante a pandemia. A maioria dos recursos alocados é direcionada à mitigação e apenas cerca de 25% é para adaptação, que é uma questão crucial para os países em desenvolvimento. A perda e os danos também são uma questão de interesse para os países em desenvolvimento, mas não há nada concreto na caixa de ferramentas de finanças climáticas. Esses elementos precisam ser devidamente abordados na COP26.

Com espaço fiscal estressado e aumento da dívida pública, a atenção se voltou para garantir que as grandes empresas multinacionais paguem sua parte justa dos impostos nos países em desenvolvimento onde têm vendas e geram lucros. O Painel FACTI da ONU estimou que US\$ 500-600 bilhões são perdidos anualmente para a evasão fiscal corporativa. Esse problema maior é agravado pela digitalização da economia. A solução Dois Pilares para os desafios fiscais da economia digital, que está sendo negociada no Quadro Inclusivo da OCDE/G20, até agora oferece benefícios mínimos de receita aos países em desenvolvimento e é extremamente complexa de administrar. Para ser justa e sustentável, a solução Dois Pilares deve incorporar demandas fundamentais dos países em desenvolvimento, como o remanejamento de pelo menos 30% dos lucros residuais para jurisdições de mercado, um retorno rotineiro para presença remota, resolução de disputas sem arbitragem vinculante, a continuação de medidas unilaterais até que o Pilar Um tenha começado a demonstrar resultados satisfatórios, simples de administrar sujeito à regra fiscal com amplo escopo, a primazia dos Pagamentos Sub-Tributados sobre a Regra de Inclusão de Renda e uma alíquota mínima que é de pelo menos 20%.

O Centro Sul destacou em uma Declaração de Julho de 2021 algumas das principais preocupações da perspectiva dos países em desenvolvimento nas negociações dos Dois Pilares. ... Concluindo, defender e revigorar o multilateralismo, especialmente nas áreas de finanças, comércio, saúde e desenvolvimento, é de fundamental importância para a recuperação pós-pandemia. A cooperação internacional deve ser aprimorada para reconstruir melhor, melhorar a resiliência econômica e financeira e estar melhor preparada para choques e crises futuras em escala global. No curto e médio prazo, como qualquer aperto financeiro nos países avançados teria repercussões maciças sobre os países em desenvolvimento, notadamente as economias emergentes, uma boa comunicação e coordenação política seria essencial para manter a estabilidade financeira internacional e facilitar a recuperação econômica da pandemia.

Isso deve ser complementado com medidas concretas para reformar uma arquitetura financeira internacional ostensivamente inadequada para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, uma meta ainda mais evasiva agora para os países em desenvolvimento severamente atingidos pela pandemia.

[1] A recuperação deve ser medida com mais variáveis do que apenas as taxas médias de crescimento do PIB mundial.

Esculpir um papel para os direitos humanos no direito internacional de investimento. Autor: Barnali Choudhury – Professor de Direito, University College London. SouthViews No. 228, 15 October 2021. <https://mailchi.mp/southcentre/southviews-carving-out-role-for-human-rights-in-international-investment-law-225331?e=17e0b60518>

Os encargos de saúde pública que foram impostos aos governos pela Covid-19 servem como um importante lembrete da importância para os Estados poderem regular a saúde pública, bem como outras questões de direitos humanos. Os comentaristas já descrevem a miríade de

reivindicações de arbitragem de investimentos que os Estados podem esperar enfrentar por seus atos na condução da crise Covid-19. Ao esculpir um papel para os direitos humanos no direito internacional de investimento, os Estados podem garantir que a proteção da dignidade humana, não dos interesses patrimoniais, continue a ser seu objetivo final. Para acessar o artigo diretamente, acesse esta página da Web: <https://www.southcentre.int/southviews-no-228-15-october-2021/>

Resposta da Organização dos Estados Americanos (OEA)

Luana Bermudez

O Conselho Permanente segue trabalhando nos preparativos para o Quinquagésimo Primeiro Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral, que será realizado entre os dias 10 e 12 de novembro de 2021. No dia 15 de setembro o Conselho aprovou uma resolução (CP/doc.5721/21) definindo que a Assembleia será realizada de forma virtual, e no dia 06 de outubro debateram (CP/doc.5723/21) sobre os organismos internacionais que serão convidados como observadores, o que inclui mecanismos de integração regional, agências especializadas das Nações Unidas, instituições financeiras, parlamentos, entre outros.

<http://www.oas.org/pt/council/CP/past/view/documents.asp?evento=127060>

<http://www.oas.org/pt/council/CP/past/view/documents.asp?evento=129165>

Além disso, no dia 30 de setembro o Conselho Permanente realizou uma sessão com altas autoridades para debater o impacto da pandemia na região. A reunião contou com a participação do Diretor Geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, a Diretora da OPAS, Dra. Carissa Etienne, o Diretor do Instituto Nacional de Alergia e Doenças Infecciosas dos Estados Unidos (NIAID), Dr. Anthony Fauci, além de altos representantes de Estados membros, como o presidente da Colômbia, Ivan Duque, o presidente da Guatemala, Alejandro Giammattei, a primeira ministra de Barbados, Mia Motley, a ministra de relações exteriores do Panamá, os ministros de saúde do Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Chile, autoridades dos demais países e representantes da OEA, BID, CAF e APEC.

O Dr. Tedros destacou a fragmentação da arquitetura internacional e reiterou a necessidade de cooperação global para superar a atual crise. Continuando na mesma linha, a Dra. Carissa chamou atenção para as diversas dimensões da crise, destacando a sanitária, economia e social, e lembrando que a região das Américas sofreu um impacto maior do que as outras regiões do mundo. Ela comentou que é necessário abordar as causas da inequidade e delineou três prioridades para alcançar o fim da crise: acelerar o acesso a vacinas, desenvolver capacidade de produção e investir no futuro. Por fim, Carissa lembrou o anúncio feito no último Conselho Diretivo da OPAS sobre a criação de “hubs” regionais de vacina de RNA mensageiro no Brasil e na Argentina, com esperança na superação da dependência que a região tem para a importação de produtos de saúde.

Já Fauci reiterou o compromisso feito pelo Presidente Biden de prover mais de 1 bilhão de doses de vacinas para apoiar a cobertura vacinal mundial, ressaltou a importância do trabalho conjunto e da cooperação internacional, e mencionou a necessidade de preparação para futuras emergências sanitárias.

As demais altas autoridades destacaram o problema da inequidade na distribuição de vacinas, a importância de agir para alcançar os objetivos da Agenda 2030, a necessidade de aumentar o financiamento para garantir sistemas de saúde resilientes, o desafio para o fortalecimento da cooperação regional, o interesse no aumento da capacidade produtiva da região e a importância de aprender com as lições desta pandemia.

O Embaixador Rui Pereira, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), ressaltou que devemos utilizar este momento como uma oportunidade para discutir a reforma da arquitetura internacional em saúde para garantir o acesso universal de vacinas, medicamento e

insumos médicos, aumentar a capacidade de produção e abordar a questão do subfinanciamento das organizações internacionais.

<https://www.facebook.com/OEAoficial/videos/1942006619307103/>

Cabe destacar também o XXV Congresso Interamericano de Ministros e Altas Autoridades de Turismo, realizado virtualmente no dia 6 de outubro. O evento teve como tema “A Reconstrução e Reativação do Turismo Pós-Covid-19” e contou com a participação do Presidente da República e a Ministra de Turismo do Paraguai na cerimônia de abertura, além de Luis Almagro. O Congresso teve como foco dois temas: estratégias para mitigar os efeitos negativos da Covid-19 no turismo da região e o turismo pós-Covid. O primeiro tema teve como objetivo analisar as políticas adotadas pelos Estados membros e propor medidas conjuntas para reativar o setor de forma segura e sustentável, com foco no intercâmbio de boas práticas e na cooperação regional.

Já o segundo tema tem como objetivo fomentar o debate sobre políticas destinadas à reconstrução e reativação do turismo de forma mais sustentável e inclusiva, evitando problemas existentes pré-pandemia, como a degradação do meio ambiente, o trabalho precário, falta de acesso às novas tecnologias, segurança turística, entre outros.

A reunião resultou em uma Declaração conjunta (Declaração de Paraguai) onde são definidas ações para a reativação do turismo, contando com uma cooperação dos setores saúde, migração e turismo e a criação de requisitos comuns para a entrada de turistas nos países da região.

<http://www.oas.org/es/sedi/ddes/itc/2021/>

<http://www.oas.org/es/sedi/ddes/itc/2021/documentos.asp>

Nos dias 22 a 24 de setembro foi realizada a XXI Conferência Interamericana de Ministro(a)s do Trabalho da OEA, com o tema “Construindo um mundo do trabalho mais resiliente, com desenvolvimento sustentável, trabalho decente, emprego produtivo e inclusão social”. A Conferência contou com a participação de 20 ministros e ministras dos trabalhos, além de representantes de 30 Estados membros e líderes de organismos internacionais. Aproveitando o evento, foi lançado um estudo de gênero denominado “A institucionalização do enfoque de gênero nos Ministérios do Trabalho das Américas: Balanço de uma década”, que teve como objetivo entender as possíveis variações na institucionalização e a transversalização das políticas de abordagem de gênero nos Ministérios do Trabalho da região desde 2009.

A reunião resultou na Declaração de Buenos Aires, na qual os Ministros decidem implementar um plano de ação, e comprometem a garantir os recursos necessários para o plano, instituem dois grupos de trabalho para garantir o cumprimento da declaração e renovam o compromisso com a Rede Interamericana de Administração Trabalhista (RIAT).

http://rialnet.org/?q=es/Institucionalizacion_Genero_Trabajo_10yrs

http://www.oas.org/es/sedi/dhdee/trabajo_empleo/paginas/cpo_anuncio_XXi_cimt.asp

América Latina e Caribe na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Sebastián Tobar, Miryam Minayo e Carlos Linger

Até o dia 18 de outubro de 2021, foram registrados 92,16 milhões de casos positivos e 2,26 milhões de óbitos nas Américas.

Na América do Norte, o número de casos e mortes está aumentando no Canadá. Nos Estados Unidos, o número de casos diminuiu na última semana, embora o número de mortes tenha aumentado. Durante o mesmo período, o México relatou um nível mais baixo de transmissão.

No Caribe, o número de casos está diminuindo nas ilhas maiores, como Porto Rico, Cuba e República Dominicana, enquanto na maioria das pequenas ilhas ocorre o contrário. À medida que o número de hospitalizações aumenta, os hospitais em Santa Lúcia enfrentam escassez de pessoal e oxigênio. E nas Bermudas, como em muitos outros países e territórios onde os hospitais estão lotados de pacientes com Covid-19, o esgotamento observado entre os profissionais de saúde é preocupante.

Tanto na América Central quanto na América do Sul há diminuição do número de casos positivos, exceto em Belize. No Brasil, Goiás, Rio de Janeiro, Paraná e suas unidades federais vizinhas no Brasil registraram as maiores taxas de mortalidade do país. Na América Central, todos os territórios da Costa Rica relatam taxas maiores que 50 por milhão, com Puntarena com uma taxa de mortalidade maior que 100 por milhão. Quetzaltenango na Guatemala, bem como os distritos de Belize, Orange Walk e Corozal apresentam a maior mortalidade na região, com 100 mortes por milhão de pessoas.

Até o momento, foram administradas na região 1.134,6 bilhões de doses de vacina contra a Covid-19 e 495 milhões de pessoas (tabela 1) já tem completaram o seu tratamento recebendo as doses necessárias para a sua imunização. Mas o preocupante é que a cobertura vacinal não é uniforme em todos os países das Américas.

Embora Canadá, Chile, Uruguai e Porto Rico tenham vacinado totalmente mais de 70% de sua população, há dez países e territórios em nossa Região que ainda não atingiram 20% de sua população. E no Haiti, menos de 1% da população está protegida.

O acesso às vacinas para a maioria dos países permanece limitado, razão pela qual os anúncios feitos na cúpula global da Covid-19 da semana passada foram encorajadores. Os líderes mundiais prometeram entregar 850 milhões de doses adicionais de vacinas, e o presidente Biden anunciou que os Estados Unidos doarão 500 milhões de vacinas para países de baixa e média baixa renda, elevando o número total de doações feitas pelos Estados Unidos somam mais de 1.100 milhões de doses.

Tabela N° 1: América Latina: Casos Confirmados e Falecimentos em 18 de outubro de 2021

País	Casos Confirmados	Óbitos	Pessoas Vacinadas		População em Milhares	
			Tratamento Completos	COVAX		
América do Norte	Canadá	1.676.846	28.468	27.619.197	---	38.067.913
	Estados Unidos	44.594.297	718.702	190.882.371	---	332.915.074
	México	3.755.063	284.321	49.588.993	5.630.340	130.262.074
Total América do Norte	50.026.206	1.031.491	268.090.561	5.630.340	501.245.061	

América do Sul	Argentina	5.272.151	115.663	24.308.860	4.296.400	45.605.823
	Bolívia	506.477	18.832	3.549.135	2.451.920	11.832.936
	Brasil	21.638.726	603.152	100.280.181	13.881.600	213.993.441
	Chile	1.670.750	37.609	14.343.547	818.400	19.212.362
	Colômbia	4.980.233	126.830	19.199.704	10.852.980	51.265.841
	Equador	513.026	32.899	10.019.919	1.413.510	17.888.474
	Paraguai	460.513	16.227	2.058.067	1.221.540	7.219.641
	Peru	2.189.165	199.816	13.585.924	2.554.890	33.359.416
	Uruguai	390.915	6.067	2.602.781	148.800	3.485.152
	Venezuela	391.413	4.707	6.190.629	3.288.000	28.704.947
Total América do Sul	38.013.369	1.161.802	186.119.043	40.928.040	432.568.033	
América Central	Belize	23.762	457	157.572	100.800	404.915
	Costa Rica	551.144	6.797	2.395.829	648.150	5.139.053
	El Salvador	110.188	3.477	3.588.788	3.606.050	6.518.500
	Guatemala	584.613	14.266	2.914.357	2.281.420	18.249.869
	Honduras	377.179	10.097	2.537.900	4.194.580	10.062.994
	Nicarágua	12.169	206	328.206	1.475.980	6.702.379
	Panamá	469.998	7.291	2.610.560	285.420	4.381.583
Total América Central	2.124.053	42.591	14.533.212	12.592.400	51.459.293	
Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico	Cuba	934.965	8.058	6.611.807	---	11.351.786
	Haiti	22.827	649	28.941	500.000	11.543.315
	República Dominicana	369.700	4.087	5.050.180	463.200	10.953.714
	Resto dos Países do Caribe ilhas e Territórios	677.235	12.571	4.629.758	1.259.730	11.584.655
Total Caribe e Ilhas do Oceano Atlântico	2.004.727	25.365	16.275.686	2.222.930	45.433.470	
TOTAL DA REGIÃO DAS AMERICAS		92.168.355	2.261.249	495.084.206	59.156.200	1.030.705.857

Fonte: <https://ais.paho.org/phil/viz/COVID19Table.asp> e https://ais.paho.org/imm/IM_DosisAdmin-Vacunacion.asp. Acesso: 18 de outubro de 2021

DIPLOMACIA REGIONAL DA SAÚDE

II Fórum Acadêmico de Alto Nível CELAC-China e VI Fórum de Think Tanks China-América Latina e Caribe^{28,29}.

No dia 11 de outubro, tiveram lugar as reuniões do Fórum Acadêmico de Alto Nível CELAC-China e do Fórum de Think Tanks China-América Latina e Caribe. O Fórum de Think Tanks China-América Latina e Caribe reúne especialistas e acadêmicos de ambos os lados. Durante os 6 anos de sua fundação, coletou amplas opiniões e aprofundou estudos sobre o desenvolvimento das relações sino-latino-americanas, obteve sugestões importantes, que fornecem informações favoráveis aos governos de ambas as regiões.

Nos últimos anos, sob esforços conjuntos, a relação entre a China e a América Latina e o Caribe está se desenvolvendo em alta velocidade, ambos os lados estabeleceram uma parceria estratégica abrangente de igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento conjunto.

²⁸ <http://www.sela.org/es/imprimir/?n=22614>

²⁹ <https://www.cepal.org/es/noticias/segundo-foro-academico-celac-china-busca-profundizar-cooperacion-ambas-partes-enfrentar>

A Secretaria Executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena, inaugurou o II Fórum Acadêmico de Alto Nível CELAC-China e o VI Fórum de Think Tanks China -América Latina e Caribe, encontro que visa trocar experiências e promover a cooperação mútua para enfrentar os novos desafios globais e construir um futuro melhor.

O encontro, teve o apoio do Ministério das Relações Exteriores do México (SRE) e do Ministério das Relações Exteriores da China, é co-organizado pela CEPAL com o Instituto da América Latina e o Escritório de Cooperação Internacional da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), Instituto de Relações Exteriores do Povo Chinês, Instituto de Estudos Internacionais da China, Fundação para Estudos Internacionais da China e União de Universidades da América Latina e do Caribe (UDUAL).

Na abertura, Alicia Bárcena destacou que a China é parceira natural da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) – atualmente, presidida pelo Governo do México – e, desde a constituição do Fórum da China-CELAC, em 2014, as suas relações tornaram-se cada vez mais estreitas.

O fórum ocorreu dentro do marco de um relacionamento entre ALC e China resulta extremamente positivo, na medida em que é o segundo maior parceiro comercial da região e o principal parceiro comercial da América do Sul. Em 2020, a China foi o único mercado significativo em que as exportações da América Latina e do Caribe registraram crescimento.

OPAS³⁰ e CEPAL³¹ lançam um segundo relatório conjunto: “O prolongamento da crise da saúde e seu impacto na saúde, na economia e no desenvolvimento social”

Este segundo relatório conjunto³² aborda o impacto da crise da saúde na saúde, economia e desenvolvimento social da América Latina e do Caribe, exortando os países da região a acelerar os processos de vacinação, transformar os sistemas de saúde, fortalecer o investimento público e consolidar os estados de bem-estar e , entre outras medidas, controlar a crise da saúde no curto prazo e caminhar para uma recuperação transformadora com equidade e sustentabilidade ambiental, em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O documento aponta que *“A pandemia destacou a necessidade de construir uma agenda de saúde pública com uma perspectiva integral e integrada na América Latina e no Caribe, que reconheça a interdependência existente entre as dimensões sanitária, social, econômica e ambiental”*.

Analisando a situação epidemiológica, indica que a pandemia já ceifou mais de 1,5 milhão de vidas na América Latina e no Caribe, dando origem a mais de 45,7 milhões de casos confirmados desde seu surgimento na região, em fevereiro de 2020. A região acumula cerca de um quinto dos casos confirmados de COVID-19 e cerca de 30% das mortes em todo o mundo, apesar de constituir apenas 8,4% da população mundial.

³⁰ <https://www.paho.org/es/noticias/14-10-2021-ops-cepal-istan-acelerar-procesos-vacunacion-transformar-sistemas-salud>

³¹ <https://www.cepal.org/es/comunicados/cepal-ops-istan-acelerar-procesos-vacunacion-transformar-sistemas-salud-construir>

³² <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47301-la-prolongacion-la-crisis-sanitaria-su-impacto-la-salud-la-economia-desarrollo>

Como consequência da crise da saúde (2020), a ALC experimentou a maior contração econômica dos últimos 120 anos, com o pior desempenho de todas as regiões em desenvolvimento. A região já apresentava crescimento praticamente nulo antes da crise, junto com uma contração de -6,8%, gerando aumentos do desemprego e do desemprego, com aumentos significativos da pobreza, extrema pobreza e desigualdade, o que ainda agravou mais os problemas estruturais da região. Para 2021 espera-se uma taxa média de crescimento de 5,9%, enquanto em 2022 é de 2,9%. No entanto, essa expansão não será suficiente para trazer toda a região de volta ao seu nível de PIB anterior à crise.

O relatório conjunto afirma que: *“Juntamente com as fragilidades estruturais dos sistemas de saúde para enfrentar a pandemia, o prolongamento da crise sanitária está intimamente relacionado com o progresso lento e desigual dos processos de vacinação na região e as dificuldades dos países para mantê-la medidas sociais e de saúde pública nos níveis apropriados”*. Em média, na América Latina e no Caribe, 39% da população tem um esquema de vacinação completo. Embora países como Chile e Uruguai excedam 70%, 25 dos 49 países e territórios da região não excedem 40% da população total com um esquema de vacinação completo.

Diante das assimetrias globais e da fragmentação institucional observada na América Latina e no Caribe em termos de acesso às vacinas contra a Covid-19, propõe-se o fortalecimento dos mecanismos de coordenação e integração regional, bem como a cooperação internacional, assinala tanto a Secretaria Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena como a Diretora da OPAS, Dra. Etienne.

Essa situação representa uma oportunidade para o desenvolvimento do complexo produtivo e da indústria da saúde na região como uma estratégia que articula uma política industrial, de ciência e tecnologia e de saúde na região. A esse respeito, a CEPAL fez menção ao Plano de Autossuficiência em Saúde para a América Latina e o Caribe³³ elaborado a pedido da CELAC e da OPAS de diversas estratégias como a criação de uma Plataforma de Tecnologias em Saúde³⁴, a criação de um HUB³⁵ para a produção de vacinas de RNA mensageiro e a recente resolução aprovada pelos ministros para fortalecer a capacidade de produção regional de medicamentos e vacinas³⁶.

O relatório enfatiza que a persistência da crise evidenciou a necessidade de transformar os sistemas de saúde da América Latina e do Caribe, que já antes da pandemia se caracterizavam pela fragilidade da capacidade de resposta dos serviços de saúde, seu sub-financiamento, com um nível bem abaixo do acordo regional de 6% do PIB, e a fragmentação e segmentação do sistema de saúde. Essas condições são as causas estruturais das iniquidades no acesso aos serviços de saúde e da persistência de elevados gastos diretos, alertam a CEPAL e a OPAS. Na verdade, ambas as organizações afirmam no relatório *“uma alta correlação entre a vulnerabilidade socioeconômica e o nível de gravidade e morte por Covid-19.”*

³³<https://www.cepal.org/es/publicaciones/47252-lineamientos-propuestas-un-plan-autosuficiencia-sanitaria-america-latina-caribe>

³⁴<https://www.paho.org/es/noticias/1-9-2021-ops-presenta-nueva-plataforma-colaboracion-para-producir-vacunas-contra-covid-19>

³⁵<https://www.paho.org/es/noticias/21-9-2021-ops-selecciona-centros-argentina-brasil-para-desarrollar-vacunas-arnm-contra>

³⁶ <https://www.paho.org/es/documentos/cd598-aumento-capacidad-produccion-medicamentos-tecnologias-sanitarias-esenciales>

Países da CELAC aprovam por unanimidade diretrizes e propostas para o Plano de Autossuficiência em saúde para a América Latina e o Caribe e pedem a CEPAL avançar em sua implementação³⁷

No dia 18 de setembro, os países membros da CELAC aprovaram por unanimidade as diretrizes e propostas de um plano de autossuficiência em saúde para a América Latina e o Caribe, roteiro programático apresentado pela CEPAL para fortalecer a produção e distribuição de medicamentos, especialmente vacinas, nos países da região e reduzir a dependência externa, e encarregou a Comissão Regional das Nações Unidas de continuar as ações para sua efetiva implementação.

O plano foi apresentado por Alicia Bárcena, durante a VI Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CELAC realizada no México, país que detém a presidência pro tempore do bloco regional, e da qual estiveram presentes presidentes, vice-presidentes, ministros e altos funcionários do governo das 33 nações que a compõe.

Em seu discurso inaugural, o Presidente do México, Andrés Manuel López Obrador, fez um apelo aos países para que “acabem com a letargia e proponham uma relação nova e vigorosa entre os povos da América”. Além disso, instou os Estados Unidos e o Canadá a fornecer vacinas aos países da região que não puderam proteger seus povos contra a Covid-19 por falta de recursos econômicos e solicitou que a CEPAL e outros organismos multilaterais elaborem um plano com o objetivo superior de promover a comunidade econômica da América Latina e do Caribe, aproveitando assim as riquezas naturais e culturais da região.

Por sua vez, o Ministro das Relações Exteriores do México, Marcelo Ebrard, destacou a aprovação das diretrizes e propostas de um plano de autossuficiência em saúde, que definiu como a adoção de um caminho comum para evitar novos atrasos na região em matéria de acesso a vacinas e medicamentos.

“Ainda hoje estamos muito atrás de outras regiões do mundo. Isso não deve acontecer novamente em nossa região e esse é o valor do documento que você aprovou. Os 31 países aqui representados estão hoje adotando um caminho comum para que a América Latina e o Caribe nunca fiquem para trás como em 2020 e 2021. A lição aprendida e o caminho percorrido”, afirmou.

Por sua vez, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, destacou que, quando existem desafios comuns, é necessário identificar áreas concretas de resposta coletiva e propostas de soluções multilaterais. *“Com a cúpula de hoje, os líderes da região demonstram seu compromisso com a renovação da CELAC como espaço de fortalecimento da cooperação regional. A Organização das Nações Unidas contribui para essa aspiração por meio do plano de autossuficiência em saúde, que tem como objetivo o desenvolvimento, a expansão e o fortalecimento da produção regional de vacinas e medicamentos”, afirmou o máximo representante da ONU.*

A proposta de um plano de autossuficiência em saúde apresentada por Alicia Bárcena busca diagnosticar a magnitude dos desafios enfrentados pelos países da região nas esferas da saúde, econômica, social e produtiva, e avançar nas linhas de ação para o fortalecimento

³⁷ <https://www.cepal.org/es/comunicados/paises-la-celac-aprueban-unanimidad-lineamientos-propuestas-plan-autosuficiencia>

produtivo e capacidades sanitárias distribuição de vacinas e medicamentos nos países da América Latina e do Caribe.

Para o desenvolvimento da iniciativa, a CEPAL realizou um acompanhamento exaustivo dos avanços e problemas para a igualdade de acesso à vacinação, constituiu um grupo de trabalho composto por mais de 20 especialistas de diferentes países da região, realizou um inventário e diagnóstico de capacidades regionais no campo da saúde, que destaca as capacidades institucionais para a formulação e implementação de políticas, formulou recomendações de estratégias e sete linhas de ação de curto, médio e longo prazo, e identificou atores e instituições estratégicas.

Além disso, em uma perspectiva de urgência frente à pandemia de COVID-19, à fragilidade do acesso internacional às vacinas e ao lento andamento dos processos de inoculação na maioria dos países, o plano agrega o objetivo de acelerar os processos de vacinação, para os quais é necessário melhorar o acesso internacional às vacinas e facilitar os processos internos de inoculação.

Nesse contexto, foram definidas e priorizadas sete linhas de ação: i) Fortalecer os mecanismos de compra conjunta internacional de vacinas e medicamentos essenciais; ii) Utilizar os mecanismos de compras públicas de medicamentos para o desenvolvimento dos mercados regionais; iii) Criar consórcios para desenvolvimento e produção de vacinas; iv) Implementar uma plataforma regional de ensaios clínicos; v) Aproveitar as flexibilidades regulatórias para acessar a propriedade intelectual; vi) Fortalecer os mecanismos de convergência e reconhecimento regulatório; e vii) Fortalecer os sistemas primários de saúde para o acesso universal às vacinas e sua distribuição equitativa.³⁸

Reunião das Autoridades Nacionais de Saúde da Região Andina

Em 24 de setembro, as autoridades sanitárias nacionais da região andina se reuniram para tratar da situação da COVID-19 e vacinação infantil.

Durante a reunião, as autoridades da Bolívia, Colômbia, Equador e Peru apresentaram a situação epidemiológica da pandemia, com ênfase na análise da presença das variantes do SARS-Cov-2: Alpha, Beta, Delta, Gama, Iota, Lambda, Mu, entre outros; as estratégias para aumentar a cobertura de vacinas contra COVID-19 e os mecanismos implantados para atingir os objetivos propostos. A Bolívia apresentou o relatório do estudo: Conhecimentos, Atitudes e Práticas (CAP), realizado entre agosto e setembro. No documento, em relação à questão *“O que influenciou para não ser vacinado?”*, os resultados foram obtidos da seguinte forma:

- ✓36,3% "Não tenho tempo"
- ✓25,3% "Não tenho muito conhecimento e informação sobre vacinas"
- ✓19,8% "Prefiro aguardar e confirmar a sua eficácia"
- ✓13,6% "Não confio em vacinas, acho que não funcionam"

Com base no estudo, foram tomadas decisões quanto à mudança do horário de expediente e melhorias nas estratégias de comunicação e informação.

³⁸ O documento na íntegra encontra-se disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/47252-lineamientos-propuestas-un-plan-autosuficiencia-sanitaria-america-latina-caribe>

A Secretaria Executiva do ORAS/CONHU apresentou um resumo da situação epidemiológica da pandemia, os avanços na vacinação contra COVID-19 em nível global e regional e as principais atividades realizadas pelo ORAS-CONHU. Ele ressaltou: "*Definitivamente, as vacinas contra Covid-19 devem ser um bem público global, e temos afirmado isso em todos os fóruns em que estivemos presentes.*"

Por fim, foi travado um diálogo em torno do questionamento: *O que fazer para aumentar a capacidade de produção de medicamentos essenciais e tecnologias em saúde?* Linhas estratégicas foram propostas para fortalecer:

- i. Coerência na ação intersetorial e governança em saúde, ciência e tecnologia e indústria
- ii. Capacidades de pesquisa, desenvolvimento, produção e logística.
- iii. Colaboração regional e sub-regional e alianças estratégicas.

Participaram da reunião pontos focais dos escritórios de relações internacionais de saúde (ORIS), da área de epidemiologia e imunizações da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru e técnicos e autoridades do Organismo Andino de Saúde- Convenio Hipólito Unanue.

MERCOSUL

Na semana do 4 ao 6 de outubro, foi realizada a reunião do **Subgrupo de Trabalho N°11-Saúde**. Este Subgrupo de Trabalho é o órgão técnico de caráter deliberativo, que centraliza o tratamento das questões relacionadas com a harmonização das legislações nacionais sobre regulamentação sanitária e a compatibilidade dos sistemas de controle sanitário entre os Estados Partes.

A tarefa geral deste Subgrupo de Trabalho é harmonizar os parâmetros de qualidade dos bens, serviços e fatores produtivos na área da saúde e os mecanismos de controle da saúde dos Estados Partes, a fim de eliminar os obstáculos técnicos ao comércio e conseguir o fortalecimento da integração regional.

A **Comissão de Vigilância em Saúde**, forma parte do **SGT-11** e tem trocado informações sobre a Covid-19 e outros eventos de saúde pública que tem sido priorizado para sua comunicação entre os Estados parte. A abertura das fronteiras também tem colocado em pauta a ideia de avançar em arranjos normativos comuns de trânsito trans fronteiriços e, sobre o assunto, o SGT-11 e o SGT 18 de Integração Fronteira se reuniram conjuntamente.

O outro fórum setorial do MERCOSUL é a Reunião de Ministros de Saúde, criado pela Decisão nº 3/95 do Conselho do Mercado Comum (CMC) e tem a função de "*propor ao CMC medidas relativas à coordenação de políticas na área da saúde para o Mercosul*". Atua basicamente na "*priorização conjunta de questões de política de saúde e futura harmonização de soluções ou ações compartilhadas para a promoção de políticas de saúde, em áreas que os ministros consideram prioritárias*".

A Presidência Pro Tempore de Brasil realizou um "**Seminário Técnico sobre Acesso a Vacinas Covid-19 no Mercosul: Estratégias Nacionais e Possibilidades de Expansão da Capacidade Produtiva Regional**" que vai se desenvolver no campus da FIOCRUZ, no dia 9 de novembro de 2021. O seminário tem como propósito promover o intercâmbio sobre as respectivas estratégias nacionais de acesso e possíveis projetos de cooperação entre os países do MERCOSUL com vistas a expansão de capacidades produtivas regionais de vacinas contra a Covid-19, de modo a permitir a ampliação do acesso aos imunizantes. No seminário, vão

participar pontos focais designados pelos Estados parte do MERCOSUL. A intenção é que Brasil apresente a sua experiência tanto de transferência tecnológica e produção, como os projetos de pesquisa e desenvolvendo de vacinas em curso.

Impacto da Covid-19 nas fronteiras do MERCOSUR³⁹

No âmbito do projeto “*Juventude e Fronteiras no MERCOSUL*”, o Instituto Social do MERCOSUL e o Fundo de População das Nações Unidas apresentam sua terceira publicação conjunta, “Impacto da Covid-19 nas fronteiras do MERCOSUL e prospecção de cenários em matéria de meios de subsistência para os jovens”, que visa analisar o impacto do Covid-19 na juventude fronteiriça do MERCOSUL que faz parte da iniciativa.

Este estudo buscou avaliar como a pandemia afetou o cotidiano, sonhos e perspectivas de jovens e adolescentes em 8 cidades de fronteira, em termos de subsistência, ou seja, em questões como trabalho, educação, participação social, atividades lúdicas, horizontes de vida.

Os resultados encontrados chamam a atenção para a necessidade de cuidado e atenção dos diferentes atores sociais para que os jovens possam mais uma vez reencontrar oportunidades adequadas para o seu desenvolvimento e recuperar do 'atraso' social, que nas regiões fronteiriças deveu-se sobretudo ao fechamento de fronteiras e restrições específicas de controle sanitário.

No final, são apresentados cenários para os jovens dessas cidades e recomendações para os principais atores que podem apoiar, como a sociedade civil organizada, autoridades públicas locais, nacionais e regionais, empresas e universidades.

O projeto “*Juventude e Fronteiras no MERCOSUL*” busca caracterizar adolescentes e jovens em áreas de fronteira e reunir evidências para a formulação de políticas que levem em conta as particularidades de seu ciclo de vida e os principais desafios. Inclui diagnósticos e pesquisas, além de oficinas com jovens e adolescentes.

Projeto compreende os pares de cidades Foz do Iguaçu (BR) - Ciudad del Este (PY); Rivera (UY) -Santana do Livramento (BR); Concordia (AR) -Salto (UY) e Encarnación (PY) -Posadas (AR). Nas regiões de fronteira analisadas, a proporção de jovens e adolescentes está entre 22% da população total, em Rivera (Uruguai), e 28% nas cidades paraguaias de Encarnación e Ciudad del Este.

Diálogo sobre Intersetorialidade na Integração Regional em Saúde no SICA

No marco do 14º aniversário da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e da República Dominicana (SE-COMISCA), foi desenvolvido o “***Diálogo Intersetorial na Integração Regional da Saúde***”⁴⁰ com o objetivo de evidenciar as decisões do COMISCA e o trabalho de sua Secretaria Executiva como apoio complementar à promoção da saúde e do bem-estar dos Estados membros do SICA.

O diálogo pretende visibilizar o trabalho intersetorial da SICA para a resposta a problemáticas sócio-sanitárias da América Central, República Dominicana, e impulsionar um

³⁹ <https://www.mercosur.int/presentacion-de-la-publicacion-impacto-de-covid-19-en-las-fronteras-del-mercosur/>

⁴⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-dialogo-sobre-intersectorialidad-en-la-integracion-regional-de-la-salud_1_128432.html

espaço para que as instancias que lideram cada eixo da integração compartilhem o trabalho articulando com o setor saúde.

Os atores que participaram deste diálogo são: Dra. Alejandra Acuña Navarro, Secretária Executiva do COMISCA; Licda. Anita Araceli Zetina, Secretária-Geral da Secretaria de Integração Social da América Central (SISCA); Licenciado Eduardo Espinoza, Diretor de Integração Econômica, Facilitação do Comércio e Transporte da Secretaria de Integração Econômica da América Central (SIECA); Lic. Carlos Staff Sánchez, Secretário Executivo do Secretariado do Conselho de Ministros da Educação e Ministros da Cultura do SICA (SE-CECC) e Licda. Claudia Griselda Herrera, Secretária Executiva do Centro de Coordenação de Prevenção de Desastres na América Central e República Dominicana (CEPREDENAC).

Terceiro Evento de Negociação Excepcional para preços e aquisição de materiais de laboratório para biologia molecular Covid-19 através da Negociação Conjunta COMISCA⁴¹

O COMISCA colocou à disposição dos fabricantes e distribuidores de materiais laboratoriais para biologia molecular o Adendo 01 ao termo de referência do referido evento, solicitando às empresas interessadas que considerem o conteúdo do mesmo para a apresentação de ofertas. Trata-se de suprimentos de laboratório para biologia molecular para Covid-19, como placas de reação óptica para RT-PCR em tempo real, o termo de referência está acessível em: https://www.sica.int/documentos/tercer-evento-de-negociacion-excepcional-de-precios-y-adquisicion-de-insumos-de-laboratorio-para-biologia-molecular-covid-19-a-traves-de-la-negociacion-conjunta-comisca-en-el-marco-del-proyecto-apoyo-de-salud-publica-al-plan-de-contingencia-c_1_128425.html

O COMISCA tem promovido com sucesso mecanismos de compra conjunta e, assim, acessado suprimentos estratégicos de saúde dos países centro-americanos.

Fortalecimento do Órgão do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA

No dia 8 de outubro de 2021, os governos de seis países amazônicos apoiaram o fortalecimento da OTCA como instrumento institucional de atuação na Região Amazônica durante a Terceira Cúpula do Pacto de Letícia pela Amazônia⁴².

Na reunião desenvolvida, sob a liderança do Presidente do Colômbia Iván Duque, aponto: "Todos os países reunidos hoje apoiam o fortalecimento da OTCA como ferramenta institucional de trabalho de campo, mas também apoiamos iniciativas do BID que permitem a mobilização de recursos".

A Secretária-Geral da OTCA, Alexandra Moreira, reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento sustentável da Amazônia e garantiu que a OTCA é a instituição intergovernamental da região que atua no nível e com o apoio dos 8 países amazônicos. "Consideramos que todas as ações para o fortalecer como mecanismo de cooperação e integração regional devem ser preservadas e cuidadas no mais alto nível, e apreciamos, a esse respeito, os esforços dos países para ratificar seu compromisso com a Amazônia por meio desta Organização. "

⁴¹ https://www.sica.int/noticias/adenda-01-2021-a-los-terminos-de-referencia-del-tercer-evento-negociacion-excepcional-de-precios-y-adquisicion-de-insumos-de-laboratorio-para-biologia-molecular-covid-19-a-traves-de-la-negociacion-conjunta-comisca_1_128426.html

⁴² <http://otca.org/pacto-de-leticia-los-gobiernos-de-paises-amazonicos-respaldaron-el-fortalecimiento-de-la-otca/>

O evento aconteceu na Reserva Natural Flor de Loto (Leticia) e contou com a participação virtual dos presidentes da Guiana, Irfaan Alí, e Suriman, Chan Santokhi e do Ministro do Meio Ambiente do Peru, Rubén Ramírez. Também entrevistaram a Assessora para Parcerias e Iniciativas Climáticas do Departamento de Estado dos EUA, Cristine Dragisic; o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Mauricio Claver-Carone, entre outros.

Assuntos nacionais

Haiti devolveu as vacinas recebidas por meio do COVAX.

Haiti, o país latino-americano mais pobre da região e com as taxas de vacinação mais baixas do ocidente devolverá doses de vacinas que tinham sido doadas a través de COVAX. As 500.000 doses de vacinas tinham sido enviadas a Haiti com vencimento em novembro doadas pelos Estados Unidos, a través do mecanismo COVAX.

A grave situação de Haiti, depois do assassinato do presidente Jovenel Moise e um terremoto de 5.2 grados em agosto, junto as condições de falta de combustível e problemas logístico tem impossibilitado a vacinação.

Argentina e Brasil concordaram que começarão a negociar uma redução da tarifa externa comum do MERCOSUL⁴³.

No dia 8 de outubro, os chanceleres dos dois países se reuniram bilateralmente, acordando a medida de redução da tarifa externa comum do MERCOSUL para apresentá-la na Cúpula de Presidentes de Brasília, em dezembro deste ano.

Concordaram também em avançar para a assinatura de acordos comerciais com terceiros países colocados pelo Uruguai em relação à China.

⁴³ https://www.clarin.com/politica/argentina-brasil-anuncian-principio-acuerdo-reducir-arancel-externo-comun-mercosur_0_wzKAuvzr.html

Região Africana na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Augusto Paulo Silva e Felix Rosenberg

União Africana/ CDC África

Foi assinado um Memorando de Entendimento com *European and Developing Countries Clinical Trials Partnership* (EDCTP) com a finalidade de estabelecer um quadro que sirva de base para a prossecução de objetivos comuns: doenças transmissíveis emergentes e reemergentes, vigilância epidemiológica e fortalecimento de capacidades para a preparação e resposta a emergências. O Memorando de Entendimento abrange também a implementação e a pesquisa em saúde pública, a abordagem *One Health* e a gestão de dados. AU e EDCTP vão cooperar na implementação de um programa de trabalho para a execução de atividades no âmbito destes temas.

<https://africacdc.org/news-item/african-union-and-edctp-sign-memorandum-of-understanding-to-promote-new-paradigm-in-health/>

O CDC África, a IFRC (*International Federation of Red Cross and Red Crescent Societies*) e USAU (United States Mission to the African Union) lançaram um apelo aos parceiros e governos para fazerem mais para acabar com a injustiça das vacinas. O apelo foi feito durante um evento de alto nível intitulado "*Salvar Vidas, Salvar Meios de Subsistência: alcançar uma cobertura vacinal de alto nível, equitativa, nos Estados-Membros da União Africana (UA)*", com o objetivo de dar seguimento à Cimeira Global sobre a Covid-19 convocada pelo Presidente dos EUA em 22 de setembro com parceiros africanos à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA). As três organizações advertiram que, para além da lenta campanha de vacinação, a ocorrência de várias crises, incluindo a da Covid-19, em muitos países africanos, está a resultar na contínua perda de vidas e de meios de subsistência. As três instituições também indicaram que ter apenas as doses de vacina não será suficiente.

<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-ifrc-and-usau-call-for-equitable-vaccine-coverage-in-africa/>

O CDC África e *Global Citizen Live*⁴⁴ para responder às necessidades de produção e equidade da vacina contra a Covid-19. O Diretor e o responsável pela *The Africa Vaccine Acquisition Task Team*, responderam às necessidades de equidade e produção da vacina da Covid-19. As senhoras Bonang Matheba, apresentadora de TV da África do Sul e Nomzamo Mbatha, atriz e ativista de direitos humanos sul-africana, vão receber o *Global Citizen Live* no Grande relvado do Central Park no dia 25 de setembro de 2021. Todos se juntaram a uma lista de anfitriões, doando o seu tempo e talento a este evento mundial único, 24 horas por dia. Este anúncio vem na continuação de parceria entre *Global Advocates* do CDC África e a organização que recentemente incluiu a campanha *Vax Live* e a transmissão global, que mobilizou 26 milhões de doses de vacina para aqueles que mais precisam dela.

⁴⁴ Global Citizen Live é um evento global de 24 horas que começou a 25 de setembro para unir o mundo a fim de defender o planeta e derrotar a pobreza. Com origem em 6 continentes, a transmissão contará com artistas, celebridades e líderes mundiais a juntarem-se para criar mudanças e impactar o clima e a pobreza.

O Príncipe Harry e Meghan, o Duque e Duquesa de Sussex, também se juntaram à Global Citizen Live no Grande relvado do Central Park, em Nova Iorque, enquanto continuam o seu trabalho com os líderes mundiais na busca da equidade global de vacinas.

Também compareceram como parte do evento de transmissão global a Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, o Diretor-Geral da OMS, o Diretor Executivo do Programa Alimentar Mundial e muitas outras altas figuras de organizações públicas e privadas. Atuaram grandes artistas africanos a partir de Joanesburgo, Nigéria (de Lagos e de Nova Iorque), Benin (a partir de Paris). *Global Citizen Live* foi programado durante a Assembleia Geral da ONU, antes das reuniões do G20 e COP26.

<https://africacdc.org/news-item/the-africa-cdc-joins-the-global-citizen-live-concert-to-push-for-vaccine-equity/>

OMS-AFRO

Como a iniciativa COVAX é forçada a cortar as entregas de vacinas planeadas para África em cerca de 150 milhões este ano, o continente enfrenta quase 500 milhões de doses a menos do objetivo global de vacinar 40% da população até final do ano. Este défice surge quando a África ultrapassa 8 milhões de casos de Covid-19.

Com esse corte espera-se agora receber da COVAX 470 milhões de doses para África este ano. E serão suficientes para vacinar apenas 17% da população, muito abaixo da meta de 40%. São necessárias mais 470 milhões de doses para atingir a meta do fim do ano, mesmo que todas as remessas planeadas através da COVAX sejam entregues.

Por motivos de proibições de exportação, as dificuldades relativas ao aumento de produção nos locais de fabrico e atrasos nos pedidos de aprovação pelos órgãos regulamentares restringiram novas entregas de vacinas, tendo a COVAX apelado aos países doadores que partilhassem os seus calendários de fornecimento para conferir maior transparência a entregas.

A COVAX também apelou aos países com vacinas suficientes para cederem o seu lugar na fila de entregas. Os fabricantes devem entregar à COVAX de acordo com compromissos assumidos e os países que estão bem avançados com a vacinação devem expandir e acelerar as doações, assegurando que as doses estão disponíveis em volumes maiores, mais previsíveis e com validades mais longas.

Mais de 95 milhões de doses estão previstas para chegar a África via COVAX durante todo o mês de setembro, sendo o maior carregamento que o continente já recebeu até agora. No entanto, mesmo com essas entregas, a África conseguiu vacinar completamente apenas 30 milhões de pessoas, ou seja, 3,6% da sua população.

Cerca de 2% das quase 6 bilhões de doses distribuídas globalmente foram administradas em África. A União Europeia e o Reino Unido vacinaram mais de 60% da sua população e os países de elevado rendimento administraram 48 vezes mais doses por pessoa do que as nações de baixo rendimento.

A OMS está a aumentar o apoio aos países africanos para identificar e colmatar as lacunas na implementação das campanhas de vacinação. A OMS ajudou 15 países na realização de revisões periódicas de resposta à emergência de saúde pública, a denominada *análise intra-ação* (IAR), em que analisam todos os aspectos relacionados com as suas campanhas de vacinação, oferecendo orientações para melhorias. As revisões mostraram que a segurança do

fornecimento de vacinas e a incerteza em torno das entregas têm sido um grande impedimento para muitos países africanos.

Com mais de 300 funcionários em toda a África a apoiar a resposta da COVID-19, a OMS está a destacar peritos e a produzir planos de apoio em áreas específicas em que os países necessitam de assistência personalizada, incluindo a garantia de pessoal, financiamento, reforço das cadeias de abastecimento e logística e o aumento da procura de vacinas.

<https://www.afro.who.int/news/africa-faces-470-million-covid-19-vaccine-shortfall-2021>

Quinze países africanos - quase um terço das 55 nações do continente - vacinaram 10% da sua população contra a Covid-19.

O objetivo global de vacinar totalmente 10% da população de cada país até 30 de Setembro foi estabelecido em maio pela Assembleia Mundial da Saúde. Quase 90% dos países ricos atingiram este objetivo. As Seicheles e as Maurícias vacinaram completamente mais de 60% da sua população, Marrocos 48% e Tunísia, Comores e Cabo Verde mais de 20%. A maioria dos países africanos que atingiram o objetivo têm populações relativamente pequenas e 40% são pequenos Estados insulares em desenvolvimento. Todos estes países têm beneficiado de fornecimentos suficientes de vacinas, e muitos poderiam aceder a doses de fontes separadas para além das fornecidas através da iniciativa COVAX. Metade dos 52 países africanos que receberam vacinas, vacinaram completamente apenas 2% ou menos das suas populações.

<https://www.afro.who.int/news/fifteen-african-countries-hit-10-covid-19-vaccination-goal>

Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)

Peritos das Comissões da CEDEAO e da UEMOA e dos Estados-Membros reuniram-se no Gana como parte de programação do novo instrumento de cooperação da União Europeia (UE).

O objetivo deste seminário, que se realizou de 7 a 9 de outubro, foi de atualizar e harmonizar uma lista de projetos/ iniciativas regionais da África Ocidental, prontos a serem financiados, respondendo a necessidades emergentes e aos critérios definidos no Instrumento de Vizinhança para a Cooperação de Desenvolvimento e Cooperação Internacional da União Europeia (*Neighborhood Instrument for Development Cooperation and EU International Cooperation - IVCDI / NDICI*).

O novo Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional (IVCDI / NDICI) substitui os instrumentos anteriores, incluindo o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e cobre o período 2021-2027.

A oficina visou principalmente assegurar uma melhor coerência e complementaridade das ações regionais e nacionais como parte do exercício de programação, identificação e formulação do NDICI, do qual a África Ocidental beneficiará de um envelope de mais de 11,6 bilhões de euros, ou 40% do envelope total atribuído à África Subsaariana.

O Programa Indicativo Plurianual para a África Subsaariana (PIP Regional) abrange a cooperação da UE com a África Subsaariana e reflete os princípios orientadores do NDICI - Europa Global de 'simplificação', 'subsidiariedade', 'geografia' e 'política em primeiro lugar'. Estão previstas ações a três níveis: país, multipaís / (sub) regional / transregional e continental. Na definição das prioridades de programação regional, a dimensão do país é o ponto de partida. Assim, as prioridades do PIP regional estão agora ancoradas nas prioridades estabelecidas nos

PIP nacionais, que por sua vez são complementadas por ações articuladas a nível regional ou continental.

Esta oficina vai facilitar e finalizar o processo de seleção de projetos/ iniciativas regionais prioritárias da CEDEAO-UEMOA a serem submetidos para financiamento no quadro de cooperação com a União Europeia.

<https://www.ecowas.int/experts-from-ecowas-and-uemoa-commissions-and-member-states-meet-at-accra-as-part-of-the-programming-of-the-new-european-union-eu-cooperation-instrument/>

O alerta da OXFAM: a recuperação de COVID-19 na África Ocidental sob o signo de austeridade, colocando a sub-região num caminho destrutivo pela frente

Austeridade, dívida em espiral e iniquidade vacinal levarão a crise de desigualdade a níveis nunca antes atingidos, revela novo índice.

Os governos da África Ocidental estão a planear "cortar e queimar" a sua saída da COVID-19 induzindo perdas económicas, revela uma nova análise da Oxfam e da *Development Finance International* (DFI). As organizações apelam a uma mudança urgente de rumo, uma vez que os governos da África Ocidental estão a preparar os seus orçamentos anuais e a participar nas reuniões anuais do Banco Mundial e do FMI, que são discussões cruciais para centrar a recuperação no combate à desigualdade e à pobreza.

O Compromisso de Redução do Índice de Desigualdade (CRII) mostra que 14 das 16 nações da África Ocidental pretendem cortar os seus orçamentos nacionais num total de 26,8 mil milhões de dólares durante os próximos cinco anos, num esforço para colmatar parcialmente os 48,7 mil milhões de dólares perdidos só em 2020 em toda a região devido à pandemia. Tal austeridade tem sido encorajada pelo FMI, através dos seus empréstimos COVID-19.

Este ataque maciço às finanças públicas poderia empurrar mais milhões de africanos ocidentais para a pobreza e a fome e desencadear potencialmente a pior crise de desigualdade das últimas décadas. As mulheres serão afetadas mais severamente devido à sua concentração muito elevada em empregos informais mal remunerados e trabalho não remunerado. Entretanto, o património líquido coletivo dos três homens mais ricos da África Ocidental aumentou em 6,4 mil milhões de dólares nos primeiros 17 meses da pandemia - o suficiente para tirar 18 milhões de pessoas da pobreza extrema.

Em vez de investir num novo futuro positivo para o povo da África Ocidental, os governos da sub-região estão, em vez disso, a regressar a uma cartilha dos anos 80 - apesar de ser uma cartilha extremamente desacreditada. O perigo é que estes governos estejam a estreitar vias para o agravamento da pobreza e das desigualdades.

Isto ocorre numa altura em que a região perdeu o equivalente a sete milhões de empregos, as taxas de infecção estão a aumentar, não há vacinas à vista para a grande maioria das pessoas e o Sahel enfrenta uma das suas piores crises de fome. E este não é o momento para os governos estarem a arrancar os bens públicos, apoio e serviços de que milhões de pessoas necessitam.

Recorde-se que entre 1 de março de 2020 e 15 de março de 2021, todos os Estados-Membros da CEDEAO receberam apoio de emergência do FMI para responder à pandemia através de vários tipos de empréstimos.

<https://www.oxfam.org/en/press-releases/covid-19-recovery-west-africa-austerity-steroids-and-sets-region-destructive-path>

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC)

A água - um fator crítico para o desenvolvimento sustentável e a integração regional da SADC

Há necessidade de avaliações conjuntas entre os Estados-Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) e entre eles para reunir recursos e fazer uso do Mecanismo de Desenvolvimento de Preparação de Projetos (PPDF - *Project Preparation Development Facility*) para o sector da água prontos para financiamento enquanto a capacidade está a ser desenvolvida. O PPDF é um programa financiado pela União Europeia que apoia os Estados-Membros na realização de estudos de viabilidade, projetos técnicos e de engenharia, estudos de avaliação do impacto ambiental e social, bem como a preparação de documentos de concurso e serviços de aconselhamento sobre transações para tornar os projetos viáveis para financiamento e implementação.

O apelo para fazer uso do PPDF saiu do 9ª oficina de Organizações de Bacias Hidrográficas da SADC/Instituições de Cursos de Água Partilhados (RBOs/SWI) realizada de 22-23 de setembro pela SADC em colaboração com a Comissão dos Cursos de Água do Zambeze (ZAMCOM), e com o apoio técnico da Global Water Partnership Southern Africa (GWPSA). O seminário foi realizado sob o lema "Promoção do Financiamento Transfronteiriço Inclusivo e Colaborativo da Água para o Desenvolvimento Industrial Sustentável" ("*Promoting Inclusive and Collaborative Transboundary Water Financing for Sustainable Industrial Development*").

O seminário destinava-se a promover o desenvolvimento industrial sustentável na SADC, concretizando plenamente os benefícios da cooperação em águas partilhadas. Proporcionou uma plataforma para os interessados em água e sectores afins partilharem informações e experiências sobre o financiamento da água transfronteiriça inclusiva e o desenvolvimento colaborativo, em consonância com o referido lema.

Os participantes concordaram que a água subterrânea é um fruto pouco penoso e que deve ser dada prioridade, uma vez que está menos poluída e não necessita de equipamento extensivo para tratamento e um fator crítico para apoiar a integração regional e a industrialização dessa Comunidade. Também concordaram que as prioridades nacionais e regionais na gestão transfronteiriça da água deveriam ser alinhadas para atrair investimentos financeiros e que há necessidade de desenvolver projetos financiáveis de acordo com as prioridades dos parceiros de financiamento.

Foi observado que as contribuições dos Estados-Membros são fundamentais para sustentar as funções das OAR/SWI e demonstram empenho e propriedade para atrair investimento, e que a inclusão de competências e conhecimentos especializados do sector privado nas operações do RBO/SWI é crucial. Os Estados-Membros foram encorajados a abraçar as oportunidades oferecidas pelas novas tecnologias, como a Internet das Coisas, grandes análises de dados e sistemas de alerta precoce. Os participantes também ouviram que existe uma necessidade de angariação conjunta de fundos para evitar duplicação e competição e que existe uma necessidade de colaboração não só a nível do RBO, mas também a nível institucional ou setorial nacional.

As intervenções a nível regional e de bacia são estratégicas e agregam valor às iniciativas em curso nos Estados-Membros. As Organizações Baseadas no Rio oferecem uma plataforma e um ambiente propício para os países se reunirem e incentivarem a colaboração e a cooperação.

Os Estados-Membros foram instados a considerar o alargamento do mandato das ORP, desde a recolha de conhecimentos consultivos até à execução de investimentos estratégicos. Tiveram também de considerar a atribuição de poderes executivos às RBOs para a tomada de decisões. Os participantes também concordaram que é necessário encorajar a avaliação conjunta entre países e implementar programas conjuntos que atraiam investimentos no sector da água.

A inclusão de mulheres, jovens e pessoas com deficiência no sector da água e intervenções climáticas é também fundamental para o desenvolvimento da Região.

O seminário destinava-se a apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido do estabelecimento, desenvolvimento institucional e reforço das ORP/IBS, bem como outros mecanismos transfronteiriços de desenvolvimento e gestão dos recursos hídricos na Região. As ORP e as ISC partilharam várias experiências e lições sobre o tema.

Esta oficina é um evento bienal que é organizado com o objetivo de envolver as RBOs como um veículo para fortalecer a integração e cooperação regionais. E este ano reuniu representantes de ORS, Estados-Membros, instituições regionais, financiadores internacionais tais como o Banco Africano de Desenvolvimento, instituições financeiras de desenvolvimento, financiadores privados, e outros sectores-chave da SADC (energia, segurança alimentar, comércio, entre outros). O apoio financeiro para o seminário foi obtido da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) Programa Águas Resilientes, e pelo Programa GIZ Gestão Transfronteiriça dos Recursos Hídricos da cooperação alemã na região da SADC (TWM).

ZAMCOM é uma importante organização de bacias hidrográficas em África. Foi criada em 2014 como uma organização intergovernamental que reúne oito Estados ribeirinhos que partilham a bacia do rio Zambeze, nomeadamente: Angola, Botswana, Malawi, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

A OKACOM é a Comissão Permanente da Água da Bacia Hidrográfica do Rio Okavango criada através do Acordo OKACOM assinado a 15 de setembro de 1994 entre os governos de Angola, Botswana e Namíbia. O Acordo OKACOM (1994) obriga os Estados-Membros a promover uma gestão regional coordenada e ambientalmente sustentável dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Cubango-Okavango, situada nos três Estados.

A CUVECOM é a instituição responsável pela gestão dos recursos hídricos da bacia do rio *Cuvelai*, um recurso transfronteiriço partilhado por Angola e Namíbia, enquanto a ORASECOM é a instituição responsável pela gestão dos recursos da bacia do rio *Orange-Senqu*, um recurso transfronteiriço partilhado pelo Botswana, Namíbia, Lesoto e África do Sul. A LIMCOM coordena questões internacionais de água partilhadas entre quatro estados ribeirinhos - Botswana, Moçambique, África do Sul e Zimbabué.

<https://www.sadc.int/news-events/news/water-critical-factor-sustainable-development-and-sadc-regional-integration/>

A União Europeia e a Alemanha concedem 1.200.000 euros para apoiar a capacidade de fabrico de produtos médicos e farmacêuticos relevantes para a Covid-19 na região

Num evento público realizado a 7 de Outubro em Gaborone, a União Europeia e a Alemanha (@Team Europe) entregaram uma subvenção de 100.000 euros (BWP 1,3 milhões) à empresa Cally Clothing & Corporate Gifts do Botswana. A Cerimónia foi presidida por Sandra Kramer, Diretora para África da Direção-Geral para a Parceria Internacional da Comissão Europeia e por Annelene Bremer, Chefe de Cooperação para o Desenvolvimento na Embaixada da República Federal da Alemanha no Botswana, que simbolicamente entregou um cheque a Callistus Phologolo, CEO da Cally Clothing Company na presença da Dra. Khutula Sibanda em representação do Secretariado da SADC e do Dr. Kgokgwe, Secretário Permanente Adjunto do Ministério da Saúde e Bem-Estar em representação do Governo do Botswana.

Cally Clothing & Corporate Gifts é uma das 12 empresas da região da SADC que receberam apoio do programa SIPS (Support towards Industrialization of the Productive Sectors - apoio à industrialização dos sectores produtivos), um programa cofinanciado pela União Europeia e pelo Governo da Alemanha e gerido pelo Secretariado da SADC.

A atividade principal da *Cally Clothing* centra-se no fabrico de vestuário de marca e outro material promocional. Com os 100.000 euros recebidos do programa SIPS, a empresa vai expandir a sua atividade principal para uma nova linha de produção de equipamento de proteção individual para trabalhadores de saúde sob a forma de esfoliantes e batas cirúrgicas unissex reutilizáveis em resposta à escassez de equipamento e material de proteção no mercado da África Austral desde o início da pandemia.

O SIPS assinou 12 acordos de subvenção em sete Estados-Membros da SADC num total de 1,2 milhões de euros, variando cada subvenção entre 100.000 e 200.000 euros para pequenas e médias empresas, uma empresa estatal e universidades. Com esta ação, a SADC está a fortalecer a sua base industrial, diminuindo assim a dependência da região de produtos importados e atenuando o impacto da Covid-19 e de futuras pandemias. Além do equipamento de proteção individual, incluindo máscaras faciais, escudos faciais e esfoliantes médicos, o programa visa aumentar o fabrico de higienizadores de mãos e desinfetantes hospitalares, equipamento hospitalar e ventiladores. O Programa financiará maquinaria necessária, matérias-primas, consultoria e custos de formação dos projetos de fabrico inovadores.

Sandra Kramer, Diretora para África da Direção-Geral de Parcerias Internacionais da Comissão Europeia recordou as *"vulnerabilidades que a Covid-19 acentuou nas cadeias de fornecimento globais de vacinas, medicamentos e produtos de saúde e o quanto a África depende das importações internacionais"*. Referiu-se ainda ao *"compromisso da Presidente da Comissão Europeia, Ursula Von Der Leyen, de bilhão de euros através da Equipa Europa, de intensificar o fabrico e acesso a vacinas, medicamentos e tecnologias de saúde em África"*.

"Este projeto conjunto da SADC, UE e Alemanha responde à crescente procura regional de equipamento de proteção individual e vestuário durante a pandemia e à necessidade das pequenas e médias empresas recuperarem da recessão económica" disse Annelene Bremer, Chefe de Cooperação para o Desenvolvimento da Embaixada da Alemanha. *"O governo alemão presta apoio porque acreditamos que o projeto é inovador, sustentável, e o mais importante, cria empregos"*.

"Através destas subvenções, o Secretariado da SADC com o apoio da UE e da Alemanha espera melhorar o acesso a produtos médicos e farmacêuticos relevantes para a COVID-19, o que irá aumentar a eficácia das medidas adoptadas pelos Estados Membros da SADC para travar a transmissão da COVID-19 e apoiar a recuperação socioeconómica na região" disse Daniel Bagwitz, Diretor de Cooperação da GIZ para o Botswana e SADC.

<https://www.sadc.int/news-events/news/european-union-and-germany-grant-eur-1200000-support-manufacturing-capacity-covid-19-relevant-medical-and-pharmaceutical-product/>

Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD)

Insegurança alimentar e nutricional

Estima-se que 31,4 milhões de pessoas em toda a região IGAD foram classificadas em níveis de crise ou piores (IPC Fase 3+) de insegurança alimentar aguda em 2020. Este número representa 20% dos 155 milhões de pessoas que enfrentaram a insegurança alimentar a nível mundial e necessitaram de uma ação urgente em 2020. As projeções de 2021 apontam para uma situação de sofrimento, onde entre 36,7 a 37,2 milhões de pessoas irão provavelmente enfrentar níveis elevados de insegurança alimentar aguda (IPC Fase 3 ou superior), em grande parte devido a conflitos, situação climática extrema e choques económicos persistentes (incluindo as repercussões socioeconómicas da Covid-19).

A situação de segurança alimentar prevalecente na região foi revelada durante o lançamento do relatório "*The 2021 Global Report on Food Crises (GRFC)*". Este relatório é o culminar de uma análise conjunta liderada pela Rede de Informação sobre Segurança Alimentar (*Food Security Information Network - FSIN*), no âmbito da Rede Global Contra as Crises Alimentares (*Global Network Against Food Crises*), que fornece um quadro regional abrangente da situação de segurança alimentar e nutricional.

O relatório indica que o número de pessoas em insegurança alimentar (IPC Fase 3+) na região IGAD aumentou constantemente de 26,8 milhões em 2017, para 27 milhões em 2018, 27,6 milhões em 2019 (excluindo Djibuti) e até 31,4 milhões em 2020.

O Secretário Executivo da IGAD, Workneh Geneyehu, fez esta síntese preocupante: com 20% do número global de pessoas altamente afetadas em 2020 nessa região, as intervenções humanitárias de curto prazo por si só não são suficientes. Há necessidade de iniciarmos uma mudança de paradigma para uma visão de mais longo prazo que inspire investimentos de desenvolvimento coerentes, coordenados e rentáveis, visando as causas profundas das crises alimentares na região. Com um planeamento adequado, a seca não precisa transformar-se em fome e podem-se evitar as chances de famílias dormirem com fome. Com a previsão de uma estação mais seca do que o habitual, de outubro a dezembro deste ano, foi lançado um apelo aos governos dos Estados-Membros, aos outros atores regionais, internacionais para trabalharem em conjunto no espírito do multilateralismo e da fraternidade global para construir sistemas alimentares eficientes, eficazes, inclusivos e resilientes, para mitigar os efeitos da seca, afastar a possibilidade de conflito, apoiando assim uma paz duradoura para o povo da região.

Por seu lado, o coordenador sub-regional da FAO para a África Oriental, David Phiri, observou que, dadas as tendências preocupantes do relatório deste ano, deve-se prosseguir com esforços concertados que ajudem a apoiar comunidades e indivíduos a melhorar a sua segurança alimentar e nutricional e a evitar que caiam na fome. Para tal, torna-se necessário apoiar os governos e as comunidades a construírem sistemas agroalimentares resilientes e sustentáveis. A melhoria do alcance dos serviços de extensão, das iniciativas da *peace building* e do acesso ao mercado, bem como a resposta humanitária atempada e de emergência a crises, devem permanecer no centro da resposta coletiva para construir e proteger a resiliência dos agricultores aos choques e crises.

O Diretor Regional do PAM para a África Oriental afirmou que essa sub-região é uma das mais inseguras do mundo em termos alimentares, estando aqui uma em cada cinco pessoas com fome a nível mundial. Os choques macroeconómicos, juntamente com a pandemia COVID-19, os conflitos em curso e a seca em partes do Quênia, Somália e Etiópia, aumentaram a fome aguda muito acima dos níveis anteriormente sentidos. Estes choques não têm apenas efeitos imediatos e a curto prazo, mas exacerbam a insegurança alimentar prevalecente e minam meios de subsistência e ganhos de desenvolvimento que levaram anos a construir. Há que continuar a apoiar as comunidades vulneráveis em toda a sub-região e trabalhar com todas as partes interessadas para combater as causas profundas do conflito e da fome.

Três países da sub-região estavam entre os 10 piores afetados pelas crises alimentares mundiais - o Sudão com 9,6 milhões de pessoas, a Etiópia com 8,6 milhões e o Sudão do Sul com 6,5 milhões. Estes três países representavam quase 79% da população dessa sub-região.

A qualquer momento em 2020, nos 8 países, cerca de 3,5 milhões de crianças menores de 5 anos sofriam de malnutrição, com 0,9 milhões a necessitarem de tratamento para salvar vidas em caso de desnutrição grave. A Etiópia, Sudão e Sudão do Sul tinham o maior número de crianças malnutridas. As crianças com desnutrição são demasiado magras e o seu sistema imunitário é fraco, deixando-as vulneráveis a atrasos de desenvolvimento, doenças e morte. Outras 14,1 milhões em 6 países sofriam de raquitismo, com os números mais elevados na Etiópia, Sudão e Uganda.

A sub-região tinha mais de 4,2 milhões de refugiados e requerentes de asilo em 2020, um aumento de 4% em comparação com os 4,04 milhões registados em 2019, e acolheu cerca de 9,5 milhões de deslocados internos (PDI - *Internally Displaced People*) na Etiópia, Somália, Sudão e Sudão do Sul, representando 20% dos 46 milhões de PDI do mundo em 2020. Cerca de metade dos refugiados eram do Sudão do Sul e outros da Somália, República Democrática do Congo, Sudão, Eritreia e Etiópia.

A informação contida neste relatório fornece às agências, governos e outros intervenientes-chave dados e análises coletivas fiáveis para informar estratégias coordenadas e eficazes para combater as causas profundas das crises alimentares na sub-região.

As ações necessárias

Fornecer imediatamente e de forma adequada alimentos, meios de subsistência e apoio nutricional para as populações estimadas para o enfrentamento de níveis elevados de insegurança alimentar aguda e desnutrição. Iniciativas como o fornecimento de alimentos, dinheiro e assistência aos meios de subsistência, o reforço dos sistemas de proteção social, a melhoria da disponibilidade e do acesso a serviços de nutrição curativos e preventivos de qualidade devem todos ser ampliados.

Continuar a monitorizar a situação da segurança alimentar e nutricional, incluindo a recolha de dados para informar as decisões.

Fortalecer e apoiar iniciativas de consolidação da paz, tais como programas de coesão social, que visem abordar as causas profundas dos conflitos e da insegurança na sub-região.

<https://data2.unhcr.org/en/documents/download/88730>

A Reposta da Europa à Covid-19

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A 71ª sessão do Comitê Regional da OMS para a Europa, aconteceu virtualmente entre 13 e 15 setembro e contou com a presença de mais de 30 ministros da saúde dos 53 países que compõem a Região Europeia da OMS. Os temas que marcaram a sessão foram a saúde mental, a imunização e a atenção primária. Foram adotados acordos e resoluções, como o Quadro Europeu de Ação para Saúde Mental da OMS 2021–2025, que pede, entre outras coisas, o financiamento adequado para serviços de saúde mental, facilmente acessíveis. Em outra resolução adotada, os Estados Membros se comprometem a fornecer serviços essenciais e abrangentes de atenção primária à saúde gratuitamente, acelerar a adoção de soluções digitais e responder às necessidades de atenção à saúde locais e comunidades regionais⁴⁵.

Estas resoluções estão em alinhamento com o Programa de trabalho da Organização, que além da saúde mental, imunização e saúde digital, também tem o tema do comportamento como central na agenda. A Agenda Europeia de Imunização 2030 (EIA2030), tida como uma das iniciativas emblemáticas da OMS Europa, tem dentre seus objetivos a construção de solidariedade da vacina entre as nações e o compromisso entre as pessoas, dois desafios que recém se impuseram ao continente após os episódios de nacionalismo de vacina e com o problema da abstenção vacinal.

A ideia contudo, não é evitar novas crises, mas não mais ser pegos de surpresa: “É meu maior desejo que a Região Europeia possa recuperar rápida e coletivamente o controle da pandemia, e nunca mais perdê-lo. E que esta crise é a última que nos pega de surpresa”, disse o Dr. Hans Henri P. Kluge, Diretor Regional da OMS para a Europa. Para tal, defende uma forte liderança política e coordenação, o fortalecimento dos cuidados primários e de saúde mental, e mais colaboração inter-regional⁴⁶.

No discurso de abertura, o Diretor Regional Hans Kluge defendeu a terceira dose para proteger os mais vulneráveis e mais informações sobre o impacto dessas doses adicionais. Kluge novamente se absteve de comentar as negociações sobre flexibilização de direitos patentários na OMC, mas comentou que em junho, foi convidado para uma mesa redonda com CEOs de biofarmacêuticas, seguida de visita do Diretor-Geral da Federação Internacional de Fabricantes e Associações Farmacêuticas. Para ele, a inovação do ano foi a Comissão Pan-Europeia de Saúde e Desenvolvimento Sustentável, criada para repensar as prioridades políticas à luz das pandemias. Kluge comentou sobre a parceria interna entre as regiões da OMS, que pensa ser crucial para a reforma global da OMS: “temos um grande grupo de 6 diretores regionais. Cada região é um pólo de influência global e multilateralismo global, pois os escritórios regionais são política, cultural e linguisticamente próximos dos países. Se houver um alerta a ser enviado, inclusive para uma pandemia, estaremos atentos. Cada diretor regional está praticando o

⁴⁵ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/53-member-states-of-the-who-european-region-agree-to-safeguard-the-health-and-well-being-of-their-populations,-now-and-in-the-future>

⁴⁶ <https://www.euro.who.int/en/media-centre/sections/press-releases/2021/53-member-states-of-the-who-european-region-agree-to-safeguard-the-health-and-well-being-of-their-populations,-now-and-in-the-future>

multilateralismo diariamente. (...) muitos ministros me disseram pessoalmente que uma coisa que aprenderam com a pandemia foi a importância do papel da OMS Europa”⁴⁷.

A Comissão Pan-Européia de Saúde e Desenvolvimento Sustentável fez uma série de [recomendações](#) sobre como se preparar para futuras pandemias, em alinhamento com o discurso da UE. Cobrindo temas como a saúde planetária, a biodiversidade, a reforma da governança e do financiamento da saúde, e o investimento em inovação e parcerias público-privadas, a Comissão traçou plano para Estados-Membros. “O mundo entrou na crise COVID-19 sem previsão, sem vontade e incapaz de chegar a um consenso sobre os desafios urgentes atuais. Os países ficaram parados olhando à sua porta, procurando resolver problemas transnacionais com soluções nacionais desatualizadas. Por essa razão, sugerimos, entre outras coisas, melhorar a governança global da saúde por meio da criação de um **Conselho de Saúde e Finanças Globais no âmbito do G20, um Tratado Pandêmico** para tomada de decisão conjunta e **uma política global de vacina contra pandemia**”. Disse o professor Mario Monti, ex-primeiro-ministro italiano e presidente da Comissão. Os Estados-Membros concordaram em criar novos grupos de trabalho com a missão de aplicar as recomendações em seus países. Tais recomendações já foram apresentadas a 20 Chefes de Estado, à Presidente da Comissão Europeia, ao Presidente da União Europeia, à Presidência do G20, ao Fórum Econômico Internacional de São Petersburgo e ao Conselho de Segurança Nacional na Casa Branca em Washington, D.C.

No âmbito regional, o documento da Comissão recomenda o estabelecimento de uma rede pan-europeia para o controle de doenças, convocada pelo Escritório Regional da OMS Europa, que forneça respostas rápidas e eficazes, através do fortalecimento de sistemas de alerta, incluindo capacidade epidemiológica e laboratorial e apoio ao desenvolvimento de uma rede de dados de saúde interoperável com base em padrões comuns desenvolvidos pela OMS. Também convocado pela OMS Europa, o documento sugere a constituição de um conselho pan-europeu de ameaças à saúde para reforçar e manter o compromisso político, garantir complementaridade e promoção da cooperação entre legislaturas e agências executivas na região. Outras recomendações são plataformas de compartilhamento e interoperabilidade de dados e a garantia do financiamento necessário ao cumprimento do mandato da OMS Europa⁴⁸.

Enquanto isso, relatório do Médico Sem Fronteiras (MSF) aborda o acúmulo de mais 870 milhões de doses em excesso de vacinas em apenas 10 países de alta renda, privando profissionais de saúde e populações vulneráveis em países de baixa e média renda (Quadro 1). O relatório mapeia as doses que estarão disponíveis até o final de 2021 nos Estados Unidos, Canadá, Grã-Bretanha, Austrália e sete outros países europeus - mesmo depois que todas as pessoas com 16 anos ou mais foram totalmente vacinadas e as terceiras doses de reforço administradas àqueles em risco. O relatório alerta para a possibilidade de perda destas vacinas, caso não sejam redistribuídas. Conclui associando as falhas da Covax à abordagem mercadológica, que permitiu que as empresas farmacêuticas decidissem quem seriam os primeiros contemplados. De acordo com a MSF, as falhas da COVAX estão relacionadas à sua “abordagem usual”, que permitiu que as empresas farmacêuticas decidissem quais países seriam abastecidos primeiro. A inclusão de governos de países de baixa renda, órgãos regionais

⁴⁷ <https://www.euro.who.int/en/about-us/governance/regional-committee-for-europe/71st-session/speeches,-statements-and-presentations/statement-by-dr-hans-henri-p.-kluge,-who-regional-director-for-europe,-to-the-71st-session-of-the-who-regional-committee-for-europe>

⁴⁸ https://www.euro.who.int/__data/assets/pdf_file/0015/511701/Pan-European-Commission-health-sustainable-development-eng.pdf

e organizações da sociedade civil no projeto da Covax teria levado a um órgão mais reflexivo das necessidades dos mais pobres. Como resultado, o modelo não deve ser replicado para futuras pandemias. Em vez disso, os mecanismos regionais de aquisição podem ajudar as regiões a controlar sua própria manufatura e fornecimento de vacinas⁴⁹.

Quadro 1: Quantidade de doses em excesso acumuladas por 10 países

Table 1. Excess doses of WHO-listed vaccines by the end of 2021 after vaccinating people ages 16 and up, including third doses for high-risk groups^c	
Country	Excess doses
United States	490,233,000
United Kingdom	96,952,000
Germany	80,950,000
France	75,406,000
Canada	62,317,000
Australia	22,387,000
Netherlands	18,559,000
Sweden	11,265,000
Denmark	6,368,000
Norway	6,158,000
Total	870,595,000

Fonte: Médicos Sem Fronteiras

A Hungria receberá tecnologia para iniciar a produção local da vacina russa Sputnik V. A Hungria foi o primeiro país europeu a comprar a vacina fabricada na Rússia, que ainda aguarda a aprovação da Agência Europeia de Medicamentos, embora a República Tcheca e a Eslováquia posteriormente também tenham fechado acordos para a compra da vacina⁵⁰.

⁴⁹ <https://healthpolicy-watch.org/msf-870-million-vaccine-doses-being-hoarded-by-10-rich-countries-tragedy-in-the-making-for-those-deprived-of-jabs/>

⁵⁰ <https://www.politico.eu/article/hungary-to-produce-sputnik-v-after-tie-up-with-russia/>

Das discussões para a ação: o tempo é agora para verdejar um caminho sustentável e inclusivo

Lúcia Marques

Os eventos climáticos atingem os países igualmente; mas a capacidade de respostas aos desastres e de atenção às vítimas evidenciam a desigualdade entre eles e dentro deles. As comunidades mais vulneráveis são as mais impactadas. O fortalecimento dos sistemas de saúde e resposta é essencial para mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde física e mental. Apesar da ação local ser fundamental, com propostas resilientes, a solução passa pela ação global, solidária e urgente, adoção de planos de ação com metas ambiciosas, transparentes e monitoráveis para a descarbonização da economia global e de financiamento para novas tecnologias verdes.

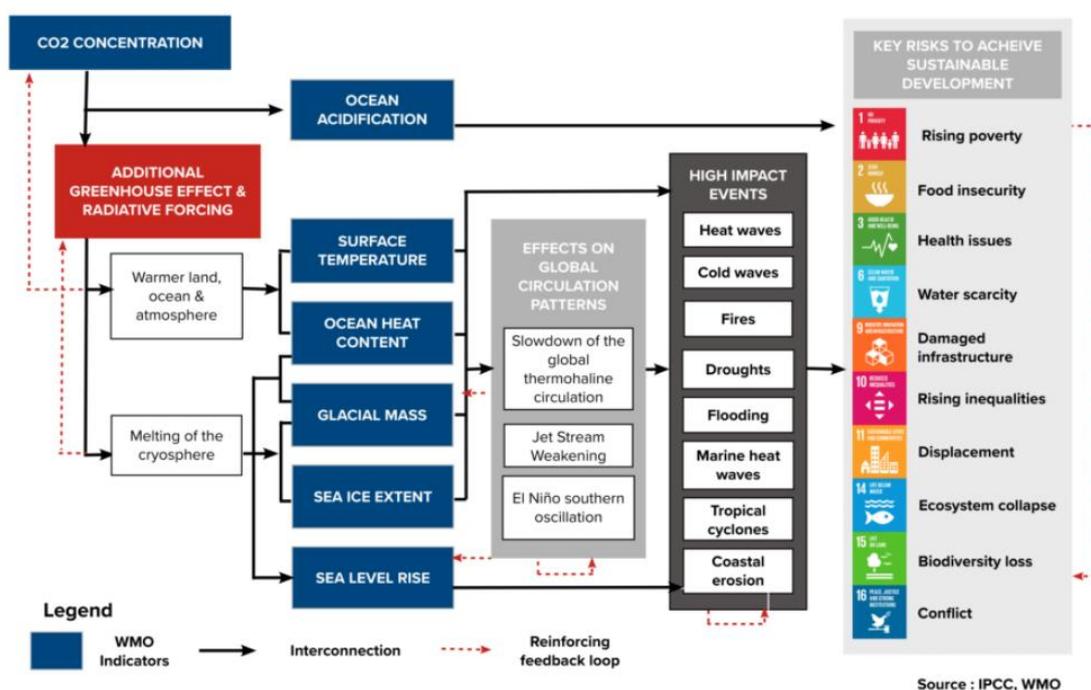
Na **Ásia Pacífico**, a convergência da COVID-19 com desastres naturais, agravados pela crise climática, representam um triplo fator de risco para os sistemas de saúde e para a recuperação econômica. Cada vez mais graves, os ciclones e tempestades tropicais e extratropicais provocam inundações e deslizamentos, que por sua vez, destroem os sistemas sanitários, disseminam doenças, aumentam a pobreza e a fome. Um efeito cascata que sobrecarrega governos que, há quase dois anos, enfrentam a pandemia e a crise social e econômica decorrente. O **Oriente Médio** não é propenso a desastres naturais, mas lida com outros desastres: os conflitos e suas consequências que, da mesma forma, desaceleram a economia e sobrecarregam os governos. A região também sofre com o agravamento da crise climática. Calor extremo e seca, crise hídrica, crise energética, incêndios, tempestades de areia e escassez de alimentos se somam à Covid-19, colapsando os serviços já deficitários ou inexistentes. Em ambas as regiões, seja pelos conflitos, seja pelos impactos climáticos, populações são obrigadas a se deslocar, agravando a precariedade da condição de vida e sobrecarregando os sistemas dos países anfitriões, que também enfrentam suas próprias crises.

Covid-19, conflitos, desastres naturais e eventos climáticos extremos são um somatório crítico que é, ao mesmo tempo, um desafio e uma oportunidade para mitigação, adaptação e investimento em um futuro mais verde e resiliente. Ambas as regiões enxergam essa oportunidade, mas os países da Ásia Pacífico estão alguns passos à frente das nações do Médio Oriente- que não conseguem reduzir os conflitos. Os países asiáticos estão no centro da ação política, de finanças, de conhecimento e de tecnologia verde para soluções sustentáveis.

Das discussões para ação – o que falta?

Estamos às vésperas da [COP 26](#) (Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) que visa atualizar e avançar as metas do [Acordo de Paris](#), que acontecerá em Glasgow, Grã-Bretanha, entre 31 de outubro a 12 de novembro. Nos últimos meses, várias reuniões têm acontecido e vários relatórios importantes foram produzidos com alertas sobre o aumento da temperatura da terra acima de 1,5° C e sobre a gravidade da não ação imediata – o caminho atual nos leva para 2,7 graus de aquecimento. O Sexto [Relatório](#) de Avaliação (AR6) do IPCC (Painel Intergovernamental de sobre Mudanças Climáticas, da ONU) reúne as evidências da ciência climática e mostra que o planeta está aquecendo mais rápido e sem precedentes nos últimos 6.500 anos. E está claro que as ações do homem são a principal causa da aceleração. O efeito cascata do uso de combustíveis fósseis vai além do aquecimento da terra, dos desastres climáticos e do aumento do nível do mar. O aumento das concentrações de CO2 na atmosfera acidificam os oceanos, impactando na perda da biodiversidade marinha e de manguezais.

O [Relatório](#) do WMO (Organização Meteorológica Mundial) sobre o Estado do Clima Global apresenta um levantamento sobre riscos e impactos das mudanças climáticas, que impactam a saúde, os meios de subsistência, as economias, infraestrutura e representam riscos para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por exemplo, o aumento das temperaturas está levando à perda de espécies e ecossistemas, o que pode reduzir a produção agrícola e pesqueira, contribuindo para a insegurança alimentar e afetando os meios de subsistência (ODS 1, 2, 14 e 15). Eventos climáticos extremos podem aumentar os riscos à saúde, danificar a infraestrutura e levar à escassez de água (ODS 1, 3, 6, 9 e 11). Essas ameaças, juntamente com outras, podem agravar conflitos e causar instabilidade (ODS 16). A distribuição desigual desses riscos entre populações e regiões pode reforçar ou piorar as desigualdades existentes (ODS 10).



Efeito cascata sobre ODS. Fonte: [O Estado do Clima Global 2020 | Organização Meteorológica Mundial \(wmo.int\)](#)

O tema das mudanças climáticas esteve presente na Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGA), em setembro. O Secretário Geral, Antonio Guterres, apresentou a [Agenda Comum](#)⁵¹ e falou dos desafios que exigem solidariedade, multilateralismo, defender a ciência e o direito à vida, atentar para as habilidades e olhar para os invisíveis – migrantes, refugiados e apátridas - e fazer mais pela redução do carbono para que haja um planeta para as próximas gerações. Uma grande conquista veio do Conselho de Direitos Humanos da ONU que reconheceu o acesso a um "[ambiente seguro, limpo, saudável e sustentável](#)" como um direito universal. A [Resolução](#) apoiará os esforços para enfrentar as crises ambientais de forma mais coordenada, eficaz e não discriminatória.

O Banco Mundial divulgou seu relatório *Groundswell* Parte II: Atuando na Migração Climática Interna (2021) no qual projeta que, até 2050, sem ação climática precoce, até 216 milhões de pessoas poderiam se deslocar dentro de seus próprios países ou para países vizinhos devido aos impactos das mudanças climáticas. Pontos críticos de migração climática interna

⁵¹ Leia mais sobre a Agenda Comum no capítulo do Santiago Alcazar deste informe

podem surgir já em 2030 e continuar a se espalhar e se intensificar até 2050. Em alguns países, os impactos climáticos e a degradação ambiental se sobrepõem aos impactos dos conflitos, agravando ainda mais a insegurança alimentar e econômica e sobrecarregando as capacidades dos Estados. Os relatórios cobrem as regiões do [Oriente Médio e Norte da África](#); [Leste Europeu e Ásia Central](#); e [Ásia Sudeste e Pacífico](#)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou um amplo [relatório sobre Saúde e Clima](#) no qual mais de 150 organizações e 400 especialistas e profissionais de saúde propõem um conjunto de 10 recomendações, acompanhadas de recursos e [estudos de casos](#) para ajudar a inspirar e orientar governos, formuladores de políticas e profissionais que participarão da COP26. Segundo a OMS, alcançar as metas do Acordo de Paris salvaria milhões de vidas todos os anos devido a melhorias na qualidade do ar, dieta e atividade física, entre outros benefícios. O relatório fornece pouco em termos de dados novos sobre um assunto muito discutido. Mas apresenta estudos de caso de iniciativas, políticas e lições aprendidas. Um deles relata que *a exposição ao calor já está matando pessoas em países como o Kuwait, Oriente Médio. Os trabalhadores migrantes são um grupo especialmente vulnerável na região; são mais propensos a assumir empregos precários, com condições de trabalho e de vida inseguras e muitas vezes estão fora da proteção por políticas públicas.*

A [Declaração de Kunming](#) foi assinada pelos 100 países que participaram da Conferência de Biodiversidade da ONU ([COP15](#)) que aconteceu na China. Nela, os Estados reconhecem a importância da conservação da biodiversidade na proteção da saúde humana e do planeta e se comprometem a desenvolver, adotar e implementar ações para recuperação. A segunda etapa da COP15 acontecerá em 2022 e vai avançar no texto para o “Quadro de Biodiversidade Global Pós-2020”, com alvos para ação urgente: proteção de pelo menos 30 por cento das áreas terrestres e marítimas, eliminando os resíduos de plástico nos oceanos e adoção de práticas sustentáveis para a agricultura, aquicultura e silvicultura; redução de subsídios para indústrias que prejudicam o meio ambiente. E inclui a criação do Fundo de Biodiversidade de Kunming para apoiar nações em desenvolvimento. A China prometeu 232 milhões de dólares para o novo fundo.

O [transporte sustentável](#) também foi tema de conferência da ONU, em Pequim, China, uma vez que transporte está entre os motores da recuperação global da pandemia e é peça fundamental no caminho para energia sustentável e verde. Descarbonizar o transporte contribuirá para redução das emissões do carbono. Xi Jinping anunciou a criação do Centro Internacional de Inovação e Conhecimento em Transporte Sustentável para pesquisar transporte global sustentável com baixo impacto sobre o meio ambiente. A China abriga quase metade dos veículos elétricos do mundo e tem a maior rede ferroviária de alta velocidade do mundo, com cerca de 37.900 km. E também é um importante hub da cadeia produtiva e de suprimentos. A [Declaração de Pequim](#) destaca a importância de abordagens integradas, interdisciplinares e intersetoriais, apoiadas pela cooperação – conectividade, segurança, acessibilidade, sistemas inteligentes de conexão e tecnologias verdes. O [relatório UNDESA](#) – Departamento de Assuntos Econômicos Sociais da ONU - preparado para a conferência, apresentou os dois lados – negativo e positivo – dos sistemas de transportes: é o segundo maior⁵² emissor de CO₂ e tem vital importância não só para a economia (lições aprendidas com a pandemia) mas para a redução da pobreza, facilitando acesso à educação e à saúde, rede de agricultura de subsistência.

⁵² O primeiro é a produção de energia em usinas de carvão.

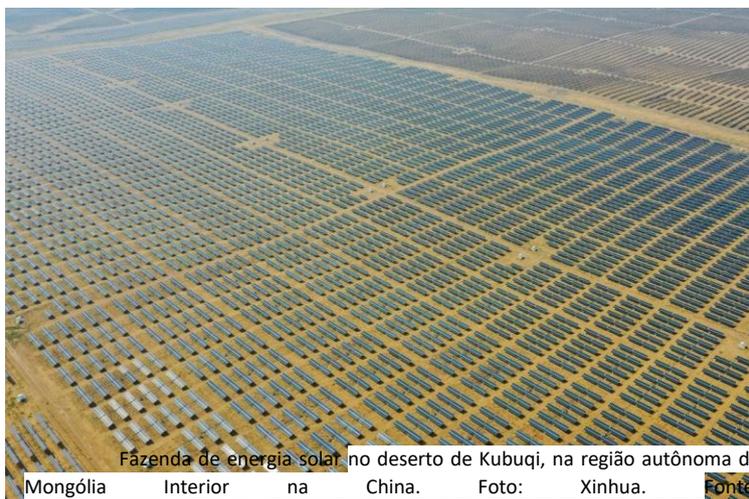
Além dos transportes, as infraestruturas em energia, água, resíduos sólidos, comunicações digitais e construção, como portos e aeroportos, contribuem para o aquecimento – somam 79% de todas as emissões de gases de efeito estufa. O relatório [Infraestrutura para Ação Climática](#), produzido pelo PNUMA, UNOPS⁵³ e Universidade de Oxford, mostra que mudanças radicais são necessárias para apoiar um futuro de baixa emissão e resiliente. A recuperação pós-covid é uma oportunidade para investimentos em infraestruturas verdes, principalmente nos países em desenvolvimento como as nações da Ásia Pacífico, Ásia Central, Oriente Médio e África. O documento traz exemplos bem-sucedidos de mitigação e resiliência: No Sri Lanka (Ásia) um projeto para controle mais eficaz de enchentes que, ao mesmo tempo, cuida da preservação de lagoas naturais para receber e armazenar essas águas. No Yémen (Oriente Médio), um projeto de gestão de sólidos evita a queima do lixo e aproveita o gás metano produzido como biogás para geração de energia.

Outros relatórios:

- **BANCO MUNDIAL:** [Mudanças Climáticas em Bangladesh: Impacto sobre doenças infecciosas e saúde mental](#)
- **PNUD:** [Transformando sistemas alimentares – do zero](#)
- **IFAD:** [IFAD e Nepal montam programa de investimento pós-covid para construir resiliência das comunidades rurais](#)
- **PNUMA:** [Carros envelhecidos estão atrapalhando a batalha contra as mudanças climáticas](#)
- **Podcast DO PNUMA:** [Resiliência: O Podcast de Adaptação Global](#)
- **UNOPS:** [Alimentando uma melhor educação no Paquistão](#)

A importância da China no combate às mudanças climáticas – vilão e salvador⁵⁴

O maior emissor de CO₂ é também líder na fabricação de tecnologias para painéis solares e baterias – agora com o dobro da capacidade de armazenamento⁵⁵. A China ainda depende das usinas elétricas movidas a carvão – o vilão do aquecimento. Considerando o tamanho da sua população e a velocidade do crescimento econômico, alcançar a neutralidade em carbono até 2060 exige um



Fazenda de energia solar no deserto de Kubuqi, na região autônoma da Mongólia Interior na China. Foto: Xinhua. [Fonte: https://www.scmp.com/news/china/science/article/3152240/chinas-clean-energy-push-targets-sandy-rocky-reaches-solar-and](https://www.scmp.com/news/china/science/article/3152240/chinas-clean-energy-push-targets-sandy-rocky-reaches-solar-and)

⁵³ UNOPS fornece serviços de infraestrutura, compras e gerenciamento de projetos, com foco na sustentabilidade, articulando ONU e do setor privado para projetos de paz e segurança, humanitários e de desenvolvimento – com igualdade, inclusão, sustentabilidade e resiliência.

⁵⁴ [Mudanças climáticas: Por que a política da China para o clima afeta você também - BBC News Brasil](#)

⁵⁵ O barateamento desse tipo de energia depende da capacidade de armazenamento, que dentro de dois anos será tão barata quanto o carvão é hoje.

esforço hercúleo. O país já é o maior produtor de energia eólica e solar – são verdadeiras fazendas nos desertos próximos à Mongólia – que se somam às usinas nucleares. A previsão é que até 2030 25% da energia venha de energia renovável.⁵⁶

O país colocou em teste uma nova usina com reator de sal fundido de fluoreto combinado com tório – quatro vezes mais abundante que o urânio e mais seguro. E não precisa de água para resfriamento, podendo ser instalada em áreas remotas ou onde é necessária. O processo já era conhecido, mas não existia tecnologia para manejá-lo⁵⁷. Outro avanço é a usina que transformará lixo nuclear em vidro para armazenamento seguro⁵⁸.

Produzir hidrogênio verde usando a energia solar e eólica é outro projeto avançado do governo chinês, na região da Mongólia. A previsão é alcançar a produção de 66.900 toneladas de hidrogênio verde em 2023 - corresponderia a produção de 21 milhões de galões de gasolina por ano. A indústria de hidrogênio ainda tem gargalos técnicos: armazenamento e uso, que precisam ser resolvidos nos próximos anos.

A China está ficando mais verde também por conta do reflorestamento em ritmo acelerado, que é outra iniciativa para ajudar na absorção do CO₂. E, de quebra, ajuda a reduzir a erosão do solo.

Enquanto a China lidera a adoção da energia eólica e solar, outros países se esforçam para acompanhar o ritmo. A Austrália tem vários grandes projetos planejados, enquanto a Coreia do Sul e Omã também estão emergindo como jogadores fortes.⁵⁹ Os países produtores de petróleo e gás, como Arábia Saudita e Emirados Árabes, já estão investindo em novas soluções para os desafios climáticos e em tecnologias de mitigação e adaptação. Destaque para a Arábia Saudita que tem um plano verde ambicioso, no âmbito da iniciativa Visão 2030: [combustível limpo](#) proveniente da energia eólica, geotérmica e uso do hidrogênio e seu arco-íris⁶⁰, armazenamento de energia, captura de carbono, dessalinização limpa, mobilidade avançada, cidades eficientes, designe urbano sustentável, tecnologia de monitoramento de emissões, replantio de árvores, recuperação dos ambientes marinhos costeiros. No quesito eficiência, as cidades de [Dubai](#) e Abu Dhabi estão liderando o caminho em mobilidade, serviços públicos, segurança, saúde e desenvolvimento econômico⁶¹. Uma cidade eficiente pode reduzir o deslocamento diário em 15 a 30 minutos, reduzir o custo de vida em até 3%, cortar as emissões de gases de efeito estufa em até 15% e criar 3% mais empregos anualmente, de acordo com um relatório divulgado no ano passado pela [McKinsey Instituto Global](#).

⁵⁶ <https://www.scmp.com/news/china/science/article/3152240/chinas-clean-energy-push-targets-sandy-rocky-reaches-solar-and>

⁵⁷ [BBC News Mundo](#)

⁵⁸ A vitrificação envolve o aquecimento de líquido radioativo misturado com elementos formadores de vidro.

⁵⁹ [A experiência da China fornece inspiração para a proteção da biodiversidade: China Daily, East Asia News & Top Stories - The Straits Times](#)

⁶⁰ O Hidrogênio pode adquirir várias cores dependendo da sua fonte de origem. O hidrogênio verde, que é produzido por eletrolisadores movidos por fontes renováveis como energia solar ou eólica. O hidrogênio azul é feito do gás natural e pode ser usado na indústria; o dióxido de carbono emitido no processo pode ser capturado e ser usado na produção de fertilizantes agrícolas. O preto é produto da gaseificação de carvão mineral e o cinza é produto da reforma do gás natural. O rosa é produzido por eletrolisadores alimentados por energia nuclear. O hidrogênio turquesa vem da separação do metano do gás natural usando o próprio como fonte de energia. <https://climainfo.org.br/2021/02/22/o-arco-iris-do-hidrogenio/>

⁶¹ <https://www.arabianbusiness.com/politics-economics/460283-new-master-plan-will-help-dubai-grow-into-global-city-for-the-future>

Segundo a edição de 2021 do [Índice Global de Inovação \(GII\)](#) as economias mais inovadoras das regiões Ásia Pacífico, Ásia Central e Oriente Médio, inclusive no contexto da COVID-19 e para cidades inteligentes, foram: Coreia do Sul, Singapura, China, Índia, Irã, Kazquistão, Israel, Emirados Árabes e Turquia.

O futuro verde, saudável e resiliente da Ásia Pacífico

É uma região em expansão econômica e de crescimento em infraestruturas, portanto, está bem-posicionada para capturar oportunidades para o crescimento verde. Um futuro sustentável e saudável sempre esteve na agenda de recuperação da pandemia na região. A [ASEAN](#) e o Banco de Desenvolvimento Asiático ([ADN](#)) têm capitaneado as discussões e articulado financiamentos: [conservação da natureza para prevenir futuras pandemias](#) ; [Plano Regional para o Combate aos Detritos Marinhos \(2021 – 2025\)](#) ; [infraestrutura](#) ; [compartilhamento de infraestrutura](#) ; [tecnologias novas e inovadoras de baixo carbono](#)

O ADB trabalha para identificar soluções para lidar com as mudanças climáticas, ações para baixa emissão de carbono, implementar essas soluções e discutir estratégias para garantir prosperidade e segurança sob as mudanças climáticas inevitáveis O relatório [Uma Região em Risco: As Dimensões Humanas das Mudanças Climáticas na Ásia e no Pacífico](#) discute as projeções mais recentes relativas às mudanças climáticas e aos impactos das mudanças climáticas na Ásia e no Pacífico, e as consequências dessas mudanças nos sistemas humanos, particularmente para os países em desenvolvimento. Também destaca lacunas no conhecimento existente e identifica caminhos para a pesquisa continuada.

O [Programa de Recuperação Verde](#) da ASEAN e ADB fornecerá assistência técnica e empréstimos concessionais a cerca de 20 projetos de infraestrutura verde em todo o Sudeste Asiático. Ao longo de um período de 30 anos, os projetos devem reduzir as emissões de dióxido de carbono em 119 milhões de toneladas e criar 340.000 empregos verdes em setores-chave como transporte sustentável, energia renovável e sistemas de eficiência energética, bem como agricultura de baixo carbono e recursos naturais.

Por tudo isso, o anúncio da China em suspender financiamento de usinas movidas a carvão não provocou surpresa; os países da região já vinham preferenciando energia renovável – mas os investimentos são ainda insuficientes. A transição será desafiadora. Bangladesh preside o Grupo [Vulnerable Twenty \(V20\)](#), criado em 2015, que reúne os 48 países mais vulneráveis ao clima. O V20 funciona por meio do diálogo e da ação, cujo principal objetivo é financiamento para enfrentar a mudança climática global. Muitos dos países membros são economias devastadas por conflitos como Yémen, Líbano e Territórios Palestinos, ou Sudão e Etiópia, ou Haiti

Também desde 2019, os países da região vinham debatendo protocolos para lidar com os desastres naturais e emergência de doenças respiratórias, como a SARS (2002/2003), com apoio das regionais da OMS – do Pacífico Ocidental e do Sudeste Asiático. Mas não estavam preparados para lidar com crises múltiplas e uma longa pandemia. Relatório publicado pela Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP/ONU) o sobre riscos naturais e biológicos na região [Resilience in a Riskier World: Asia-Pacific Disaster Report 2021 \(unescap.org\)](#) aborda a complexidade desses riscos convergentes e em cascata, o impacto sobre as populações e as perdas econômicas decorrentes desses riscos que podem dobrar no pior cenário. O Relatório defende planos de ação nacionais mais propositivos e sistêmicos. Destaca também áreas onde a cooperação sub-regional pode ser fortalecida e servir como blocos de construção de uma estratégia regional para desastres, clima e saúde.

A capacidade de gestão de desastres e sistemas de saúde pública para responder a este ambiente de risco expandido determinará ser o caminho de recuperação para COVID-19 e após.

Oriente Médio

Em plena pandemia, não houve trégua nos conflitos, pelo contrário, aumentaram. As guerras recentes devastaram ainda mais países com vários serviços já colapsados pelos longos conflitos e já eram dependentes de ajuda humanitária e financiamento internacional. Gaza ([Relatório A74/22](#) EMRO/OMS, 2021), [Líbano](#)⁶², [Afeganistão](#) (OMS, 2021) e Yemen sofrem com escassez de insumos e medicamentos, falta de energia e de combustível, infraestruturas destruídas, desemprego, moradias precárias, serviços inadequados de água e saneamento, pobreza, escassez de alimentos, desnutrição, volta de doenças como Sarampo e Poliomielite, falta de profissionais de saúde, famílias deslocadas ou divididas. O [relatório recente](#) (FAO/ONU, 2021) confirma o impacto da violência armada nas vidas e nos meios de subsistência de pessoas envolvidas em conflitos. E ainda precisam lidar com os efeitos das mudanças climáticas: estresse hídrico, secas persistentes, temperaturas impróprias para vida. Efeitos que podem levar a mais conflitos e ao aumento do deslocamento forçado. O impacto dos conflitos e da crise ambiental sobre a vida das pessoas integram o [relatório](#) do Comitê Internacional da Cruz Vermelha.

Os avanços no combate às mudanças climáticas na região passam primeiro pela necessidade de estabilidade e de redução da violência e terrorismo. A questão é que os eventos climáticos não esperam, pelo contrário, estão cada vez piores. E água e eletricidade podem se tornar motivo de disputas e conflitos. Por conta da necessidade urgente de recuperar a economia, melhorar as estruturas sociais – maior fragilidade da pandemia - e, simultaneamente, trabalhar os agravos dos eventos climáticos, os países começam a conversar entre si para buscar estabilidade regional⁶³, melhorar a governança, avançar nas relações comerciais, garantir acesso a água e a energia e investir em infraestruturas, principalmente, verdes.

Nesse cenário geopolítico que vai se configurando com novos atores, várias reuniões e conversas foram estabelecidas. Turquia, Jordânia, Iraque, Irã, conversam e, inclusive, estão abertos para o Afeganistão, dependendo do caminho que o Talibã tomará. Na esteira do super acordo entre China e Irã, assinado no final do ano passado, Jordânia, Qatar, Turquia e China conversam para avançar nos caminhos da Nova Rota da Seda envolvendo transporte, energia, infraestrutura – estruturas importantes para o carbono zero. A normalização de relações entre Emirados Árabes e Israel, em 2020, ainda divide vizinhos, mas avança. O acordo envolve cooperação em P&D, inteligência e comércio.

Ainda é cedo para saber se esses novos arranjos trarão um pouco mais de paz, segurança e retomada econômica para as populações da região. Tarefa hercúlea para uma região que vive em constante insegurança, que tem tradição de conflito e não de paz. Aos grupos fundamentalistas/terroristas interessa perpetuar as tensões. As rivalidades entre Arábia Saudita e Irã e entre Israel e Irã podem fragilizar a evolução do novo cenário.

Afeganistão

A estabilidade no Afeganistão passa pela capacidade do grupo Talibã em encontrar o equilíbrio entre agir como um governo diplomático, inclusivo e político e manter a imagem de

⁶² Desde 2009, o colapso financeiro, má gestão econômica e a corrupção governamental levaram o país a uma crise profunda e grande pobreza.

⁶³ A retirada dos EUA do Afeganistão e Iraque distensionaram as relações.

grupo combatente da resistência mujahedeen⁶⁴ – identidade chave do grupo. Membros da linha-dura do Talibã poderiam se juntar ao ISIS (já há casos) à medida que a liderança talibã assume compromissos internacionais e se afastam de sua identidade. A promessa de atuar contra o terrorismo e de respeitar os direitos humanos, especialmente os das mulheres é fundamental para o grupo conseguir apoio internacional e anulação das sanções que bloquearam os investimentos afegãos no exterior.

O colapso da economia afegã pode provocar um fluxo maior de migrantes para países vizinhos, como Irã e Paquistão e países da União Europeia, mas ainda assim, a preocupação em não reconhecer o talibã como governo sem que eles cumpram as promessas - segurança para população civil, direito de circulação e respeito aos direitos humanos e das mulheres - é motivo de cautela. De toda forma, algum envolvimento com o governo talibã será necessário para fazer chegar a ajuda humanitária ao país. Estados Unidos e União Europeia estiveram reunidos com a liderança do Talibã em Doha, Qatar. O bloco europeu enviará uma nova rodada de ajuda financeira de 1 bilhão de euros às organizações humanitárias que atuam no território afegão, mas será direto para os grupos humanitários, sem passar pelas mãos do governo talibã. No entanto, o grupo apela para acessar o dinheiro do governo afegão para pagar as contas e salários dos funcionários do governo.

Já houve reflexos dos bloqueios. A suspensão do financiamento do projeto Sehatmandi⁶⁵ – espinha dorsal do sistema de saúde do Afeganistão – provocou o fechamento de 2.000 unidades de saúde e deixou milhões de afegãos vulneráveis, sem acesso a cuidados essenciais de saúde. ou tratar de pacientes com Covid-19. O [relato](#) vem da OMS Mediterrâneo Oriental.

O diretor da OMS, Tedros Ghebreyesus, visitou o país buscando o engajamento dos líderes do Talibã para apoiar o povo do Afeganistão. O apelo foi bem recebido pela liderança do grupo e já no início de novembro começa a vacinação de 3 milhões de crianças contra poliomielite, com apoio da UNICEF. Segundo a OMS, com apenas um caso de poliovírus selvagem relatado este ano no Afeganistão⁶⁶, o país tem uma oportunidade extraordinária de erradicar a doença. Para mitigar o risco de aumento das doenças em geral e das mortes, todas as partes também concordaram com a necessidade de iniciar imediatamente as campanhas de vacinação contra o sarampo e COVID-19. A liderança do Taleban expressou seu compromisso com a inclusão de mulheres trabalhadoras de linha de frente e para fornecer segurança e garantir a segurança de todos os trabalhadores de saúde em todo o país.

A situação do sistema de saúde continua crítica. Ongs e imprensa internacional diariamente trazem relatos de falta de energia, falta de combustível, falta de alimento e falta de dinheiro para comprar alimento. A Organização Internacional para as Migrações (IOM) afirma que está se preparando rapidamente para preencher lacunas urgentes para ajudar a garantir que o sistema de saúde afegão não entre em colapso a médio prazo. A Sociedade Iraniana do Crescente Vermelho já enviou uma remessa de ajuda com alimentos e medicamentos

⁶⁴ Aquele que se empenha na jihad, que em árabe, significa "esforço" ou "luta". No islã, pode significar a luta interna de um indivíduo contra instintos básicos, o esforço para construir uma boa sociedade muçulmana ou uma luta armada contra os infiéis. Os jihadistas acreditam que a luta violenta é necessária para erradicar os adversários do islão e impor a Lei Islâmica, a Sharia.

⁶⁵ Projeto financiado por vários doadores e fornece acesso a serviços de saúde primária e secundária, nutrição e planejamento familiar em todas as 34 províncias do Afeganistão. O projeto é implantado por ongs que gerenciam 2.309 unidades de saúde.

⁶⁶ O Afeganistão é uma das duas nações do mundo onde a pólio continua endêmica e por isso é importante continuar o trabalho para se erradicar a doença

Irã monitora de perto as políticas e o comportamento do Talibã no Afeganistão e nomeou o experiente embaixador Kazemi Qomi, como representante especial no país. Para o país persa, estabelecer um governo com envolvimento de todos os grupos, combater o terrorismo, cuidar da segurança de todos os grupos étnicos e prevenir crimes como a morte de pessoas inocentes em escolas xiitas e mesquitas pelo grupo terrorista ISIS-K⁶⁷ deve ser principalmente a tarefa do atual governo.⁶⁸

Reforçando o papel de facilitador, juntamente com o Qatar, Irã sediará uma reunião de Ministros de Relações Exteriores de países vizinhos, neste final de outubro; para todos, o futuro do Afeganistão está na cooperação regional com seus vizinhos.

Líbano – já foi chamado de Pérola do Oriente

Já foi um país que atraía muitos turistas; hoje, está mergulhado num colapso econômico, crise política e protestos com violência. O Líbano já convivia com danos de infraestrutura desde a guerra entre Israel e Hezbollah, em 2006. Mas, nos últimos anos, a má gestão, corrupção, crise política, lutas internas e dependência de financiamento externo deixaram o país enterrado em dívida, que chega a 170% do PIB – uma das mais altas do mundo. A catástrofe econômica, com empobrecimento da população e desvalorização da moeda e hiperinflação, já gerou falta de eletricidade, combustível e remédios. A miséria e o crime dispararam, o desemprego chega a um terço da população. A atual crise complexa impactou fortemente o sistema de saúde no Líbano, diminuindo a disponibilidade e a acessibilidade⁶⁹. O preço dos medicamentos disparou e quase todos estão em falta. Com mais de 55% das pessoas no país vivendo sob a linha da pobreza, isso aumenta consideravelmente os riscos de desnutrição, de complicações médicas de doenças crônicas para aqueles pacientes que não podem pagar ou acessar o tratamento. Para piorar, a situação fiscal e financeira do Governo resultou em contas não pagas para os setores privado e público de saúde, ameaçando a sustentabilidade dos serviços de saúde e aumentando as dificuldades financeiras de saúde em populações vulneráveis.⁷⁰ A situação se agravou em agosto de 2020, após as explosões no porto de Beirute com centenas de mortos e feridos. E a investigação sobre as explosões é a causa das lutas recentes – manifestações contra e a favor da investigação provocaram uma escalada de violência.

O Líbano é o país com a maior diversidade religiosa no Oriente Médio e hospeda mais de um milhão de refugiados sírios. A população do Líbano é composta por diversos grupos étnicos e religiosos: muçulmanos (xiitas e sunitas), cristãos (maronitas, ortodoxos gregos, melquitas greco-católicos, católicos romanos, protestantes) e outros cristãos e outras seitas. Para acomodar essa diversidade religiosa, a partir de um acordo feito após a guerra civil 1975-1990, o primeiro-ministro é sempre um muçulmano sunita, o presidente é um cristão maronita e o presidente do Parlamento é xiita. Além disso, o Parlamento tem vagas reservadas para que cristãos e muçulmanos tenham o mesmo número de cadeiras. Mas não está funcionando mais.

Myanmar – Fora da Cúpula da ASEAN

⁶⁷ Os recentes ataques terroristas ligados ao ISIS-K em mesquitas xiitas, com quase duas centenas de mortes, é uma preocupação para o Talibã e para os países vizinhos. Os ataques sinalizam um objetivo de causar divisão religiosa, insuflando xiitas X sunitas.

⁶⁸ [A política de Teerã em relação ao Afeganistão depende do comportamento do Talibã: Oficial - Teerã Times \(tehrantimes.com\)](https://www.tehrantimes.com)

⁶⁹ [| EMRO da OMS Declaração do Diretor Regional da OMS na coletiva de imprensa da OMS sobre o Afeganistão e o Líbano | Notícias | Centro de mídia \(who.int\)](#)

⁷⁰ [| EMRO da OMS | do Líbano Países \(who.int\)](#)

Com 135 grupos étnicos, o país, majoritariamente budista⁷¹, está à beira de uma guerra civil. O [relatório](#), do Escritório de Direitos Humanos da ONU (2021), detalhou violações generalizadas por parte dos militares contra o povo. Desde fevereiro de 2021, quando os militares tomaram o poder, com a prisão dos membros do governo legalmente eleito, a situação tem se agravado: as manifestações populares foram reprimidas com violência e já são centenas de mortos e presos e uma profunda crise econômica. A depreciação da moeda já provocou ondas de pobreza e fome.

Myanmar, com uma longa história de ditadura militar e alegações internacionais de abusos sistemáticos dos direitos humanos, tem sido a questão mais complicada da ASEAN desde que o grupo foi formado em 1967, testando os limites de sua unidade e sua política de não interferência. As Nações Unidas, os Estados Unidos e a China, entre outros, apoiaram os esforços da Asean para encontrar uma solução diplomática, mas a pressão sobre o grupo aumentou nos últimos meses, com alguns críticos pedindo medidas mais duras para responder à obstinação militar. Divididos entre manter uma tradição de não interferência e a necessidade de manter a credibilidade sancionando o líder do golpe, em uma reunião tensa, as nações do Sudeste Asiático decidiram que a cúpula regional, que acontece agora no final de outubro, não terá a participação do chefe da junta militar, Min Aung Hlaing. Myanmar participará da cúpula com um representante não político.

MAR MERIDIONAL

O Mar Meridional da China, no sudeste da Ásia, é rico em petróleo, gás natural e estratégico como rota de navegação e para a indústria pesqueira, imprescindíveis para a China - e também para Filipinas, Vietnã, Malásia, Brunei, Indonésia, Singapura, Camboja e Taiwan. Todos reivindicam áreas que se sobrepõem; os reclamantes se movem para ocupar ou neutralizar uns aos outros há mais de 70 anos. No entanto, as disputas se intensificaram em 2020, quando o governo Trump, aumentou movimentos para cooptar aliados para combater uma China mais assertiva e promover segurança na região Indo-Pacífico, em especial, no Mar Meridional da China. Desde então, os EUA aumentaram a presença militar na área “para garantir a liberdade de navegação na região” e em “defesa” dos países asiáticos contra a China. Em resposta, a China transformou atóis desabitados e formações rochosas meio submersas em bases militares avançadas. Biden mantém os objetivos de seu antecessor quando o assunto é China e o Indo-Pacífico, [reconvocou](#) o Quad – Quadrilátero formado por Japão, Austrália, Índia e EUA -, agora com características mais atrativas: recuperação econômica, combate à Covid-19, cadeias de suprimentos, produção e distribuição de vacinas para a região, tecnologias para mudanças climáticas, ciberespaço. O discurso valoriza as relações multilaterais, mas em paralelo, Biden fecha acordos bilaterais com cada um dos parceiros. E elevou a tensão a outro patamar ao firmar acordo com Austrália para construção de submarinos de propulsão nuclear, com tecnologia americana. O acordo *Aukus* (sigla em inglês para Austrália, Reino Unido e EUA) é claramente uma forma de aumentar a pressão sobre a China na Ásia-Pacífico.

Por trás da pressão militar, articulação com aliados, acusações sobre direitos humanos e sanções econômicas⁷² está o futuro da tecnologia: os semicondutores e microchips – os mais

⁷¹ Nação do sudeste asiático, faz fronteira com Índia, Bangladesh, China, Laos e Tailândia.

⁷² O Acordo de Wassenaar, de 1996, entre EUA e 41 aliados, restringiu exportação de tecnologias de uso duplo para países comunistas.

avançados, com 7 nanômetros⁷³ são produzidos na Coreia do Sul e em Taiwan⁷⁴ –; computação quântica⁷⁵ e o 5G – 5ª geração de tecnologia de rede de rádio (internet das coisas), capaz de acelerar automação das indústrias, cidades inteligentes, assistência médica remota, cirurgias robóticas. Portanto, o futuro da tecnologia para adaptação energética, modelagem para vigilância de novas pandemias ou medicina de precisão está em jogo. E para as nações do Indo-Pacífico e do Oriente Médio, escolher o lado errado dessa bipolaridade pode ser crítico, uma vez que há risco dessa disputa tecnológica virar armamentista.



Essas políticas de segurança conduzidas pelos EUA, potencialmente colocando em risco a paz, particularmente no Mar da China Meridional, deve levar a ASEAN – parceira da China e dos EUA – a pedir a ambos os lados que se contenham.

Ilustração: Stephen Case <https://www.scmp.com/comment/opinion/article/3151360/caught-between-china-and-us-asean-must-be-louder-and-brasher-about>

⁷³ Quanto menores, maior o desempenho, maior a velocidade, maior volume de dados e menos consumo energético.

⁷⁴ Mas o movimento americano em “defesa” de Taiwan não é preocupação com a ilha, mas sim para impedir que a China tenha acesso à tecnologia de produção de nanochips que Taiwan detém.

⁷⁵ Sistema computacional que não usa o cálculo binário; usa uma partícula de nível subatômico denominada qubit. Um computador quântico resolve com grande agilidade tarefas que seriam impossíveis mesmo para um supercomputador; é usado para pesquisas científicas em biologia, meteorologia, astronomia e ciência molecular.

EUA na Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Luiz Augusto Galvão

A média móvel de 7 dias de novos casos diários (84.555) diminuiu 12,5% em relação à média móvel anterior de 7 dias (96.666). Um total de 44.615.528 casos de COVID-19 foram notificados até 13 de outubro de 2021.

Tendências Diárias em Casos COVID-19 - EUA/CDC - Média móvel de 7 dias



Um destaque importante foi a realização da Reunião Anual da Academia Nacional de Medicina dos EUA que teve como tema “Cruzando o Abismo de Política e Equidade: Lições de Crises de Saúde Composta” Houve uma série de mesas de discussão e grupos de trabalho que debateram as questões da crise da Covid-19 e da Crise Climática com um grande enfoque na questão da discriminação e no preconceito que levam às desigualdades em saúde. Maiores informações estão disponíveis em: <https://bit.ly/3nai8YB>

A China na Saúde Global e Diplomacia da Saúde

André Lobato

Diplomacia

Cortinas de fumaça, no sentido figurado, são distrações táticas. É o caso da discussão sobre Taiwan. Mesmo que o Brasil e todos os membros do Conselho de Segurança da ONU considerem o princípio de 'Uma China', vê-se notícias como a abaixo, do G1 (1).

MUNDO

Taiwan é uma ilha com 23 milhões de habitantes que se separou da China e tem um governo independente e eleições democráticas.

Mas o governo chinês considera que a ilha pertence ao seu território e ameaça conquistá-la — à força, se necessário.

"Continuaremos a reforçar nossa defesa para garantir que ninguém possa forçar Taiwan a seguir o caminho que a China nos traçou", afirmou Tsai.

Segundo a presidente taiwanesa, o governo chinês não oferece um modo de vida democrático para Taiwan, nem soberania para seus habitantes.

Não só o estado soberano "Taiwan" não existe no atual sistema internacional, como o sistema internacional mudará drasticamente caso Taiwan passe a existir da forma retratada por muitos jornais. Para a China, até agora, é uma questão simples: ou um país reconhece Pequim ou reconhece Taipei. Conforme os EUA e outros países mantêm o reconhecimento da Uma China oficialmente, mas aumentam a relevância institucional do governo separatista, mais aviões, os chineses não cansarão de avisar, atravessarão a Zona de Identificação Aérea — que é autodeclarada por Taiwan e inclui parte da área continental da China. Há mais cidadãos da China continental na área de identificação aérea de Taiwan do que taiwaneses. O sobrevoo é quase sempre orientado não para a ilha de Taiwan, mas feito em reação às, crescentes, incursões marítimas capitaneadas pelos EUA na região.



A visão chinesa repetida constantemente é: Pequim não quer atacar a ilha, que não tem condições de se defender e tampouco receberá o apoio necessário para fazê-lo. Sendo assim,

uma unificação forçada é vista como uma estratégica de último caso, preventiva e associada à manutenção da segurança estratégica do país em relação a forças militares relevantes, como os EUA. Por causa disso, os separatistas da ilha são vistos pelo continente como “bodes expiatórios” de outros movimentos maiores, essencialmente uma governança do espaço marítimo asiático com uma influência ocidental diminuída.

Dessa forma, a ‘questão de Taiwan’, é uma questão essencialmente colonial no sentido de que cabe, principalmente, aos países da Otan decidirem o que fazer com o fato de 1.4 bilhões de chineses acreditarem firmemente que Taiwan é parte indiscutível do território da Nova China. O apelo ditadura versus democracia tampouco faz diferença, pois a democracia ocidental liberal não possui o mesmo valor moral na China do que nos países que criaram esse modelo, como o Reino Unido.

Sanitária

A vacinação na China alcança quase 80% da população com duas doses e algumas províncias e cidades iniciam aplicações da terceira dose. Foram 2,3 bilhões de doses aplicadas dentro do país e pouco mais de um bilhão exportadas para outros países.

A terceira dose é priorizada para profissionais em risco, como os que atuam na logística de cadeias frias e os trabalhadores comunitários. São decisões anunciadas pelas localidades, como cidades ou províncias, de forma que a política pode variar um pouco. Guangxi Zhuang, uma região autônoma, oferecerá a terceira dose para quem já se vacinou há ao menos seis meses. A injeção será da mesma vacina anteriormente aplicada. (2)

O centro de prevenção e controle da cidade de Urumqi, em Xijiang, respondeu à detecção de 1 caso assintomático identificado com a aplicação de testagem em massa na cidade e medidas de desinfecção. O positivo assintomático foi colocado em quarentena sob observação médica. (3)

Houve queda de doenças infecciosas na China entre 2019 e 2020, segundo comunicado da Comissão Nacional de Saúde em julho (4). Segundo a Comissão Nacional de Saúde:

“O COVID-19, que foi adicionado à lista de doenças infecciosas de notificação obrigatória em janeiro do ano passado, levou a 87.071 infecções e 4.634 mortes em 2020, com os dados incluindo casos importados detectados no continente chinês.

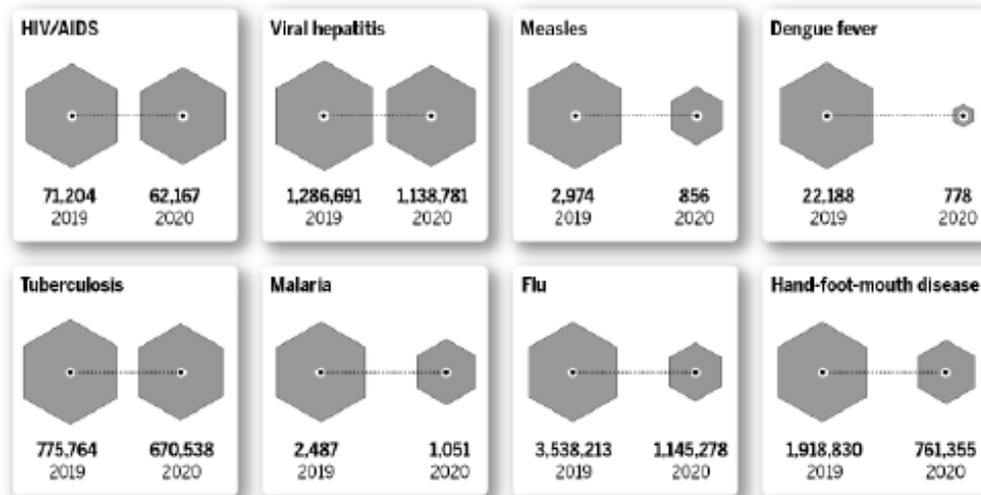
O comunicado disse que a pandemia COVID-19 também levou a uma redução no número de visitas a instituições médicas e hospitalizações no ano passado, ambas caindo em mais de 10 por cento em comparação com 2019.

Os gastos médicos totais da China aumentaram cerca de 650 bilhões de yuans (US \$ 100 bilhões) para mais de 7,2 trilhões de yuans no ano passado, representando 7,1% do PIB, ante cerca de 6,6% em 2019 e 6,4% em 2018, disse o comunicado.

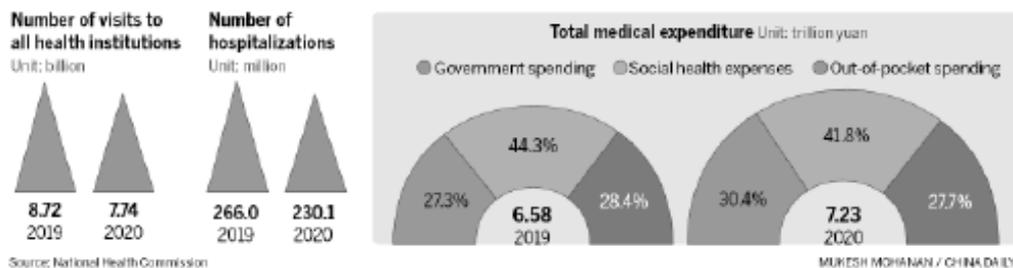
Em 2020, nasceram 12 milhões de bebês, com a proporção de crianças nascidas como um segundo filho ou em famílias ainda maiores de 57,1 por cento, ligeiramente abaixo de 2019.”

HIGHLIGHTS FROM THE STATISTICAL COMMUNIQUE ON CHINA'S HEALTH DEVELOPMENT IN 2020

Infectious disease cases decline



Visits to health institutions and hospitalizations decline, but total medical expenditure rises



1 <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/10/taiwan-nao-sera-forcada-a-se-curvar-a-china-diz-presidente-tsai-em-discurso-para-o-feriado-do-dia-nacional.ghtml>

2 http://en.nhc.gov.cn/2021-10/11/c_84761.htm

3 http://en.nhc.gov.cn/2021-10/18/c_84799.htm

4 http://en.nhc.gov.cn/2021-07/15/c_84212.htm

Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde: 10 anos de implementação

Paulo M. Buss, Patrícia Ribeiro e Luiz Augusto Galvão

Neste outubro de 2021, completa-se dez anos da realização da **Conferência Mundial sobre Determinantes Sociais da Saúde**⁷⁶, promovida pela Organização Mundial da Saúde, (OMS), que reuniu na cidade do Rio de Janeiro, autoridades e delegados de 120 países e mais de mil participantes, também transmitida online em 4 idiomas. A Fundação Oswaldo Cruz foi a âncora do evento no Brasil.

Um dos resultados da Conferência foi a **Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde**⁷⁷, que sintetiza os compromissos dos Chefes de Estado, Ministros da Saúde e outros representantes de governos para articular essa temática com a agenda do desenvolvimento sustentável.

Transcorridos 10 anos destes históricos evento e documento, a pandemia escancarou as imensas desigualdades vigentes no campo da saúde, com casos, mortes e sequelas afetando de maneira avassaladora os mais pobres e os mais vulneráveis das nossas sociedades: mulheres, crianças, idosos, indígenas, afrodescendentes e migrantes internos e externos.

Continuam atuais e clamam por transformarem-se em ações concretas os cinco princípios basilares para enfrentar as desigualdades em saúde, impingidas pelos determinantes sociais, econômicos, políticos, ambientais e sanitários negativos para a saúde: (i) adotar uma melhor governança no campo da saúde e do desenvolvimento; (ii) promover a participação social na formulação e implementação de políticas; (iii) continuar reorientando o setor da saúde para a redução das iniquidades no acesso aos serviços de saúde; (iv) fortalecer a governança e a colaboração global; e (v) monitorar os avanços e ampliar a prestação de contas

Com foco na equidade em saúde, a Declaração destaca a estratégia Saúde em Todas as Políticas, disseminada pela OMS a partir de 2013, como enfoque promissor para ampliar a responsabilização de todos os setores governamentais e da sociedade com a saúde, na construção de uma governança promotora de sociedades mais inclusivas e produtivas.

Não foi por acaso que a Conferência Mundial se realizou no Brasil. A América Latina acumulou nos últimos 60 anos, importante produção de conhecimentos sobre as relações entre saúde, economia, Estado, sociedade e cultura, nos campos de ensino e pesquisa da saúde coletiva, medicina social e saúde pública, que informou estudos de epidemiologia, planejamento e ciências sociais em saúde. A vasta produção latino-americana evidenciou, por meio de abordagens abrangentes e plurais que articulam as ciências da saúde com as ciências sociais e humanas, que os fenômenos saúde-doença além de produzidos biologicamente, são processos socialmente determinados.

O Brasil, protagonista neste contexto, respondeu rapidamente à introdução da temática dos DSS na agenda da OMS no início do século XXI, que criara uma Comissão Global sobre DSS⁷⁸, constituindo, em 2006, a sua própria Comissão Nacional sobre Determinantes Sociais da Saúde.

⁷⁶ Ver: https://www.who.int/sdhconference/resources/Conference_Summary_Report.pdf?ua=1

⁷⁷ Ver: https://www.who.int/sdhconference/declaration/Rio_political_declaration_portuguese.pdf

⁷⁸ Ver: <https://www.who.int/teams/social-determinants-of-health/equity-and-health/commission-on-social-determinants-of-health>

Em seu Relatório Final “*As causas sociais das iniquidades em saúde no Brasil (2008)*”⁷⁹, a Comissão apresentou recomendações para a incorporação da temática às *políticas públicas* e para a *coordenação* institucional de ações baseadas na intersectorialidade, na participação social e em evidências científicas.

Como um dos desdobramentos da Comissão, o país conta desde 2009 com o Centro de Estudos, Políticas e Informação sobre Determinantes Sociais da Saúde na ENSP/Fiocruz (CEPI)⁸⁰, que vem realizando, ao longo da década, atividades no Brasil e na América Latina, mais recentemente, com ações articuladas à Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030⁸¹.

Em escala regional, o CEPI e o CRIS/Fiocruz – este também na qualidade de Centro Colaborador da OMS/OPS em Saúde Global e Diplomacia da Saúde – tem focando nas iniquidades em saúde no país e na América Latina, especialmente em iniciativas com a Colômbia, México, Chile e Equador. Neste âmbito destaca-se a participação do Centro na coordenação de programas de capacitação de multiplicadores da abordagem *Saúde em Todas as Políticas* na América Latina, promovidos e patrocinados pela OPAS, em conjunto com Chile e México, disseminada pela OMS desde 2013, a partir da Conferência Mundial sobre Promoção da Saúde, realizada em Helsinque.

No que se refere à gestão das políticas públicas, desde 2006 a combinação das perspectivas latino-americana/brasileira e a da OMS dos determinantes sociais da saúde e da equidade em saúde, informa os Planos Nacionais de Saúde e as diretrizes para elaboração dos Planos Estaduais e Municipais; a Política Nacional de Promoção da Saúde; diretrizes do Conselho Nacional de Saúde e da Conferência Nacional de Saúde; Políticas de Promoção de Equidade em Saúde; e, mais recentemente, a definição de competências da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, criada em 2019 na estrutura do Ministério da Saúde.

A partir de 2011, tendo como referência a Declaração Política do Rio, o Brasil adotou como estratégia para a disseminação e atualização da temática dos DSS no país a organização de Conferências Regionais sobre DSS nas macrorregiões brasileiras, mobilizando a comunidade científica, representantes das esferas de governo e sociedade civil para discutir a situação de saúde, as políticas em curso e os principais problemas socioeconômicos com impacto na saúde em âmbito regional. A primeira conferência regional foi realizada na Região Nordeste em 2013 e, entre 2015 e 2020, o projeto Desenvolvimento e Governança Territorial da Saúde, a partir de uma abordagem territorial aos DSS implementada na Região Norte, reuniu insumos para a preparação e organização da próxima conferência regional, a se realizar nesta região, oportunamente.

A pandemia da Covid-19 vem incorporando de forma inédita a temática dos DSS aos discursos oficiais governamentais, sobretudo das autoridades públicas setoriais, e às narrativas dos grandes veículos de comunicação. A força das evidências de como sua emergência e disseminação decorrem de mudanças nas mais várias dimensões da vida em sociedade, ocorridas na transição do século XX para o XXI, abarcando desde os impactos dos efeitos nocivos de modelos de desenvolvimento econômico sobre a biodiversidade de ecossistemas até as novas dinâmicas territoriais e sociais produzidas pela globalização econômica e pelas tecnologias da informação, tornou inadiável o reconhecimento dessa temática. Sobretudo, porque lançam luz sobre os desfechos diferentes, desiguais, da doença, dependendo do lugar

⁷⁹ Ver: https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/causas_sociais_iniquidades.pdf

⁸⁰ Ver: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/>

⁸¹ Ver: <https://portal.fiocruz.br/estrategia-fiocruz-para-agenda-2030>

e/ou da posição do indivíduo na hierarquia social. Impactos que revelam graves injustiças decorrentes de decisões políticas não inclusivas, que deixam para trás importantes parcelas da população no acesso aos bens, serviços e tecnologias disponíveis. Situação agravada neste contexto em que o fenômeno da infodemia e sua vertente nociva, as *fake news*, trazem novos e impensados riscos para a saúde pública e para as decisões individuais sobre a saúde.

Em maio de 2021, depois de um período de latência, e em razão da alta relevância dos DSS demonstrada durante a crise sanitária da pandemia, a 74ª Assembleia Mundial de Saúde adotou a Resolução WHA74.16⁸², que pede ao Diretor-Geral da OMS que prepare, baseando-se no informe da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde da OMS de 2008, e seu trabalho posterior, um informe atualizado baseado em provas científicas, conhecimentos e melhores práticas sobre os determinantes sociais da saúde, suas consequências na saúde e na equidade sanitária, os progressos realizados e as recomendações sobre medidas futuras, para apresentação à 76ª Assembleia Mundial da Saúde que se celebrará em 2023.

Considerando a trajetória recente da temática dos DSS no Brasil, o momento de celebração dos 10 anos da Declaração Política do Rio constitui uma excelente oportunidade para se avaliar os resultados da institucionalização dessa temática no setor saúde sobre a gestão das políticas públicas do conjunto do governo e sobre a compreensão da produção social da saúde e da doença e dos novos riscos emergentes no século XXI.

Para dia 21 de outubro de 2021, diversas comemorações aos 10 anos da Conferência e da Declaração do Rio estão sendo programadas, incluindo um webinar global da OMS e um webinar regional da América Latina, nos quais atores relevantes estarão refletindo sobre o significado dos eventos ao longo dos últimos 10 anos e buscando identificar os desafios colocados pelos determinantes sociais da equidade em saúde.

⁸² Ver: https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA74/A74_R16-en.pdf

‘Um único planeta, uma só saúde’ e a Declaração de Kunming sobre Biodiversidade

Paulo M. Buss e Danielly Magalhães

Depois da eclosão da pandemia de Covid-19, ficaram gritante as estreitas relações entre ecossistemas e biodiversidade com a possibilidade da emergência de patógenos com elevado potencial pandêmico. O SarsCov-2, coronavírus causador da Covid-19, tem seu transbordamento de espécies silvestres para seres humanos, a partir de ecossistemas modificados pela ação humana e por alterações na sua biodiversidade^{83,84}. Mas a importância da biodiversidade não se deve exclusivamente à emergência de patógenos e à pandemias...

A biodiversidade é responsável por garantir serviços ecossistêmicos e funções que suportam todas as formas de vida na Terra, como por exemplo a produção de alimentos, a ciclagem de nutrientes, ar saudável, água potável. Esses serviços sustentam a nossa vida, nossa saúde e bem-estar, além de serem fundamentais para o crescimento econômico. Portanto sua preservação e uso sustentável se faz imprescindível a nossa sobrevivência, mas também como um comportamento ético de respeito com todos os seres vivos, e componentes abióticos, com quem compartilhamos um único planeta, uma única natureza, uma só saúde.

Os principais fatores que atuam diretamente na perda da biodiversidade são o uso não sustentável ou alterações da terra e do mar, a superexploração da natureza, as mudanças climáticas a poluição e a invasão/introdução de espécies exóticas invasoras.

Em artigos recentemente publicados neste mesmo *blog*^{85,86}, já tratávamos da influência das mudanças climáticas e da biodiversidade sobre a saúde humana e planetária, assim como a importância de tê-los como objeto da saúde global e da diplomacia da saúde.

Por tudo isso, é imprescindível conferir extrema atenção às negociações internacionais quanto a um conjunto de temas aparentemente externos à saúde, tais como a biodiversidade e o clima, incorporando-as, com muita convicção, nos estudos sobre saúde global e diplomacia da saúde. Pois o sucesso ou o fracasso das negociações internacionais sobre biodiversidade e clima impactará profundamente a saúde humana hoje e no futuro.

A COP15 e a Declaração de Kunming

A COP15 (15ª reunião da *Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica-CDB*), maior encontro da ONU sobre biodiversidade em uma década, tem a tarefa de negociar esforços globais para restaurar e proteger a variedade de vida na Terra, por meio da

⁸³ Goldfarb, B. Edge of Existence: As climate change and habitat loss push wildlife to the brink, the time to protect biodiversity is now. *The Nature Conservancy* August 27, 2021 <https://www.nature.org/en-us/magazine/magazine-articles/protect-biodiversity-now/>

⁸⁴ Keesing F et al. Impacts of biodiversity on the emergence and transmission of infectious diseases. *Nature* 468.7324: 647-652, 2010. <https://www.nature.com/articles/nature09575.pdf>

⁸⁵ Buss PM; Magalhães DP. As estreitas relações entre a pandemia e a biodiversidade. *Centro de Estudos Estratégicos blog* [Internet], 18 jan. 2021. Acesso: <https://www.cee.fiocruz.br/?q=As-estreitas-relacoes-entre-a-pandemia-e-a-biodiversidade>

⁸⁶ Magalhães, DP; Buss, PM. O bem-estar humano está relacionado à proteção da biodiversidade e ao clima. *Centro de Estudos Estratégicos blog* [Internet], 01 jul. 2021. Acesso: <https://cee.fiocruz.br/?q=%E2%80%8Bo-bem-estar-humano-esta-relacionado-a-biodiversidade-e-clima>

elaboração de uma estrutura de biodiversidade global pós-2020 e identificação de novas metas de proteção até 2030.

Realizada em Kunming, província de Yunnan, sudoeste da China, em dois momentos complementares, teve a primeira rodada de negociações encerrada dia 15 de outubro último, e será concluída em abril-maio do próximo ano.

O principal resultado do Segmento de Alto Nível da primeira parte da COP15, foi a adoção da *Declaração de Kunming*⁸⁷, em 13 de outubro de 2021 firmada por mais de uma centena de países. A Declaração foi intitulada '*Civilização ecológica: Construindo um futuro compartilhado para toda a vida na Terra*'.

A Declaração recorda e se situa no contexto da Década de Ação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, da Década das Nações Unidas para Restauração de Ecossistemas e da Década das Nações Unidas para Ciência do Oceano, assim como, da Declaração de Cancún sobre a Integração da Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para o Bem-Estar, da Declaração de Sharm el Sheikh sobre o Investimento na Biodiversidade para as Pessoas e o Planeta, e da Cúpula das Nações Unidas sobre Biodiversidade de setembro de 2020, cujo tema, recordemos, foi 'Ação Urgente sobre Biodiversidade para o Desenvolvimento Sustentável'.

Apesar de ser um documento política inicial e ainda sem metas claras, a *Declaração de Kunming* incorpora o saber científico e alerta para a necessidade de ações integradas em todos os setores, dentre eles a saúde, encorajando a adoção de abordagens de Saúde Única.

Preâmbulo da Declaração

Na sua *parte preambular*, a Declaração reconhece a íntima relação entre as diversas crises planetárias, que incluem perda de biodiversidade, mudanças climáticas, degradação da terra e desertificação, degradação dos oceanos e poluição, e os crescentes riscos para a saúde humana e segurança alimentar, que, em seu conjunto, diz a Declaração, representam ameaças à sobrevivência da sociedade, da cultura, da prosperidade e do planeta.

Reconhece também que “os principais fatores diretos da perda de biodiversidade são as mudanças no uso da terra/mar, a superexploração, as mudanças climáticas, a poluição e as espécies exóticas invasoras”, mas não faz qualquer menção ao que consideramos a ‘causa das causas’, ou seja, o modelo de desenvolvimento e de produção e consumo que marcam a etapa atual do capitalismo global.

Reconhece que os povos indígenas e as comunidades locais contribuem para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, por meio da aplicação de conhecimentos, inovações e práticas tradicionais e por meio do manejo da biodiversidade em suas terras e territórios tradicionais.

A Declaração menciona a necessidade de ação urgente e integrada de todos os setores da economia e de todos os segmentos da sociedade, visando uma mudança transformadora por meio da coerência das políticas em todos os níveis de governo e da realização de sinergias com convenções globais relevantes e organizações multilaterais.

Observa que é necessária “a combinação de medidas que visem deter e reverter a perda de biodiversidade”, o que incluiria ‘mudanças’ no uso da terra e do mar, conservação e

⁸⁷ Ver: <https://www.cbd.int/doc/c/df35/4b94/5e86e1ee09bc8c7d4b35aaf0/kunmingdeclaration-en.pdf>

restauração de ecossistemas, 'mitigação' das mudanças climáticas, 'redução' da poluição, controle de espécies exóticas invasoras e prevenção da exploração ambiental 'excessiva', bem como ações para transformar os sistemas econômico-financeiros e garantir a produção e o consumo sustentáveis e reduzir o desperdício; afirma que nenhuma dessas medidas isoladamente, nem em combinações parciais, é suficiente, e que a eficácia de cada medida é potencializada pela outra.

A nosso ver, esse parágrafo preambular é paradoxalmente avançado pelo conjunto de ideias, mas problemático pelo uso de vocábulos ambíguos ou que expressam ações insuficientes, como é o caso 'mitigação', 'excessiva', 'redução', etc. Esses termos deverão ser transformados em métricas-alvo para que haja avanços significativos. Por enquanto, a única métrica existente nesta Declaração é que os países devem preservar 30% das suas terras e oceanos até 2030, uma meta conhecida como '30 por 30', que foi reconhecida pela sessão da COP15 de Kunming.

Compromissos

Na sua **porção declaratória**, assume compromissos quanto à 17 pontos, entre os quais: assegurar o desenvolvimento e a implementação de um quadro de biodiversidade global eficaz pós-2020; preparar Plano de Implementação pós-2020 e Plano de Ação de Capacitação para o Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança; promover a integração da conservação e uso sustentável da biodiversidade nas tomadas de decisões dos governos nacionais; desenvolver Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação; melhorar a estrutura legal ambiental global e fortalecer e aplicar leis ambientais favoráveis à biodiversidade em nível nacional; garantir a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos, por meio da CDB, do Protocolo de Nagóia e outros acordo; medidas para o desenvolvimento, avaliação, regulamentação, gestão e transferência de biotecnologias relevantes, inclusive de organismos geneticamente modificados; reduzir os efeitos negativos das atividades humanas nos oceanos; garantir que as políticas, programas e planos de recuperação pós-pandemia contribuam para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade; reformar as estruturas de incentivos, eliminando ou reformando subsídios e outros incentivos que sejam prejudiciais à biodiversidade; garantir apoio financeiro, tecnológico e de capacitação aos países em desenvolvimento, necessário para implementar a estrutura de biodiversidade global pós-2020; participação plena e efetiva de povos indígenas e comunidades locais, mulheres, jovens, sociedade civil, governos e autoridades locais, academia, setores empresariais e financeiros e outras partes interessadas; comunicação, informação e educação sobre biodiversidade ao público; colaboração e coordenação de ações com acordos ambientais multilaterais em andamento.

Como se pode observar, uma agenda ampla e ambiciosa, que repete alguns mantras já ecoados no último decênio, mas que são muito importantes de serem reafirmados no contexto atual de aprofundamento da perda de biodiversidade em todo o planeta. No entanto, os comprometimentos não se refletiram em metas específicas para conter extinções em massa de espécies. O próprio Ministro do Meio Ambiente da China, Huang Runqiu, país que preside a COP15, disse aos delegados da conferência que "a declaração é um documento de vontade política, não um acordo internacional vinculante".

Reações globais

A reação à Declaração foi positiva na maior parte dos países e grupos de países do mundo. Inúmeras agências das Nações Unidas manifestaram-se com propostas de adesões

desde suas particulares áreas de atuação. A Presidência do Conselho da União Europeia saudou positivamente a Declaração de Kunming, logo após sua divulgação. O G7 já havia manifestado sua posição favorável à maioria das aspirações e compromissos da COP15 nos itens 42 e 43 do seu Carbis Bay G7 Summit Communiqué⁸⁸, mas não se manifestou especificamente sobre a Declaração. O G20 vai se reunir no final de outubro e espera-se uma manifestação de apoio à Declaração. Os Estados Unidos da América, que até hoje não ratificou a CDB, manteve seu estridente silêncio habitual.

A World Wide Fund for Nature (WWF) saudou a combinação de medidas presentes na Declaração, que inclui tanto ações de conservação, como ações para abordar a produção e o consumo insustentáveis, pois ambos são imprescindíveis para assegurar um mundo favorável à natureza nesta década. Por outro lado, ressaltou que há um extenso caminho para uma abordagem governamental implementada por todas as partes da CDB, mas a participação de ministros de economia e finanças, agricultura, desenvolvimento e meio ambiente demonstra que os governos estão começando a reconhecer que a biodiversidade deve ser tema prioritário em todas as áreas.

De acordo com a Agência Reuters, a Declaração de Kunming pede uma "ação urgente e integrada" que reflita as considerações sobre a biodiversidade em todos os setores da economia global. Mas questões cruciais como o financiamento da conservação em países mais pobres e o compromisso com cadeias de abastecimento mais amigáveis com a biodiversidade foram deixadas para serem discutidas na segunda etapa da COP15, em abril de 2022.

Para o Greenpeace⁸⁹, o texto não contém os avanços suficientes e esperados na maioria dos temas polêmicos, apesar dos tímidos intentos. O comunicado da ONG acrescenta que embora metas ambiciosas, como proteger pelo menos 30% das áreas terrestres e marinhas até 2030 sejam importantes, são imprescindíveis compromissos governamentais concretos com as estratégias de implementação e os meios reais para atingi-las. Ademais, as metas devem reconhecer os direitos dos povos indígenas e das comunidades locais, e seu papel fundamental na preservação da natureza e da biodiversidade.

Muitos dos compromissos descritos na Declaração de Kunming são basicamente uma continuação do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Biodiversidade de Aichi, que também incluíram compromissos para reduzir os incentivos para atividades que ameaçam a biodiversidade, integração da biodiversidade com outras políticas governamentais, e aumentar a resiliência contra as mudanças climáticas. Um dos grandes desafios será o financiamento dessas medidas, em um momento de crise econômica causada pela Covid-19. Antes mesmo da pandemia, a disponibilidade de recursos financeiros públicos e privados internacionais para a agenda da biodiversidade (US\$ 80-90 bilhões/ano) foi infimamente menor que os subsídios à atividades econômicas que ameaçam os ecossistemas e a diversidade biológica (US\$ 500 bilhões/ano), como a agricultura, a pesca, e a exploração e o uso de combustíveis fósseis.

Com a perda de espécies atingindo seu ritmo mais rápido em 10 milhões de anos, o avanço das mudanças climáticas e a previsão de novas epidemias; a declaração de Kunming traz uma nova esperança. A Declaração pode ter parecido apressada, mas as negociações sobre

⁸⁸ Ver: <https://www.consilium.europa.eu/media/50361/carbis-bay-g7-summit-communicue.pdf> , itens 42 e 43, pg.17

⁸⁹ Ver: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/49923/kunming-declaration-announced-at-un-convention-on-biological-diversity-greenpeace-response/>

propostas mais concretas ocorrerão em 2022, culminando na segunda parte da COP15 em abril-maio. Espera-se que o debate suscitado pela Declaração de Kunming ecoe nos próximos fóruns globais a que se destina, como o High-Level Political Forum do ECOSOC 2022 sobre a Agenda 2030, e a própria Assembleia Geral das Nações Unidas de 2022. A sociedade civil global e nacional têm papel fundamental na cobrança de que as promessas virem, finalmente, ações concretas na proteção e restauração da biodiversidade. O planeta não pode mais esperar!

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Em **2021**, já foram produzidos **17** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS também vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 já foram realizados **22** seminários, que podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

Próximos seminários

Os seminários serão transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ: Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 17/2021

Período de 7 de setembro a 18 de outubro

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, 20 de outubro de 2021.

119 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.